



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CLAUDIA DE GODOI FERREIRA DE ALMEIDA

**A PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
NOVAS LEITURAS NA ATUAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS E
COLETIVOS**

Londrina
2021

CLAUDIA DE GODOI FERREIRA DE ALMEIDA

**A PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
NOVAS LEITURAS NA ATUAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS E
COLETIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva

Londrina
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Almeida, Claudia de Godoi Ferreira de.

A Psicologia na política de Assistência Social : novas leituras na atuação entre os sujeitos e coletivos / Claudia de Godoi Ferreira de Almeida. - Londrina, 2021.
139 f.

Orientador: Rafael Bianchi Silva.

Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, 2021. Inclui bibliografia.

1. Psicologia - Tese. 2. Assistência Social - Tese. 3. Desenvolvimento Humano e Comunitário - Tese. 4. Paulo Freire - Tese. I. Silva, Rafael Bianchi. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

CDU 159.9

CLAUDIA DE GODOI FERREIRA DE ALMEIDA

**A PSICOLOGIA NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:
NOVAS LEITURAS NA ATUAÇÃO ENTRE OS SUJEITOS E
COLETIVOS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Londrina em nível de Mestrado, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia, na Linha Psicologia Social e Processos Institucionais.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Rafael Bianchi Silva
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Alejandra Astrid León Cedeño
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof. Dr. Fernando Santana de Paiva
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Londrina, 26 de fevereiro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Edson e Edilaine, pelo amor e pelo suporte que sempre me ofertaram. Suas contribuições para esta pesquisa se entrelaçam aos espaços que com eles percorri desde a infância sem os quais certamente não teria chegado até aqui. E a Luiza, minha irmã, que em sua alegria de criança me ensina sem perceber a manter a empolgação perante a vida.

Aos meus avós, por todo o cuidado que dedicaram a mim e por todo o apoio e incentivo que preservam até hoje, tempo em passam a precisar de cuidados. Tê-los por perto me mostra diariamente o saber das “pessoas simples” que, mesmo no alfabetismo ou no pouco acesso aos estudos, me ensinaram e me ensinam boa parte de tudo que sei.

À Taila e Angell, por compartilharem comigo as belezas e as angústias de todas as dimensões da vida desde sempre. A companhia de vocês é abrigo, proteção e segurança que atravessa os anos e que me mantém completa.

Aos amigos da graduação em Psicologia da UEL, em particular à Dandara, Gabriela, Tiemi e Amanda, que me sustentaram e me deram fôlego e coragem para ingressar no mestrado. Obrigado pelo bom humor, pela companhia diária e pelo apoio ao longo destes anos.

À turma 2019 do PPGPSI-UEL, que de modo acolhedor e sensível me lembraram que o pesquisar não precisa ser um caminho solitário. Agradeço especialmente a Anyelle, grande parceira de orientação, que com seu carinho tornou mais leve todos os momentos deste processo.

Ao meu orientador, professor Rafael, por me acompanhar e acreditar nesta pesquisa antes mesmo antes que ela ganhasse forma, desde o primeiro rascunho de projeto de Iniciação

Científica. Seu incentivo e sua colaboração foram fundamentais neste caminho e deixam uma marca importante em minha formação.

Agradeço igualmente ao “Grupo de Estudos e Pesquisas em Formação Humana, Subjetividades e Processos Psicossociais em Políticas Públicas”, por me mostrar na concretude de cotidiano a potência da construção coletiva e dialógica do conhecimento.

Às professoras e professores que acompanharam minha trajetória escolar e acadêmica. Em especial, à professora Alejandra pelas contribuições valiosas a esta pesquisa e, principalmente, por todos os encontros que tivemos ao longo de minha formação em Psicologia. Sua presença potente deixou registros tão significativos em meu corpo que eu dificilmente conseguiria expressá-los neste texto. Ao professor Fernando, que prontamente aceitou compor a banca desta dissertação, agradeço pela leitura atenta e pelas importantes colocações que contribuíram profundamente com a construção desta pesquisa. Agradeço também ao professor Alexandre por todo conhecimento compartilhado e pelas conversas e experiências trocadas ao longo da realização do estágio em docência.

Às psicólogas que participaram das entrevistas e gentilmente cederam seu tempo e compartilharam suas experiências e histórias, que foram fundamentais para a composição desta pesquisa.

À CAPES, pela concessão da bolsa de Mestrado. E a todas e todos que, antes de mim, lutaram para que fosse possível fazer pesquisa no Brasil.

“Também acredito na força das verdadeiras relações
entre as pessoas para a soma de esforços no sentido
da reinvenção das gentes e do mundo”.

Paulo Freire

Almeida, C. G. F. **A Psicologia na Política de Assistência Social:** novas leituras na atuação entre os sujeitos e coletivos. 2021. 136 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

RESUMO

A estruturação do Sistema Único de Assistência Social compõe parte do processo de implementação de políticas públicas no Brasil e representa um processo de reordenamento dos serviços socioassistenciais no país. Neste processo, novos princípios e diretrizes passam a compor delimitações para a atuação no campo da Assistência Social, dentre as quais destaca-se a proposição de modelo de trabalho social que busque englobar as dimensões individuais, familiares e comunitárias. No caso específico dos(as) profissionais de Psicologia, a inserção no campo da Assistência Social representa tanto uma ampliação no campo de trabalho de psicólogos(as) quanto uma expansão na oferta de serviços destes profissionais a uma parcela da população tradicionalmente pouco contemplada pelos atendimentos psicológicos. Nesta direção, esta pesquisa teve como objetivo analisar a atuação do(a) psicólogo(a) enquanto promotora da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário no âmbito da Proteção Social Básica no SUAS. A metodologia empregada configura-se enquanto pesquisa qualitativa de caráter descritivo, composta pela análise documental de diretrizes oficiais de Ministério de Desenvolvimento Social e do Conselho Federal de Psicologia, bem como pela realização de entrevistas semiestruturadas com psicólogas que possuem experiência de atuação em serviços de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Para tanto, participaram da pesquisa seis psicólogas atuantes em Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) em diferentes municípios da região norte do Paraná. As entrevistas realizadas foram analisadas por meio do método de análise de conteúdo. A fundamentação teórica utilizada teve como matriz central a obra de Paulo Freire. Os resultados foram organizados a partir dos eixos: “O psicólogo(a) na PSB: delimitando um campo de atuação” e “Sobre as articulações entre desenvolvimento humano e comunitário na atuação da PSB”. Verificou-se que as percepções das psicólogas acerca do desenvolvimento humano abarcam diferentes definições que remetem ao processo do usuário reconhecer-se e ser reconhecido enquanto sujeito e portador de direitos sociais. Também apontam para processo pessoal de aprimoramento e/ou evolução que estaria vinculado a capacidade de trilhar caminhos para a conquista de melhores condições de vida mediante o acesso à oportunidades e conhecimentos. No que tange aos processos de desenvolvimento comunitário, prevaleceu entre os relatos a necessidade de se observar e de construir, junto aos usuários, uma “noção de comunidade” estabelecida com base nas relações entre as famílias e território. Além disso, ainda que diferentes limitadores tenham sido indicados pelas profissionais, foi possível perceber que os trabalhos coletivos têm sido incentivados nos serviços em que as participantes atuam e vem sendo realizados a partir de diferentes modalidades de intervenção (como grupos e oficinas). Por fim, prevalece nos relatos das psicólogas o entendimento que de os serviços PSB são espaços potenciais para o fomento a processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: psicologia; assistência social; desenvolvimento humano; desenvolvimento comunitário; Paulo Freire.

Almeida, C. G. F. **Psychology in the Social Assistance Policy**: new readings in the performance between subjects and collectives. 2021. 136 p. Dissertation (Master's in Psychology) - Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2021.

ABSTRACT

The structuring of Sistema Único de Assistência Social is part of the process of implementing public policies in Brazil and represents a process of reordering social assistance services in the country. In this process, new principles and guidelines have become part of the delimitations for action in the field of Social Assistance, among which stands out the proposal of a social work model that seeks to encompass the individual, family and community dimensions. In the specific case of Psychology professionals, the insertion in the Social Assistance field represents both an expansion in the psychologists' work field and an expansion in the offer of services by these professionals to a part of the population traditionally poorly covered by psychological assistance. Therefore, this research aimed to analyze the psychologist's role as a promoter of the articulation between human development and community development processes in the scope of Proteção Social Básica in the SUAS. The methodology used was a qualitative descriptive research, consisting of the documental analysis of the official guidelines of the Ministério de Desenvolvimento Social and the Conselho Federal de Psicologia, as well as semi-structured interviews with psychologists who have experience working in Proteção Básica Social services of the Sistema Unificado de Assistência Social (SUAS). To this end, six psychologists working in Centros de referência em Assistência Social (CRAS) in different municipalities of the northern region of Paraná participated in the research. The interviews were analyzed using the content analysis method. The theoretical foundation used was based on Paulo Freire's work. The results were organized according to the axes: "O psicólogo(a) na PSB: delimitando um campo de atuação" and "Sobre as articulações entre desenvolvimento humano e comunitário na atuação da PSB". It was verified that the psychologists' perceptions about human development encompass different definitions that refer to the process of the user recognizing and being recognized as a subject and bearer of social rights. They also point to a personal process of improvement and/or evolution that would be linked to the ability to follow paths for the achievement of better living conditions through the access to opportunities and knowledge. Regarding community development processes, the need to observe and build, together with the users, a "notion of community" established based on the relationships between families and territory prevailed among the reports. In addition, even though different limiting factors have been indicated by the professionals, it was possible to notice that collective work has been encouraged in the services where the participants work and has been carried out through different modalities of intervention (such as groups and workshops). Finally, prevails in the reports of the psychologists the understanding that the PSB services are potential spaces for the promotion of human development processes and community development.

Keywords: psychology; social assistance; human development; community development; Paulo Freire.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFP	Conselho Federal de Psicologia
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREPOP	Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LOAS	Lei orgânica de Assistência Social
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
NOB	Norma Operacional Básica
NOB/RH	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos
PAIF	Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PSB	Proteção Social Básica
PSE	Proteção Social Especial
SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TSF	Trabalho Social com Famílias
UEL	Universidade Estadual de Londrina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	AS EXPRESSÕES DO INDIVIDUAL E DO COLETIVO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	17
2.1	O INDIVIDUAL E O COLETIVO NA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS: SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS, TERRITORIALIZAÇÃO E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR.....	20
2.2	O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	29
3	ARTICULAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E A ATUAÇÃO NO SUAS	38
3.1	O HUMANO NA CONSTRUÇÃO DE SÍ E NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO: AS RELAÇÕES ENTRE A HUMANIZAÇÃO E A OPRESSÃO SOCIAL	39
3.2	A PEDAGOGIA PROBLEMATIZADORA E O TRABALHO SOCIAL NO SUAS.....	50
4	PSICOLOGIA E PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	62
4.1	A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO PROFISSIONAL DA ÁREA SOCIAL NO SUAS.....	63
4.2	A PSICOLOGIA EM CONTATO COM A COLETIVIDADE: TRABALHO COM GRUPOS E INSERÇÃO COMUNITÁRIA	70
5	PERCURSO METODOLÓGICO	77
6	RESULTADOS E DISCUSSÕES	85
6.1	O PSICÓLOGO(A) NA PSB: DELIMITANDO UM CAMPO DE ATUAÇÃO	85
6.2	SOBRE AS ARTICULAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E COMUNITÁRIO NA ATUAÇÃO DA PSB	102
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	122

REFERÊNCIAS	127
APÊNDICES	133
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista	134
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	135

1 INTRODUÇÃO

Assistimos ao longo das últimas décadas um movimento de realocação dos espaços de atuação da Psicologia que trouxeram novos contornos ao exercício da profissão. Verifica-se que, se no início da década de 1970 os psicólogos atuavam predominantemente nas áreas clínicas, educacionais e organizacionais (Araújo, 2014), a partir da década de 2000 houve uma significativa expansão no número de profissionais que ocupam postos de trabalho no âmbito das políticas públicas (Macedo, Sousa, Carvalho, Magalhães, Sousa, & Dimenstein, 2011).

Um dos principais componentes desta expansão decorre do estabelecimento da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social (NOB–RH/SUAS) em 2011, que postula a inserção de profissionais da Psicologia como integrantes das equipes técnicas de referência de equipamentos públicos da área de Assistência Social, consolidando assim a abertura de postos de trabalho para psicólogos nos serviços socioassistenciais de todo o território nacional. Neste contexto, na medida em que a ampliação e consolidação de espaços para a atuação de psicólogos(as) neste campo já se encontram em processo de fundamentação, a necessidade de reflexão acerca dos elementos teórico-práticos e ético-políticos que direcionam atuação nestes espaços emergem enquanto um dos principais pontos de tensionamento.

Embora as menções às políticas públicas permaneçam limitadas nas salas de aula dos cursos de Psicologia, deparei-me ainda na graduação com o questionamento acerca do papel do(a) psicólogo(a) na campo da Assistência Social. Com vistas a construir respostas para esta questão e, talvez principalmente, buscar caminhos de formação para práticas *psi* que escapassem da formatação hegemônica voltada às elites sociais, construí nas discussões no grupo de pesquisa as primeiras experimentações que me trouxeram a esta pesquisa.

Intrigava-me, e ainda me intriga, a ausência de psicólogas e psicólogos nos espaços que compunham meu cotidiano até meu ingresso na Universidade, seja no bairro em que vivo e nas escolas e outros serviços públicos pelos quais passei, seja nos movimentos sociais e partidários que tive contato. Assim, ao me deparar com uma Psicologia predominantemente distanciada das classes populares, pude vislumbrar no campo das políticas públicas e nos fundamentos da educação popular, caminhos para a construção de uma prática mais alinhada aos meus interesses. Com perspectiva, por meio da realização de pesquisas de Iniciação Científica, iniciei durante a graduação a investigação acerca da articulação entre o trabalho na política de Assistência Social e o referencial teórico-metodológico desenvolvido por Paulo Freire.

O contato com as normativas e regulamentações oficiais foi o ponto de partida para este processo. Descobri que a estruturação da até então a mim desconhecida Política Nacional de Assistência Social (2004) teve início do ponto de vista formal a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988, que orienta a instauração do Sistema de Seguridade Social, indicando a responsabilidade do Estado de afiançar às necessidades básicas de saúde, de assistência social e de previdência social. Assim, a partir deste marco e com a subsequente aprovação de Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) em 1993, compuseram-se uma série de regulamentações que fundamentam a estruturação em âmbito nacional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Este sistema, que tem como finalidade a garantia de acesso aos direitos de proteção social aos cidadãos, por meio da oferta de serviços, benefícios e programas prioritariamente direcionados à população em situação de vulnerabilidade e/ou risco social, se constitui atualmente como lócus de atuação de aproximadamente 10% dos(as) psicólogos(as) em exercício da profissão no país (Cordeiro & Curado, 2017). Alicerçado em uma perspectiva de política pública, enquanto direito social e dever estatal, o SUAS comporta serviços dispostos nos níveis de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE) que apresentam

aos profissionais que neles atuam novas demandas a serem contempladas junto à população atendida.

Especialmente no âmbito da PSB, os processos de trabalho devem orientar-se para o desenvolvimento de ações que contribuam para a prevenção de riscos através de práticas territoriais voltadas para o desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento das famílias e comunidades (Brasil, 2012a). São responsáveis por essas atividades os técnicos atuantes nos Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que consiste no equipamento base para as ações de proteção básica.

Pude perceber, a partir destes estudos, que os profissionais atuantes neste espaço são orientados a efetivação de um trabalho social desvinculado de práticas assistencialistas, tutelares e de caridade, que possa englobar não apenas a concessão de benefícios sociais, mas que, para além disso, incorpore também outras dimensões da vida que possibilitem efetuar mudanças no campo individual e coletivo (Brasil, 2004, 2012a). Enquanto finalidades para esta atuação, as orientações apontam tanto para o provimento de ações voltadas ao desenvolvimento humano, com vistas a favorecer o exercício de autonomia e o protagonismo por parte dos usuários, quanto para uma dimensão ligada ao desenvolvimento comunitário através de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitário de modo a favorecer processos de participação e mobilização social e o sentimento de coletividade (Brasil, 2012a).

Nestes espaços, os(as) profissionais da Psicologia se deparam com demandas pouco abarcadas em sua formação, que historicamente é voltada a práticas clínicas ou ligada a públicos de maior poder aquisitivo. Neste cenário, os documentos oficiais referentes à política representam, através de suas normativas e diretrizes, as bases para a organização do trabalho social a ser nacionalmente desenvolvido. Entretanto, mesmo sendo um dos principais subsídios para a atuação profissional, a abordagem ampla e o caráter generalista que os

documentos possuem demarcam a necessidade de produção e aprofundamento teórico acerca das temáticas e conceitos por eles expressos.

Deste modo, diante as novas exigências emergentes neste contexto, vem sendo construídas ao longo dos últimos anos pesquisas que abordam o processo de inserção da Psicologia na política e suas primeiras aproximações. Dentre os trabalhos publicados, Senra e Guzzo (2012) versam sobre a centralidade da atuação profissional na implementação de políticas públicas destacando que, frente às tensões do cotidiano no trabalho na Assistência Social, os profissionais da Psicologia devem atuar na elaboração de modelos de intervenção comprometidos com a transformação da realidade social. Além disso, Romagnoli (2016) também pontua, ao tratar sobre as relações entre a macropolítica e a micropolítica no cotidiano de trabalho no CRAS, que este espaço pode favorecer processos de subjetivação inventivos, fora da subjetividade individual e debilitada, exigindo para o trabalho na proteção social a capacidade de produzir novas composições para atuação no coletivo. Nesse sentido, Miron e Guareschi (2017) concluem que a atuação da Psicologia na Assistência social carrega em si a ambivalência de poder estar a serviço de um antigo compromisso de manutenção de determinado equilíbrio social ou de se colocar a serviço de um compromisso ético e político com transformações nas condições de vida da população e por isso fazem-se necessárias constantes problematizações acerca das práticas que instituem e das subjetividades que produzem.

Em um campo marcado pelo histórico tutelar, filantrópico e muitas vezes vinculado a tentativa de criação de redutos eleitorais, a atenção à PNAS ganha particular relevância no contexto atual. Diante das diversas transformações políticas atravessadas pelo Brasil nos últimos anos, da intensificação do cenário de disputa ideológica no país, bem como o agudamento da desigualdade social e da pobreza em decorrência da pandemia da COVID-19, as ações da política de Assistência Social compõem um espaço de múltiplos interesses.

Neste panorama, a busca por referenciais teóricos alinhados a uma perspectiva emancipadora e transformadora diante das problemáticas sociais se coloca como uma das importantes decisões a serem tomadas. Enquanto sugestão de subsídio para a atuação, o documento "Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF - Vol. 2" (2012b) coloca em evidência a proposta teórico-metodológica desenvolvida por Paulo Freire como um corpo teórico que se aproxima da proposta defendida pelo SUAS. De acordo com o documento, este referencial, ali denominado como pedagogia problematizadora, se compromete com as finalidades almejadas pela política na medida em que se estrutura na busca pela transformação social e na compreensão do ser humano historicamente construído através de relação com o mundo.

Mesmo sendo indicado pelas normativas oficiais, observa-se que as relações entre a Assistência Social e o referencial teórico-metodológico desenvolvido por Paulo Freire encontram pouco exploradas em pesquisas, especialmente no campo psicológico. Dentre os escassos trabalhos, alguns estudos no campo da Educação ou do Serviço Social trazem esta relação, como é o caso da tese de doutorado de Lemes (2017) que analisa a partir da perspectiva freireana as estratégias de participação adotadas na política. Uma vez que este é um referencial apontado nas diretrizes que norteiam a atuação do profissional no SUAS como uma ferramenta capaz subsidiar o trabalho social, o estudo e a reflexão acerca desta relação se coloca como tema relevante à atuação dos psicólogos que ali se inserem.

Observando as finalidades postas para o trabalho no campo da PSB e no caminho de construir possíveis leituras da atuação profissional da Psicologia a partir do referencial freireano, passei a questionar-me de que modo a atuação no Trabalho Social com Famílias pode ser promotora da articulação entre processos de desenvolvimento humano e de desenvolvimento comunitário correlatos ao que se propõe no âmbito da PSB no SUAS.

Com vistas a investigar esta questão, em especial a partir da perspectiva de Paulo

Freire e com base nas falas de psicólogos(as) que atuam neste contexto, delimitou-se enquanto objetivo geral desta pesquisa analisar a atuação do(a) psicólogo(as) enquanto promotora da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário no âmbito da Proteção Social Básica no SUAS. Para responder a esse questionamento, buscaremos identificar as possíveis correlações entre as perspectivas de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário expressas nos documentos da Política Nacional de Assistência Social; investigar os princípios presentes na pedagogia de Paulo Freire que possam contribuir para a atuação na Política Nacional de Assistência Social; analisar as percepções acerca das ações resultantes em processos desenvolvimento humano e comunitário promovidas por psicólogos em diferentes serviços de Proteção Social Básica do SUAS; e compreender o papel do psicólogo na articulação entre processos de desenvolvimento humano e de desenvolvimento comunitário a ser colocada em movimento pela Política Nacional de Assistência Social. Com isso, tendo como base os objetivos aqui elencados, traçamos os caminhos através dos quais pudemos prosseguir nesta investigação.

Na primeira seção, nos propomos a refletir acerca das “As expressões do individual e do coletivo na Política Nacional de Assistência Social” com base as diretrizes oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS)¹ publicados entre 2004 e 2017, tendo como foco compreender as possíveis relações entre desenvolvimento individual e coletivo presentes nas proposições apresentadas para o trabalho na PSB no âmbito do SUAS.

Na segunda seção, intitulada “A pedagogia de Paulo Freire: articulações possíveis para a atuação no SUAS”, propõe-se à realização de um estudo a respeito das possíveis relações entre a pedagogia problematizadora de Freire e os processos de trabalho no SUAS, com vistas

¹ Diversas alterações ministeriais ocorreram nos últimos anos em virtude das mudanças governamentais no Brasil, com isso, houve a extinção Ministério do Desenvolvimento Combate a Fome sendo este substituído e atualmente representado pelo Ministério da Cidadania. Tendo em vista o período em que foram produzidas as publicações aqui analisadas, optamos pela manutenção da nomenclatura inicial.

a construir, a partir de um aprofundamento acerca do pensamento do autor, possibilidades de entendimento sobre a articulação entre desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário neste contexto.

A seção “A Psicologia e a prática profissional na Assistência Social” destina-se à reflexão acerca das especificidades postas pelos serviços de PSB do SUAS para a atuação de profissionais da Psicologia. Para tanto, foram utilizados como fonte de análise as indicações apresentadas pelo Conselho Federal de Psicologia (2007, 2008, 2016) referentes a este campo de trabalho.

A quarta seção discorre sobre o “Percurso Metodológico” utilizado para a realização desta pesquisa. Nesta investigação, optou-se pela realização de entrevistas semiestruturadas com psicólogos(as) atuantes em serviços de PSB do SUAS com vistas a conhecer suas percepções acerca dos temas: “formação em psicologia”, “desenvolvimento humano”, “desenvolvimento comunitário”, além do trabalho destes profissionais nos serviços em que atuam.

Já os “Resultados e Discussões” serão apresentados na quinta seção. Nesta, nos aprofundaremos nas concepções trazidas pelas profissionais entrevistadas sobre suas trajetórias e seu cotidiano de trabalho no SUAS, bem como suas percepções sobre as articulações possíveis entre desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário, as expressões destas no campo na PSB e os limites e potencialidades que permeiam sua materialização através da atuação da Psicologia.

2 AS EXPRESSÕES DO INDIVIDUAL E DO COLETIVO NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Com a reformulação da Assistência Social no país a partir da publicação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004), novos princípios e diretrizes passam a compor delimitações para a atuação neste campo, desencadeando diversas transformações ligadas à proposição de novas formas de atender diferentes camadas da população brasileira.

Como forma de materializar esta visão, ocorre a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS/2005) de modo a compor uma rede de serviços socioassistenciais para a execução da proteção social - dispostos em dois níveis de proteção: Básica e Especial -, que têm a tarefa de operar junto às vulnerabilidades e riscos sociais que atravessam a vivência dos sujeitos atendidos nesses espaços. Para tanto, é solicitada a atuação de profissionais de diversas áreas de especialidade, incluindo os da Psicologia. Enquanto resultante, houve a ampliação da oferta de serviços a uma parcela da população pouco contemplada pelos atendimentos psicológicos tradicionais, dando origem a necessidade de aprofundamento acerca dos pressupostos deste trabalho e das possíveis contribuições teóricas e práticas que os estudos da Psicologia podem trazer às políticas sociais.

O ingresso dos profissionais da Psicologia nos equipamentos do SUAS tem como marca a restrição da utilização de práticas clínicas e ações de cunho terapêutico, ferramentas tradicionais de atuação do psicólogo, como estratégias interventivas para as ações nos serviços de Assistência Social. Inseridos neste novo campo “os profissionais são convidados a lançar novos olhares sobre a Psicologia inscrita nos espaços públicos, fruto inclusive da desestabilização a que esses profissionais são arremessados em seu cotidiano de trabalho” (Andrade & Romagnoli, 2010, p. 610).

Neste cenário, a própria configuração das políticas públicas e sociais entra em debate. Apontadas como uma estratégia capitalista voltada à atenuação da pobreza, mas não para sua eliminação (Oliveira & Amorim, 2012), tais políticas se compõem como um campo paradoxal para a atuação social. Observando o contexto brasileiro, Araujo e Galeão-Silva (2015) ressaltam que, atrelados ao processo de consolidação do capitalismo no país, o surgimento e o desenvolvimento das políticas sociais no Brasil foi também marcado pela releitura de formas de interações sociais que remontam à colonização, ao escravismo e ao subdesenvolvimento, que se apresentam como características centrais de nossa história e que reverberam até os dias atuais.

Nesta direção, tal como indicam Freitas e Guareschi (2014), os processos de trabalho e as relações sociais presentes na sociedade brasileira carregam as marcas da escravidão e da colonização que influenciaram, no campo da proteção social, o surgimento das configurações clientelistas, assistencialistas e tuteladoras que formataram a Assistência Social no país a partir de traços de difícil superação.

Mesmo diante dos significativos avanços conquistados a partir da Constituição Federal de 1988, as ações no âmbito da proteção social compõem-se enquanto um campo paradoxal e ambivalente, na medida em que “[...] por um lado, garante direitos, especialmente após o advento do SUAS, mas, por outro, acaba contribuindo para a manutenção do sistema, apaziguando os conflitos e as injustiças sociais ao manter um nível mínimo de vida à população” (Pereira & Guareschi, 2013, p. 384). Assim, conforme pontuam Cordeiro e Curato (2017), se faz necessário que as políticas públicas sejam entendidas como um produto social especificamente situado, que podem auxiliar na compreensão sobre o governo e sobre suas formas de governar, de modo que seu desenvolvimento não pode ser pensado de modo desvinculado às práticas que as fizeram e as fazem existir.

Deste modo, a atuação neste campo configura-se enquanto prática social ligada à análise de múltiplos atravessamentos, emergentes tanto no trabalho em equipes interdisciplinares como também do contato com comunidade de atuação e com os usuários da política pública, que “demandam dos psicólogos a desinstitucionalização de práticas pouco permeáveis à complexidade da vida das pessoas, das condições de trabalho e dos cenários onde profissionais e usuários interagem” (Macedo & Dimenstein, 2012, p. 184).

Evidencia-se, neste contexto, que as problemáticas a serem abarcadas por este campo estão inseridas em questões amplas vinculadas a elementos complexos do contexto social, que demandam simultaneamente o reconhecimento e o acompanhamento sobre os processos que incidem sobre a trajetória de vida dos usuários individualmente e ao passo em que se direcionem também para a compreensão acerca das questões que perpassam coletivamente a vivência desta população. Indica também reconhecimento de que vulnerabilidades e riscos sociais, foco das ações da política, extrapolam a dimensão econômica e por isso demandam intervenções que trabalhem aspectos objetivos na mesma medida em que abarque a esfera subjetiva (Brasil, 2012a, p. 7). Deste modo, é exposto que a implementação do SUAS

Trata-se, efetivamente, de operar um modelo emancipatório, que requer, então, a provisão das medidas da política de assistência social que responda às **necessidades sociais e coletivas**, mas também seja capaz de atuar a partir de inúmeros **requerimentos individuais e privados**, decorrentes da situação de vida das famílias. (Brasil, 2005, p.16, **grifos nossos**).

Como meio para subsidiar a realização desta proposta, passaram a ser publicados pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) em parceria com a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS), uma série de documentos que abarcam objetivos, parâmetros e normativas para a atuação e a condução das ações da PNAS através do SUAS. Esses documentos apresentam diretrizes importantes que apontam bases para o

entendimento dos pressupostos defendidos pela política e das expectativas postas para a atuação neste contexto. Com essa perspectiva, esta seção destina a analisar as proposições apresentadas para o trabalho na Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) buscando compreender as possíveis relações entre desenvolvimento individual e coletivo presentes nas diretrizes da PNAS. Para tanto, serão utilizadas as diretrizes oficiais do MDS publicadas entre 2004 e 2017, que fazem relação com o campo da Proteção Social Básica, foco desta pesquisa.

2.1 O INDIVIDUAL E O COLETIVO NA ESTRUTURAÇÃO DOS SERVIÇOS: SEGURANÇAS SOCIOASSISTENCIAIS, TERRITORIALIZAÇÃO E MATRICIALIDADE SOCIOFAMILIAR.

No contexto de sua implementação enquanto política pública, afirma-se que a PNAS estaria sustentada na defesa de uma maneira de compreender a realidade que tenha como ponto de partida

Uma visão social inovadora, dando continuidade ao inaugurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei Orgânica da Assistência Social de 1993, pautada na dimensão ética de incluir “os invisíveis”, os transformados em casos individuais, enquanto de fato são parte de uma situação social coletiva; as diferenças e os diferentes, as disparidades e as desigualdades (Brasil, 2004, p. 15).

De acordo com as indicações expressas na Norma Operacional Básica do SUAS (Brasil, 2005), a implementação dos serviços a serem ofertados tem como foco a ampliação do atendimento à população em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza e/ou fragilização de vínculos sociais e de pertencimento, que se encontram em situação de privação seja pela ausência de renda como também pelo limitado ou inexistente acesso e usufruto a direitos ou serviços oriundos das demais políticas públicas.

Alicerçado na perspectiva de garantia de direitos, prospecta-se que a consolidação do SUAS, a partir das indicações postas pela PNAS, opere “[...] uma ruptura com a ideia de assistência social como ajuda ou caridade, como benevolência aos pobres e destituídos de cidadania, propondo uma nova gestão nesse domínio” (Romagnoli, 2015, p.450). Entretanto, traços desta ideia permanecem presentes na linguagem expressa pelos documentos oficiais. Segundo indicam Freitas e Guareschi (2014, p. 155),

pode-se afirmar que o acesso dos usuários às políticas assistenciais pautava-se e ainda hoje se pauta pela qualidade de destituído, pela situação de pobreza e pela negação da condição de sujeito de direitos. Várias denominações foram incorporadas à população que acessa a esses serviços, tendo como principais adjetivos aqueles que desvalorizam e subalternizam os usuários e os retiram da condição de cidadão.

Nessa perspectiva, o caráter focalizatório que a PNAS assume em torno da situação de vulnerabilidade e risco social, que a caracteriza como uma estrutura de ação direcionada aos segmentos mais pobres da população (minimizando a perspectiva de universalidade presente nas indicações propostas na LOAS), tem sido indicado como elemento que remonta à certa estigmatização da população identificada comumente como “público da assistência”. Cabe reafirmar, neste contexto, que se faz “[...] fundamental lembrar que a vulnerabilidade e o risco social não são adjetivos da condição do usuário. Na verdade, eles são inerentes à produção da desigualdade que é intrínseca ao sistema capitalista” (Freitas & Guareschi, 2014, p. 154), a serem enfrentados como produto desta desigualdade.

Com a implementação do SUAS, a função central das ações a serem realizadas nos serviços socioassistenciais consiste na garantia da proteção social aos usuários, que se constitui enquanto um

...conjunto de ações, cuidados, atenções, benefícios e auxílios ofertados pelo SUAS para redução e prevenção do impacto das vicissitudes sociais e naturais ao ciclo da

vida, à dignidade humana e à família como núcleo básico de sustentação afetiva, biológica e relacional (Brasil, 2005, p.16).

Dentre os desdobramentos do percurso de reestruturação dos empreendimentos do poder público na Política Nacional de Assistência Social entra em questão a necessidade de delineamento de ações de caráter continuado, que interrompam a lógica dos atendimentos pontuais e das soluções emergências e busquem através de processos de médio e longo prazo a consolidação de determinadas seguranças afiançadas pela política. Destaca-se que “A perspectiva de proteção que pretende minimizar ou eliminar as situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelas pessoas, famílias e grupos sociais traz a centralidade da proteção e desenvolvimento da vida humana” (Brasil, 2017, p. 17).

Contudo, as determinações estruturais da pobreza (como a elevada concentração de renda e o agudamento da desigualdade social no país) acabam por ficar excluídas da análise proposta pela política para a superação da vulnerabilidade social. Deste modo, como bem indicam Araujo e Galeão-Silva (2015), as ações estatais voltam-se a um processo de “gestão da pobreza” que se limitam à manutenção de condições mínimas de sobrevivência a um grande contingente populacional ao passo que questões centrais ligadas a ordem socioeconômica permanecem inalteradas. Segundo os autores, tal observação parece indicar “[...] que há uma nítida contradição entre os objetivos da proteção social básica, de prevenir e favorecer a prevenção da vulnerabilidade social e o funcionamento econômico e político brasileiro” (Araujo & Galeão-Silva, 2015, p. 249), o que por sua vez coloca em questão a efetividade dos projetos e programas que a compõem.

Segundo as determinações postas pela PNAS, os diferentes procedimentos que integram o trabalho na Assistência Social devem estar voltados para a garantia das seguranças que devem ser afiançadas por esta política pública, a saber: segurança de sobrevivência (de

rendimento e de autonomia), segurança de acolhida e segurança de convívio ou vivência familiar (Brasil, 2004, p. 31).

A primeira diz respeito de provisão de condições monetárias suficientes para a garantia das necessidades básicas de subsistência. Já a segunda visa assegurar que os usuários sejam recebidos e acolhidos pela política através da garantia da oferta de serviços e programas de proteção social bem como a oferta de locais de curta, média ou longa permanência, caso haja necessidade. No que tange à necessidade de provisão da segurança de convívio e de vivência familiar, a indicação é que se faz necessário o enfrentamento a situações de reclusão ou perda das relações sociais dada sua importância para ao pleno desenvolvimento do ser humano, tendo em vista que o comportamento gregário e as relações sociais são característicos da vida humana (Brasil, 2004). Deste modo, a garantia do direito ao convívio familiar e social se fundamenta na concepção de que

A dimensão societária da vida desenvolve potencialidades, subjetividades coletivas, construções culturais, políticas e, sobretudo, os processos civilizatórios. As barreiras relacionais criadas por questões individuais, grupais, sociais por discriminação ou múltiplas inaceitações ou intolerâncias estão no campo do convívio humano. A dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio (Brasil, 2004, p. 32).

Ao demarcar a garantia ao direito ao convívio enquanto uma das seguranças a serem afiançadas pela PNAS há um posicionamento que aponta a relevância dos processos coletivos e relacionais nas problemáticas abarcadas pela política, na medida em que orienta à compreensão de que os elementos da vida social e os vínculos societários apresentam implicações para o desenvolvimento e fortalecimento de capacidades por parte dos usuários. Deste modo, apontam um direcionamento à construção de práticas que compreendam as inter-relações entre diferentes elementos da vida social no desenvolvimento humano e que

contemplem o “exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade” (Brasil, 2005, p. 18).

É através da proposta de Trabalho Social com Famílias (TSF) que este processo de desenvolvimento deve ser colocado em movimento pelos agentes da política. Especialmente no âmbito da Proteção Social Básica, os processos de trabalho devem estar orientados para a realização de ações que contribuam para a prevenção de riscos através de práticas territoriais aliadas ao desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento das famílias e das comunidades (Brasil, 2012a), com destaque à observação de que no âmbito do PNAS, “[...] a finalidade do TSF está dada pelas seguranças de proteção que devem ser asseguradas por ela, e assim a consecução de tais seguranças constitui o horizonte para o qual todas as ações devem convergir” (Brasil, 2016, p. 18).

Retomando as diretrizes presentes nas seguranças socioassistenciais, compreende-se que o trabalho social deve estar voltado para a consolidação de práticas que integrem demandas objetivas vinculadas a provisão de necessidades materiais em conjunto com práticas voltadas ao desenvolvimento e fortalecimentos de capacidades em articulação com o que se observa acerca das fragilidades e potencialidades dos vínculos societários. Como norteadores para a construção deste percurso são indicados alguns eixos estruturantes ao trabalho, entre os quais evidenciam-se a matricialidade sociofamiliar e a territorialização.

A matricialidade sociofamiliar aponta que o SUAS deve organizar serviços socioassistenciais capazes de prover uma rede de apoio às famílias de modo a ampará-las em sua função de manutenção e proteção e de seus membros. Assim, indica que

o SUAS estrutura-se buscando apoiar a família nas suas funções de proteção, socialização, aprendizagem e desenvolvimento das capacidades humanas, assumindo como pressuposto fundamental que o usuário de seus serviços ou benefícios não pode ser desvinculado do seu contexto familiar e social (Brasil, 2009a, p. 12).

Desta proposição decorre que as famílias são o principal objeto sob qual devem se debruçar os serviços e programas do SUAS, entendendo-as enquanto um núcleo central de provisão da vida. Essa compreensão tem como pressuposto a concepção de que “A família, independentemente dos formatos ou modelos que assume, é mediadora das relações entre os sujeitos e a coletividade, delimitando, continuamente os deslocamentos entre o público e o privado, bem como geradora de modalidades comunitárias de vida” (Brasil, 2004, p. 41).

Deste modo, as ações do SUAS assumem um caráter que preconiza as famílias enquanto foco de intervenção, opção que vem sendo questionada tendo em vista que ela sustenta, enquanto desdobramento, processos de privatização e individualização das ações em torno das relações familiares (Sheinvar, 2006).

Ao analisar o histórico da lógica familista no decorrer da trajetória da Assistência Social no país, Teixeira (2010) indica que, no contexto brasileiro

... onde a família nunca deixou de ser uma unidade produtora e provedora de serviços, realizados, em grande parte, pelo trabalho não pago da mulher - entre eles o do cuidado, as tarefas de socialização, educação e proteção-, o seu reforço pela política com centralidade na família, significa a permanência dessas funções no âmbito privado, a reprodução da divisão sexual do trabalho, além de onerar ainda mais as mulheres e ter severas consequências no desenvolvimento de sua cidadania social (p. 536).

Com essa perspectiva, a autora indaga se o projeto que elenca a família como elemento de centralidade da proteção social tem se construído como estratégia de proteção às famílias ou de reforço de suas responsabilidades, indicando que, mesmo diante da garantia de significativos avanços no campo dos direitos sociais demarcados pela Constituição Federal de 1988, “se manteve a contradição básica entre proteger a família e/ou tratá-la como fonte de proteção social dos seus membros” (p. 543).

O processo de individualização e privatização das questões sociais também se coloca como ponto de questionamento perante a eleição das famílias como foco de ação dos serviços. Nesta direção, destaca-se que na medida em que se propõe a superação da vulnerabilidade social por meio da estratégia de centralização na família - o que aponta para uma ênfase em suas relações intranucleares -, a responsabilidade do Estado perante as condições de vulnerabilidade é transferida aos indivíduos e suas famílias (Araujo & Galeão-Silva, 2015). Tais observações denotam que, sob o prisma da matricialidade sociofamiliar tal qual apresenta nos documentos, as relações sociais e as articulações e vivências comunitárias ocupam lugar secundário enquanto pontos de observação e base para a realização das ações socioassistenciais tendo em vista a primazia em que família é posta na estruturação da proteção social.

Ainda que as famílias sejam eleitas como o cerne da atuação nos serviços, a perspectiva apresentada nos documentos indica que a atuação junto a estas pressupõe a compreensão da dimensão social que as circunda, de modo a evitar um fechamento em torno da observação de seus requerimentos privados, entendendo que as famílias se apresentam como elemento mediador destes processos uma vez que suas demandas internas se encontram inscritas em determinada ordem comunitária na qual convergem diferentes atravessamentos. Desta forma, introduz parcialmente a necessidade de dar ênfase a elementos sociais e comunitários, mantendo, entretanto, o caráter secundário dado a tais elementos em decorrência de uma super valorização das famílias, na medida em que as considera “[...] como um espaço de ressonância e sinergia dos interesses e necessidades coletivas e de mobilização à participação e ao protagonismo social, ou seja, como um vetor de mudança da realidade social” (Brasil, 2009a, p. 13).

Isto estabelece que, para a análise e intervenção junto às famílias atendidas, é necessário que se compreenda o contexto social em que estas se inserem. Nesta direção, como

forma de descentralização dos serviços e maior proximidade com a realidade do público contemplado pela PNAS, a territorialização é adotada. Esta noção designa que os serviços e programas devem ser realizados nas localidades em que se encontram os sujeitos a serem atendidos e, para tal, os equipamentos por eles responsáveis devem estar instalados nos territórios em que vivem esta população.

Destaca-se que é proposta uma compreensão de território enquanto localidade não restrita a demarcações geográficas e sim que, de modo mais amplo, constitui um espaço humano, habitado. Ou seja, o território não é somente uma porção específica de terra, mas uma localidade marcada pelas pessoas que ali vivem. É nos espaços coletivos que se expressam a solidariedade, a extensão das relações familiares para além da consanguinidade, o fortalecimento da cumplicidade de vizinhança e o desenvolvimento do sentimento de pertença e identidade. O conceito de território, então, abrange as relações de reconhecimento, afetividade e identidade entre os indivíduos que compartilham a vida em determinada localidade (Brasil, 2009a, p. 13).

Mais do que um espaço delimitado artificialmente, a compreensão do território diz respeito a observação das relações que nele se estabelecem, dos elementos comuns que integram a experiência daqueles que ali vivem, suas adversidades e aptidões. Além disso, aponta para a potência coletiva de produção de alternativas para as barreiras encontradas para superação dos problemas vivenciados pela população, assinalando que assim

...como no âmbito local se expressam as desigualdades sociais, também é no território que se encontram as potencialidades para o enfrentamento destas desigualdades. Todavia, voltar-se para o território não significa esperar que somente a solidariedade e a sinergia comunitária serão capazes de enfrentar as situações de desproteção social (Brasil, 2009a, p. 13).

Compreende-se que, deste modo, da mesma maneira que as problemáticas enfrentadas

pelas famílias de um mesmo território dizem respeito a atravessamentos sociais amplos que extrapolam questões colocadas por suas experiências pessoais, traçar caminhos para a superação destes problemas se mostrariam mais potentes na medida em que pudessem articular as contribuições dos diferentes sujeitos em construções coletivas e contextualizadas para o enfrentamento das questões postas. Em contrapartida, evidencia-se também o papel dos equipamentos da política pública em prover suporte para que esta articulação ocorra, bem como para a oferta de espaços para o desenvolvimento das famílias, de seus membros e da comunidade em que estas se inserem. Com esta perspectiva, “[...] reconhece-se que a mobilização das forças no território e a integração de políticas públicas podem potencializar iniciativas e induzir processos de desenvolvimento social” (Brasil, 2009a, p. 13-14)

Desempenhar um trabalho a partir destes pressupostos, no contato direto com as famílias e com as localidades em que estas se encontram e se relacionam, implica (especialmente para a Psicologia) na construção de novos modos de ação que compreendam não apenas o sujeito singular, mas também os elementos coletivos que os unem ou os segregam na vivência comunitária. Pressupõe, portanto, que se reconheça que na atuação nos territórios, “se impõe a tarefa de se equacionar as necessidades postas pelas famílias individualmente e aquelas postas pelo conjunto das famílias, à medida que não podem se anular mutuamente” (Brasil, 2016, p.22). Nesta direção, cabe pensar em que medida os processos de trabalho indicados para estes espaços compreendem a articulação entre estas esferas da vida, que se deslocam continuamente entre o desenvolvimento individual e o desenvolvimento comunitário.

2.2 O DESENVOLVIMENTO HUMANO E O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO NOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA

A Proteção Social Básica (PSB) no âmbito do SUAS se ocupa das ações de prevenção à situação de risco ou vulnerabilidade social. Segundo as especificações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Brasil, 2009b), os serviços que compõem esta esfera são: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas. Esses serviços podem ser ofertados em locais unificados ou em unidades segmentadas no mesmo território, mantendo como eixo articulador o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que consiste no equipamento base para as ações de proteção básica.

De acordo com os parâmetros referentes ao Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), que orientam o Trabalho Social com Famílias na PSB, os procedimentos utilizados nos atendimentos devem “fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir com a melhoria de sua qualidade de vida” (Brasil, 2009b, p. 6), constituindo-se assim ações voltadas ao desenvolvimento humano de modo a “[...] favorecer processos de mudança e de desenvolvimento de protagonismo e da autonomia, prevenindo a ocorrência de situações de risco social” (Brasil, 2012b, p.23).

Indica-se que o trabalho social esteja voltado a oportunizar aquisições sociais e materiais às famílias e seus membros, bem como às comunidades em que estes vivem, que lhes possibilitem melhores condições para o alcance da cidadania e a conquista de direitos (Brasil, 2012a, p. 49). Deste modo, desdobra-se enquanto esferas de atuação neste campo o suporte às demandas concretas das famílias, contempladas através de aquisições materiais,

bem como a provisão de aquisições sociais que devem ser viabilizadas por meio de ações em que os sujeitos atendidos sejam inseridos em um processo de desenvolvimento de potencialidades.

Elementos como autonomia, protagonismo, empoderamento, autoconhecimento e autoestima são elencados como aquisições sociais esperadas enquanto potencialidades a serem desenvolvidas a partir do TSF (Brasil, 2012a). Entretanto, tais elementos não são aprofundadamente descritos e analisados. Postula-se que:

A segurança de desenvolvimento de autonomia exige ações profissionais e sociais para: a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício do protagonismo, da cidadania; b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade; c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos e cidadãs sob contingências e vicissitudes” (Brasil, 2005, p.92).

As ações dos técnicos atuantes nos serviços devem estar voltadas para a ampliação de possibilidades para um exercício de maior liberdade e independência pelos usuários em suas trajetórias de vida, de modo que se viabilize o rompimento com um histórico no qual “décadas de clientelismo consolidaram neste país uma cultura tuteladora que não tem favorecido o protagonismo nem a emancipação dos usuários das Políticas Sociais e especialmente da Assistência Social aos mais pobres em nossa sociedade” (Yazbek, 2008, p.3).

Assim, a proposição de ações que viabilizem o protagonismo e o acesso aos seus direitos sociais são, nesta perspectiva, necessárias para que a política de assistência social torne-se efetiva (Faermann & Nascimento, 2016), especialmente ao se pretender demarcar uma concepção

aliada ao desenvolvimento humano e social e não tuteladora ou assistencialista, ou ainda, tão só provedora de necessidades ou vulnerabilidades sociais. O desenvolvimento depende também de capacidade de acesso, vale dizer da redistribuição, ou melhor, distribuição dos acessos a bens e recursos, isto implica incremento das capacidades de famílias e indivíduos (Brasil, 2005, p.17).

Em contrapartida, tal qual indicam Battistelli, Rodrigues e Cruz (2018), cabe observar que, em certos momentos, a Política Nacional de Assistência Social, ao incumbir aos agentes da política a função de promover a construção do protagonismo e da autonomia dos usuários, como um meio de superação das condições de vulnerabilidade e risco social, “enuncia que os usuários não têm autonomia e que são, em determinada medida, responsáveis pela condição denominada vulnerável, sendo que, mediante seus esforços individuais, esses podem superar a pobreza (ou miséria)” (p. 99). Desta posição, desdobra-se, por um lado o lugar despotencializado em que se coloca o usuário, como sendo desprovido de autonomia e destituído do exercício de cidadania e, por outro o processo de responsabilização pela condição de vulnerabilidade na medida em que sua superação é apresentada como atrelada a ausência de atributos individuais.

Destaca-se que o processo de elaboração e consolidação das políticas sociais no país apresenta também diversos atravessamentos, como a influência do modelo de seguridade norte-americano e das políticas econômicas adotadas, que desdobraram em incentivos a iniciativas privadas e na focalização das ações. Dentro desta perspectiva, que tem como ponto de partida a análise da influência de pressupostos liberais na construção das diretrizes da política, Viana (2014) sinaliza que embora se mostre evidente que a defesa pela adoção de práticas voltadas para o desenvolvimento de protagonismo e autonomia entre o público atendido tem o objetivo de superar modelos tuteladoras e clientelistas, a ênfase em dotar os indivíduos de habilidades e capacidades para sua autoproteção pode ter como resultante um

processo de responsabilização dos usuários por sua condição de pobreza e pela superação desta.

Deflagra, deste modo, que uma aposta unicamente pautada no incremento a aptidões pessoais dos usuários invisibiliza os impactos das condições sociais excludentes que incidem sobre a população. Assim, entendemos que, ainda que se apresentem elementos individuais e particulares, a ênfase deve se colocar na construção de uma perspectiva de desenvolvimento humano que, para além do desenvolvimento de capacidades e habilidades por parte dos usuários, englobe reconhecimento destes enquanto sujeitos ativos no mundo e na história. De acordo com o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP)

Compreender o papel ativo do indivíduo e a influência das relações sociais, valores e conhecimentos culturais sobre o desenvolvimento humano pode favorecer a construção de uma atuação profissional que seja transformadora das desigualdades sociais. Ao levar em consideração essa dimensão do desenvolvimento dos sujeitos, contribui-se para a promoção de novos significados ao lugar do sujeito cidadão, autônomo e que deve ter vez e voz no processo de tomada de decisão e de resolução das dificuldades e problemas vivenciados (2008, p. 26).

Com isso, aponta a uma perspectiva de atuação que perpassa a recusa à naturalização das desigualdades sociais, ao passo que também possibilite um posicionamento no qual os usuários da assistência social “deslocam-se da condição de necessitado ou carente para a condição de portador de direitos sociais” (Romagnoli, 2015, p.450). Esta posição pressupõe a compreensão do humano enquanto produtor de sua realidade social, e não apenas como produto desta, na medida em que

Se o homem não for visto como produto e produtor, não só de sua história pessoal mas da história de sua sociedade, a Psicologia estará apenas reproduzindo as condições

necessárias para impedir a emergência das contradições e a transformação social (Lane & Codo, 1989, p. 14).

Além disso, aponta para a relação do homem com sua realidade como elemento importante para a compreensão de seu processo de desenvolvimento. Nessa direção, a política incentiva a opção pela realização de ações que possam congregiar um conjunto de famílias, em decorrência

... da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro (Brasil, 2012b, p. 23).

Dada a natureza relacional dos processos de desenvolvimento humano, que perpassa a vivência social e as experiências coletivas, cabe a reflexão acerca da vinculação destes com outra dimensão do TSF: o desenvolvimento comunitário.

Destaca-se, dentre as indicações acerca do trabalho a ser realizado, a orientação para a execução de “Ações Comunitárias” que reúnam os usuários em atividades coletivas com enfoque em objetivos comuns, com vistas a “promover a comunicação comunitária, a mobilização social e o protagonismo da comunidade; fortalecer os vínculos entre as diversas famílias do território, desenvolver a sociabilidade, o sentimento de coletividade e a organização comunitária [...]” (Brasil, 2012b, p. 35).

Conforme pontuam Ximenes, de Paula e Barros (2009), cabe observar que “o desenvolvimento de ações no espaço comunitário não necessariamente indica ampliação de vínculos sociais, tampouco lineamentos transformadores daquela dinâmica intersubjetiva” (p.692), especialmente entendendo que estas podem ser guiadas por diferentes aportes teóricos, metodológicos e ético-políticos. Nesta direção, os autores indicam que frente às

vertentes assistencialistas e tecnicistas em Psicologia comunitária, cabe à atuação no âmbito do SUAS a opção por aportes alinhados a uma perspectiva comunitário-libertadora, pautada “na construção compartilhada de conhecimentos de maneira dialógica e colaborativa, na qual se destaca a problematização de saberes e de relações de poder alinhavados e, por vezes, naturalizados no cotidiano” (p.692).

Tais práticas pressupõem, portanto a interação e a colaboração entre os diferentes sujeitos envolvidos no trabalho bem como a necessária participação da comunidade. Tal ponto corrobora com a afirmação de que “[...] estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum” (Brasil, 2017, p. 30).

Evidencia-se deste modo que a opção pela proposição de ações alicerçadas nos processos de convivência comunitária não se fundamenta simplesmente em uma suposta possibilidade de ampliação de atendimento a parcelas maiores da população, sendo que em verdade esta sua adoção se justifica pela

premissa segundo a qual as comunidades possuem uma gama de redes interativas que perpassam – junto com outros vetores – a complexa construção de pessoas e grupos que ali vivem, podendo, assim, servir de base para que a práxis psicológica se constitua de modo diametralmente oposto a vieses psicologizantes (Ximenes, de Paula & Barros, 2009 p. 692).

Na dimensão comunitária faz se presente a rede de relações que perpassam as interações entre o coletivo de sujeitos que compartilham o mesmo território, através da qual pode-se privilegiar o compartilhamento de questões comuns e a articulação destas, contribuindo para a mobilização social e “o exercício da cidadania ativa, apreendida como um processo permanente de participação na vida social e política e de conquistas de novos

direitos” (Brasil, 2012b, p. 36).

Assim, o Trabalho Social com Famílias no âmbito da PSB se desloca a uma dupla tarefa. Por um lado, deve estar direcionado ao fortalecimento das famílias e o desenvolvimento de potencialidades entre seus membros que lhes possibilite melhores condições de existência. Por outro lado, acolhe para si uma aposta na ênfase no desenvolvimento comunitário e na participação social através do fomento a ações comunitárias direcionadas a transformações sociais mais amplas. Assume-se que a partir da participação torna-se possível intensificar

a forte sinergia entre o traço político e ético dos vínculos sociais, pois tais manifestações, embora aparentemente menores, podem ser catalizadoras de processos mobilizadores de ações mais amplas, pois rompem fronteiras e limites simbólicos e de poder ao motivar uma ação responsável consigo e com a coletividade (Brasil, 2017, p. 30).

Em contrapartida, cabe também resaltar que ainda que se mostre potente este incentivo a ação comunitária e à participação social, faz-se necessário destacar que tais orientações mantém a atuação dos técnicos do SUAS como figura de centralidade nestas ações, de modo a direcionar ao segundo plano a dinâmica própria da comunidade e seus diferentes atores, tendo em vista que as indicações propõem que cabe aos trabalhadores da política delinear modos de operação capazes de contemplar as demandas postas.

Considerando que nas ações do SUAS deve-se primar pela atuação conjunta e interdisciplinar, os parâmetros nacionais orientam que as equipe de referência busquem eleger “uma plataforma de trabalho conjunta, por meio da escolha de princípios e conceitos comuns” (Brasil, 2009a, p. 65) cujos referenciais teórico-metodológicos sejam compatíveis com as finalidades da política e com o contexto em que se atua, possibilitando o embasar a atuação profissional de forma coerente aos objetivos propostos. Deste modo, configura-se enquanto

prática na qual os profissionais da Psicologia devem “ocupar um espaço político e público, enfim, em que se possam compreender os processos de subjetivação tais como se produzem na sociedade brasileira e o diálogo com as referências teóricas conectadas a essa realidade” (Alberto, Almeida, Dória, Guedes & Sousa, 2008, p. 572).

De acordo com as diretrizes da política, os processos do Trabalho Social com Famílias se realizam na interação entre técnicos e famílias, a partir das quais

Espera-se que as ações projetadas nesse âmbito promovam mudanças no campo das relações familiares e das relações das famílias com outras esferas da sociedade, buscando tornar transparentes as estruturas dos serviços, visando o alcance dos direitos às políticas sociais. De forma geral, implicam a socialização de informações e o desenvolvimento de um processo reflexivo, característico da pedagogia-problematizadora (Brasil, 2016, p. 27).

A pedagogia problematizadora, como é denominada a perspectiva construída por Paulo Freire, é apresentada como referência para uma atuação comprometida com as finalidades almejadas pela política na medida em que se estrutura na busca pela transformação social e na compreensão do ser humano historicamente construído através de relação com o mundo (Brasil, 2012b). De acordo com o documento “Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos”:

... o educador Paulo Freire agregou o entendimento de que é no processo coletivo, em mutualidade, que se aprendem diferentes saberes igualmente importantes. Fazendo uma transposição do campo educativo para o trabalho social, a contribuição de Paulo Freire permite sustentar a possibilidade de reconhecer o mesmo valor para os conhecimentos acadêmicos e para a experiência vivida, quando ambos são colocados diante da finalidade do aprendizado e da proteção do cidadão. Desse modo, é preciso reconhecer que, nas relações educativas e de proteção social, usuários e profissionais

são sujeitos de conhecimentos e de direitos (Brasil, 2017, p. 20).

Entende-se que o referencial freireano compõe um subsídio para um trabalho social voltado aos processos de mudança que ultrapassam o âmbito individual, direcionando-se a uma perspectiva de transformação social, com foco no desenvolvimento de sujeitos ativos e coparticipantes na produção de novas leituras de si e do mundo. Assim, com vistas a ampliar o entendimento acerca da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário de acordo com o que se objetiva no âmbito da PSB do SUAS, cabe o aprofundamento das conceitualizações de Freire que podem trazer luz a essas questões.

3 ARTICULAÇÕES ENTRE A PEDAGOGIA DE PAULO FREIRE E A ATUAÇÃO NO SUAS

As indicações a respeito das prováveis contribuições de Paulo Freire ao trabalho social no campo do SUAS são presentes em diferentes diretrizes que compõem a Política Nacional de Assistência Social. Especialmente no âmbito da PSB, esta indicação tem destaque especial no documento "Orientações Técnicas sobre o PAIF: Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – Vol. 2" (2012b), que coloca em evidência a proposta teórico-metodológica desenvolvida por Freire como um corpo teórico que se aproxima dos pressupostos e finalidade esperados para a atuação na proteção social e, portanto, sugerida como metodologia de trabalho a ser adotada pelos técnicos para o desenvolvimento do TSF.

Para além destas indicações, analisar as possíveis articulações entre a pedagogia problematizadora de Freire e os processos de trabalho no SUAS voltados ao desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário, foco desta pesquisa, pressupõe uma maior compreensão a respeito pensamento do autor.

Com este objetivo, a seção está organizada partir de dois momentos: inicialmente, serão abordados elementos teórico-conceituais que fundamentam o pensamento do autor com vistas a compreender a proposta pedagógica por ele defendida para, em um segundo momento, voltar a atenção as correlações entre esta perspectiva pedagógico-formativa e o trabalho social no SUAS tendo como eixo articulador a vivência comunitária.

3.1 O HUMANO NA CONSTRUÇÃO DE SI E NA CONSTRUÇÃO DO MUNDO: AS RELAÇÕES ENTRE A HUMANIZAÇÃO E A OPRESSÃO SOCIAL.

Compreender as possíveis contribuições da perspectiva freireana para as ações na PNAS demanda a observação dos elementos conceituais que subsidiam o olhar pedagógico-formativo desenvolvido pelo autor. Observa-se que o percurso de construção do pensamento de Paulo Freire não está alicerçado apenas na formulação de métodos para o aprendizado da leitura e da escrita. Mais do que isto, sua preocupação se encontra centrada na percepção da inseparabilidade entre a leitura das palavras da leitura do mundo, percepção esta que direcionou o delineamento de uma proposta formativa fundamentada na reflexão crítica sobre a presença humana no mundo e as articulações entre o processo educativo, a produção de conhecimento e os processos de mudanças sociais (Freire, 2015).

Entendendo que “não é possível fazer uma reflexão sobre o que é a educação sem refletir sobre o próprio homem” (Freire, 2013a, p. 23), o pensamento de Freire se debruça à compreensão da existência humana a partir de sua interação com a realidade social. Diante disso, como disparador para a discussão que aqui buscamos realizar, cabe perguntarmos-nos inicialmente: Como são entendidos os sujeitos de acordo com perspectiva de Freire?

Nessa direção, a definição primeira para a compreensão do pensamento do autor diz respeito a seu entendimento acerca do ser humano. Tendo como ponto de partida a historicidade dos seres e da realidade, Freire indica que os humanos têm o inacabamento como marca que os caracteriza. De acordo com o autor, inseridos no movimento da história, mulheres e homens se fazem enquanto “[...] seres que estão sendo, como seres inacabados, inconclusos, em e com uma realidade que, sendo histórica também, é igualmente inacabada” (Freire, 1970, p. 79). Assim, a partir de uma percepção histórica que nega as concepções fixas

e deterministas da realidade, evidencia que mulheres e homens encontram-se inseridos em um processo constante de mudança em virtude da inconclusão que vivenciam.

Essa condição de inconclusão, por sua vez, gera impactos nos seres humanos. Segundo Freire (2003): “Entre nós, mulheres e homens, a inconclusão se sabe como tal. Mas ainda, a inconclusão que se reconhece a si mesma implica necessariamente a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca” (p. 55). Como seres sócio-históricos-culturais dotados da capacidade de autorreflexão, a consciência do inacabamento os converte em seres cuja curiosidade lhes é intrínseca à existência e que impulsiona todo o movimento de busca e pesquisa que sustenta a possibilidade de produção do conhecimento. (Freire, 2003, p. 55). A incompletude do humano, portanto, o coloca em uma relação com o mundo como quem o observa curiosamente enquanto um vasto campo de possibilidades a serem buscadas e descobertas. De acordo com o autor:

A consciência da incompletude nos seres humanos leva-nos a envolver-nos em um processo permanente de pesquisa. É precisamente esta busca constante que faz com que a esperança apareça. Na verdade, como é que eu posso possivelmente buscar sem esperança o que estou procurando? Mas esta incompletude como seres humanos também nos empurra rumo à ação e, assim, torna-nos seres com opções, seres que têm a possibilidade de decisões, seres que têm a possibilidade de ruptura e, finalmente, seres que têm a possibilidade de ser éticos (Freire, 2015, p.79).

Assim, a postura curiosa diante da consciência do inacabamento faz dos humanos seres dotados da capacidade ontológica de aprender, ou seja, como seres incompletos, o aprendizado se faz um componente da existência humana. Mais do que isto e a partir disto, se fazem enquanto seres capazes de criar, sonhar, compartilhar experiências e saberes, produzir cultura e, desde modo, construir a história. A partir deste traço eminentemente humano,

...mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma Presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como “não-eu” se reconhece como “si própria”. Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém , que transforma, que fala do que faz mas também do que sonha, que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe (Freire, 2003, p. 18).

Sendo presença no mundo, que é histórico e por isso passível de mudança, mulheres e homens se colocam como seres ativos em seu processo de desenvolvimento e na construção de transformações na sociedade. Deste modo, “a partir das relações do homem com a realidade, resultantes de estar com ela e de estar nela, pelos atos de criação, recriação e decisão, vai ele dinamizando o seu mundo. Vai dominando a realidade. Vai humanizando-a” (Freire, 1967, p. 50). No processo de humanização do mundo, de intervenção humana na realidade, mulheres e homens humanizam a si mesmos. A humanização é, portanto, decorrente do movimento humano de permanente busca por ser mais que se desenvolve dialeticamente no processo de transformação de si e transformação do mundo.

Este processo de busca, por sua vez, não se faz deslocado dos processos históricos e sociais que permeiam a realidade em que se encontram. Nesse sentido, ainda que estejamos vocacionados à humanização, a possibilidade de que esta ocorra pode ser contraditada caso se constituam socialmente condições que inviabilizem a postura ativa do humano e interrompam seu movimento de ser mais. Nestas condições se instaura um processo de desumanização, fato concreto que pode ser observado na história, resultante de uma ordem social injusta (Freire, 1970).

Assim, não se constitui como um destino fadado a realizar, mas como fruto de processos de opressão que negam a mulheres e homens a possibilidade de humanização (Freire, 1970). A opressão se coloca como condição de violento assujeitamento aos humanos

que, frente à ordem social excludente, são convertidos à condição de objetos e impedidos de exercer o movimento de busca por ser mais. Segundo a afirmação de Freire (1970),

Seria, realmente, uma violência, como de fato é, que os homens, seres históricos e necessariamente inseridos num movimento de busca, com outros homens, não fossem o sujeito de seu próprio movimento. Por isto mesmo é que, qualquer que seja a situação em que alguns homens proibam aos outros que sejam sujeitos de sua busca, se instaura como situação violenta. Não importam os meios usados para esta proibição (Freire, 1970, p. 37).

Dado o caráter violento que este processo pressupõe, a desumanização que produz incide igualmente sobre opressores e oprimidos. Aos primeiros, em decorrência da violência de suas ações e aos segundos em virtude da posição de impedimento a que são submetidos (Freire, 1970). Entranhada nas relações autoritárias estabelecidas desde a colonização (Freire, 1967), a opressão social no Brasil se expressa em relações de dominação que negam o outro como sujeito e se apresenta como marca histórica que se reitera e se atualiza até os dias atuais, materializando-se através da exploração do trabalho, da miséria e de desigualdades sociais, raciais e de gênero. Enquanto condição desumanizante, sua perpetuação não poderia ocorrer sem disseminação de seus efeitos. Conforme Freire (1970, p.21) sinaliza,

Em verdade, instaurada uma situação de violência, de opressão, ela gera toda uma forma de ser e comportar-se nos que estão envolvidos nela. Nos opressores e nos oprimidos. Uns e outros, porque concretamente banhados nesta situação, refletem a opressão que os marca.

Tendo observado os efeitos da opressão que incidem sobre a população e entendendo a desumanização que esta instaura, Freire aponta a necessidade de desenvolvimento de ações que tenham como horizonte a construção de condições de possibilidade para a humanização. Nessa perspectiva, o autor pontua que

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz (Freire, 1992, p. 51).

Assim, a perspectiva freireana se constitui na busca pela construção de caminhos que possibilitem a concretização da humanização, através da ruptura com as marcas da opressão social, de modo a possibilitar o resgate à postura ativa do humano diante do mundo. Seus questionamentos, que são fomentados a partir da dimensão educativa e do campo pedagógico, se expandem e se aplicam às demais práticas sociais que buscam a superação de condições sociais opressivas fundamentadas no desenvolvimento de ações promotoras de mudanças sociais.

O autor indica que “[...] assim como a luta pela humanização pressupõe a desumanização, como fato concreto ou como ameaça, assim também ambas envolvem práticas educativas antagônicas. É que, como temas contrários entre si, a humanização e a desumanização apontam tarefas educativas necessariamente contrárias também” (Freire, 2011, p.124). Para a construção de um caminho educativo voltado à humanização, Freire parte da denúncia a modelos formativos que funcionam como mantenedores da opressão social contrapondo-os sua proposta de educação libertadora. Antagonizam-se deste modo duas posições: a bancária, que perpetua as condições de dominação, e a problematizadora, que busca na reflexão crítica sobre a realidade opressiva e as possibilidades de ação para sua transformação (Freire, 1970).

A primeira posição, por Freire denominada como educação bancária, possui uma postura formativa voltada a reprodução do que está posto por meio de uma narrativa alienada e alienante (Freire, 1970). Este modelo tem como lógica de funcionamento o depósito de

informações e comunicados, em um processo em que o sujeito tido como detentor do conhecimento o transfere aos demais, aos desprovidos de saber, como em um ato de depósito. A estes últimos, cabe unicamente a postura passiva de repositório de informação e de ajustamento diante do mundo. Nas palavras de Freire (1979):

Na concepção bancária da educação, o conhecimento é um dom concedido por aqueles que se consideram como seus possuidores àqueles que eles consideram que nada sabem. Projetar uma ignorância absoluta sobre os outros é característica de uma ideologia de opressão (p. 41).

Ao deslocar a relação com o conhecimento de um ato de produção para um ato de doação, a educação bancária tem como efeito o cerceamento da capacidade de criação, reflexão e autonomia daqueles por ela formados. Assim, se constitui enquanto modelo opera com vistas a “[...] controlar o pensar e a ação, levando os homens ao ajustamento ao mundo” (Freire, 1970, p. 71), direcionando-os a uma postura de passividade perante a condições sociais.

Para tanto, enquanto prática educativa, a educação bancária se estrutura por meio do estabelecimento de uma relação antidialógica que, de acordo com Freire, “implica numa relação vertical de A sobre B” (1967, p. 114) na qual a comunicação é impossibilitada e substituída pela distribuição de comunicados por parte de um dos sujeitos. Assim, por meio do antidiálogo, a prática bancária nega a possibilidade de fala e se impõe aos sujeitos como condição de impedimento ao exercício de criticidade. Desta forma, se configura como um instrumento de disseminação acrítica dos valores e modos de funcionamento estabelecidos pela estrutura social opressiva e, portanto, como ferramenta para a reprodução e a manutenção da opressão.

Em contraponto a esta visão, a pedagogia freireana tem como alicerce a crença na capacidade dos sujeitos de renúncia à acomodação diante as situações opressivas. Na medida

em nega as práticas bancárias, a pedagogia problematizadora de Freire apresenta a concepção de que "a educação autêntica [...] não se faz de A para B ou de A sobre B, mas de A com B, mediatizados pelo mundo" (1970, p.84), isto é, o processo educativo se faz na interação entre sujeitos tendo realidade social como elo de mediação.

Uma vez que mulheres e homens, como seres inconclusos, são agentes de seu próprio movimento de desenvolvimento que decorre da constante busca por ser mais, um processo formativo humanizador não poderia negar-lhes a condição de sujeitos. Assim a diferença das práticas verticalizadas que entendem que o processo formativo é composto por um sujeito formador e o objeto da formação (sujeito objetificado), a perspectiva problematizadora entende que é justamente o estabelecimento de uma relação entre sujeitos que subsidia o processo educativo.

Tendo a horizontalidade e a dialogicidade como fundamento, trata-se de uma forma de educação alicerçada na reciprocidade entre os sujeitos que, através da prática comunicativa, tornam-se coparticipantes do processo de construção de conhecimentos. De acordo com o autor, "[...] para mulheres e homens, estar no mundo necessariamente significa estar com o mundo e com os outros" (Freire, 2003, p. 58). Nesta perspectiva, o ato de conhecer não diz respeito a um processo abstrato, deslocado do mundo e da relação entre sujeitos (como por exemplo através da memorização de conteúdos já sistematizados), ao contrário, trata-se de um processo coletivo de construção de saberes a partir dos elementos observados na realidade e para promoção de mudanças nesta realidade.

Deste modo, o pensamento freireano parte do entendimento acerca de sua concepção do humano e esta se desdobra na reflexão sobre a relação do homem com sua realidade como ponto de partida para a percepção do movimento humano de construção de si e do mundo. Distanciando-se dos processos de reprodução de ideias fixas e estáticas a respeito da realidade social, a proposta do autor se desenvolve a partir do processo contínuo de problematização

acerca das situações existenciais vivenciadas cotidianamente pelos sujeitos participantes do processo, entendendo que o exercício problematizador promove a conscientização a respeito das condições opressivas bem como possibilita o delineamento de estratégias de enfrentamento às dificuldades postas por este cenário. Neste movimento,

Quanto mais progride a problematização, mais penetram os sujeitos na essência do objeto problematizado e mais capazes são de “desvelar” esta essência. Na medida em que a “desvelam”, se aprofunda sua consciência nascente, conduzindo assim à conscientização da situação pelas classes pobres (Freire, 1979, p. 45).

Este processo, que tem como ponto de partida e objeto de análise as situações concretas vivenciadas pelos sujeitos, se desenvolve por meio do diálogo entre os participantes. De acordo com o autor:

O que se pretende com o diálogo, em qualquer hipótese (seja em torno de um conhecimento científico e técnico, seja de um conhecimento “experencial”), é a problematização do próprio conhecimento em sua indiscutível reação com a realidade concreta na qual se gera e sobre a qual incide, para melhor compreendê-la, explicá-la, transformá-la (Freire, 2013b, p. 42).

Deste modo, o diálogo se apresenta na proposta pedagógica do autor como um instrumento para a construção de conhecimentos sobre a realidade a partir do qual mulheres e homens podem intervir sobre ela. Para Freire (2011, p. 62) “a palavra humana é mais que um mero vocábulo” a ser proferido pelos sujeitos, isso porque, através das palavras mulheres e homens podem implicar-se no processo de reflexão sobre a realidade que os cerca, o que os conduz, como desdobramento da reflexão, à ação humana sobre o mundo. Assim, composta por estas duas dimensões indissociáveis, reflexão e ação, a palavra humana se faz práxis (Freire, 1970).

Há, portanto, na ótica freireana, uma inseparabilidade entre a pronúncia das palavras e a pronúncia do mundo. O direito de dizer a palavra, negado no antidiálogo das práticas bancárias, é indicado como um dos eixos centrais tanto para a construção de conhecimento como para a retomada dos sujeitos em seu movimento de humanização. Com isso, indica também a característica relacional que este processo apresenta, na medida em que a experiência dialógica pressupõe a interação social entre os sujeitos.

Tendo em vista que o processo reflexivo que fundamenta a compreensão da realidade ocorre através do diálogo, o ato de conhecer nunca é individual. Nesse sentido, o autor pontua que:

Ao nos comunicarmos, no processo de conhecimento da realidade que transformamos, comunicamos e sabemos socialmente, apesar de o processo de comunicação, de conhecimento, de mudança, ter uma dimensão individual. Mas o aspecto individual não é suficiente para explicar o processo. Conhecer é um evento social, ainda que com dimensões individuais (Freire, 1986, p. 65).

Esta perspectiva dialógica de educação aponta, portanto, para um processo colaborativo de construção de conhecimentos. Entende-se neste caminho, que “[...] na problematização, cada passo no sentido de aprofundar-se na situação problemática, dado por um dos sujeitos, vai abrindo novos caminhos de compreensão do objeto da análise aos demais sujeitos” (Freire, 2013b, p. 75), de modo que toda participação individual corrobore ao desenvolvimento coletivo de construção de saberes e modos de ação sobre o mundo.

Neste modelo de entendimento do processo educativo, “[...] além do sujeito pensante, do objeto pensado, haveria, como exigência (tão necessária quanto a do primeiro sujeito e a do objeto), a presença de outro sujeito pensante, representado na expressão de companhia” (Freire, 2013b, p. 59). Deste modo, o desenvolvimento dos sujeitos não se dá na

individualidade e sim em articulação e em companhia com as vivências dos demais. Para Freire (1970, p.175):

O eu dialógico...sabe que é exatamente o tu que o constitui. Sabe também que, constituído por um tu — um não eu —, esse tu que o constitui se constitui, por sua vez, como eu, ao ter no seu eu um tu. Desta forma, o eu e o tu passam a ser, na dialética destas relações constitutivas, dois tu que se fazem dois eu.

Nesse sentido, o humano se constitui e se desenvolve na medida em que estabelece relações com os outros a partir do movimento no qual, reconhecendo o outro como sujeito, pode reconhecer a si mesmo enquanto tal. Por ser este um processo dialógico e, portanto, balizado pela interligação entre ação-reflexão, o reconhecimento de si e dos outros enquanto sujeitos desdobra-se em um movimento de compreensão e atuação perante o mundo que comungam. Tendo este entendimento, o autor pontua ainda que

.... já que os homens não existem fora do mundo, fora da realidade, o movimento deve começar com a relação homem-mundo. Consequentemente, o ponto de partida deve estar sempre nos homens, no seu aqui e no seu agora, que constituem a situação em que se encontram, ora imersos, ora emersos, ora insertados. Somente partindo desta situação – que determina a percepção que eles têm – podem começar a atuar. (Freire, 1979, p. 42)

Estando em constante interação entre si e com sua realidade, o processo de construção de conhecimentos e de desenvolvimento dos sujeitos não se faz deslocado de contexto em que estes se encontram. Ao contrário, a realidade social os envolve e se apresenta como ponto de partida através do qual os sujeitos se envolvem em coparticipação no exercício dialógico-problematizador que, por sua vez, resulta em uma ação conjunta de transformação sobre a realidade problematizada. O mundo é, desta forma, “[...] o mediatizador dos sujeitos da

educação, a incidência da ação transformadora dos homens, de que resulte a sua humanização” (Freire, 1970, p. 82).

É neste sentido que, em uma perspectiva freireana, o processo educativo se desdobra de mudança de si e da sua realidade cuja transformação demanda a ação humana coletivizada. Assim, diz de uma ação humana coletiva-transformadora sobre as circunstâncias vivenciadas em que mulheres e homens, movidos pelo movimento individual de busca por ser mais, podem se envolver em comunhão com outros na produção de ações sociais que culminem na construção de mudanças no mundo. Explicita-se, desta forma, que “Esta busca do ser mais [...] não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires [...]” (Freire, 1970, p. 109), de modo que estes se façam conjuntamente sujeitos do processo de humanização de si e do mundo.

Nesta direção, sejam quais forem os âmbitos em que se atue um trabalhador social balizado pela perspectiva problematizadora, sua atuação deve estar voltada ao estabelecimento da possibilidade de que mulheres e homens possam ser mais. Dadas as condições de opressão, a possibilidade de humanização perpassa necessariamente pela ruptura com amarras reais e, portanto, é sempre processo a ser construído e não condição dada *a priori*, exigindo dos trabalhadores empenhados nesta proposta a construção de caminhos para a atuação que estejam a ela alinhados.

Assim como o processo problematizador decorre da reflexão sobre a realidade em que se vive, a construção de uma atuação profissional também tem como ponto de partida o conhecimento sobre o contexto em que se atua.

Deste modo, o trabalhador social que atua numa realidade, a qual, mudando, permanece para mudar novamente, precisa saber que, como homem, somente pode entender ou explicar a si mesmo como um ser em relação com esta realidade; que seu quefazer nesta realidade se dá com outros homens, tão condicionados como ele pela

realidade dialeticamente permanente e mutável e que, finalmente, precisa conhecer a realidade na qual atua com os outros homens (Freire, 2013a, p.43).

Pensar em uma transposição dos elementos de processo educativo para as ações na proteção social levanta questões aos profissionais que atuam no contato com a realidade abarcada pelos serviços do SUAS. Conforme temos indicado, a busca por estas repostas precisa se desenvolver a partir dos elementos que esta realidade suscita, nesse sentido, feitas as reflexões conceituais iniciais sobre o pensamento freireano, avancemos no entendimento da pedagogia problematizadora a partir do que esta nos incita a refletir tomando como base o trabalho no SUAS.

3.2 A PEDAGOGIA PROBLEMATIZADORA E O TRABALHO SOCIAL NO SUAS

Discutir sobre a realidade do trabalho social no SUAS remete tanto à reflexão acerca das finalidades e dos processos que trabalho a serem desenvolvidos quanto às condições de vida apresentada pela população a que este trabalho se destina. Do ponto de vista documental, estabelece-se que

...a proteção social de assistência social se ocupa das vitimizações, fragilidades, contingências, vulnerabilidades e riscos que o cidadão, a cidadã e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida por decorrência de imposições sociais, econômicas, políticas e de ofensas à dignidade humana (Brasil, 2005, p.16).

Nestas configurações, os serviços do SUAS tem como público-alvo a população que sofre os impactos diretos das mazelas decorrentes da desigualdade social brasileira, que são expressas por meio das situações de vulnerabilidade e risco social em que se encontram os usuários.

Conforme apresentado anteriormente, a percepção de Paulo Freire aponta que a

condição de opressão tem como efeito a limitação das possibilidades de que mulheres e homens sejam sujeitos de sua história e dos caminhos da sociedade. Nesta perspectiva, o trabalho em uma política social que se ocupa diretamente da atuação junto às populações oprimidas e busca a construção de caminhos para o desenvolvimento humano e comunitário deve ter como horizonte o enfrentamento à condição de opressão. Entretanto, tem-se o risco de, observando a vulnerabilidade social, mas não as suas causas, trilhar caminhos que levem a responsabilização dos sujeitos pela opressão em que se encontram ou, paralelamente a esta primeira indicação, levem a consolidação deste campo como um espaço que pode ser mantenedor de posições opressivas.

Observando o processo de construção das políticas sociais no Brasil, revela-se que as práticas que consolidaram seu surgimento encontram-se mais atreladas à busca por estratégias atenuadoras dos efeitos da desigualdade social, mantendo inquestionada a estrutura social capitalista que a sustenta, não produzindo necessariamente a construção de uma real implicação na transformação desta realidade. Conforme indica Yazbek (2016), as políticas sociais brasileiras, especialmente após 1964, foram marcadas pela subordinação aos interesses políticos e econômicos capitalistas. Segundo a autora

A matriz conservadora e oligárquica, e sua forma de relações sociais atravessadas pelo favor, pelo compadrio e pelo clientelismo, emoldura politicamente a história econômica e social do país, penetrando também na política social brasileira. Do ponto de vista político, as intervenções no campo da política social e, particularmente na assistência social, vêm se apresentando como espaço propício à ocorrência de práticas assistencialistas e clientelistas, servindo também ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais” (Yazbek, 2016, p. 51)

Diante deste histórico, o cenário que moldou as ações no campo da Assistência Social foi caracterizado pela predominância de ações clientelistas e assistencialistas, deixando como

marca o reconhecimento deste espaço como um campo de benesses, caridade e/ou “troca de favores” especialmente vinculados a interesses eleitorais voltados a conquista de votos (Aguinsky, Fernandes & Tejedadas, 2009). Desta feita, ao construir sua ação direcionada à populações oprimidas, a Assistência Social por muitas das vezes se configurou como aparato mantenedor de diferentes forma de dominação e reprodução da opressão.

O estabelecimento da PNAS (2004) figura enquanto um importante marcador de mudança de paradigma com vistas à materialização de um modelo emancipatório e participativo de proteção social. No entanto, ainda que se tenha realizado uma mudança contundente na formulação estrutural da Assistência Social no país, a partir de sua fundamentação enquanto política pública de garantia de direitos, consolidar a transformação no âmbito das práticas cotidianas demanda observação de vieses mais sutis a serem enfrentados.

Nesta direção, reconhecendo que a implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) representa uma significativa transformação no plano institucional e político da Assistência Social brasileira, Benelli (2016) nos incita a manter o questionamento sobre em que medida esta transformação sinaliza de fato o rompimento com os modelos historicamente construídos de atuação perante aos efeitos da desigualdade social.

Deste modo, produzir uma reflexão acerca dos efeitos do histórico assistencialista no campo da Assistência Social figura como disparador importante a esta discussão. Freire (2013b) indica que o assistencialismo se manifesta tanto na forma concreta - que pode ser exemplificada por meio da oferta de doações materiais - quanto em uma espécie de “assistencialismo educativo” - em que o educador verbalista “doa um conhecimento” ao demais. Segundo o autor,

Ambas estas formas assistencialistas que no fundo se implicam — a material como a intelectual — impedem que os “assistidos” vejam, clara e criticamente, a realidade.

Que a desvelem, que a desnudem, que a apreendam como está sendo. Impedem que os “assistidos” se vejam a si mesmos como “assistidos” (Freire, 2013b, p. 74).

Nesse sentido, o assistencialismo opera de modo a camuflar da realidade de opressão e com isso limitando que a capacidade de inserção crítica seja exercida por aqueles que ela oprime. A exemplo do que se observa na concepção bancária de educação, as práticas assistencialistas interrompem a possibilidade de ação e reflexão sobre o mundo uma vez que não permitem que a problematização da realidade ocorra através do diálogo. Destaca-se, na perspectiva de Freire, que

O grande perigo do assistencialismo está na violência do seu antidiálogo, que, impondo ao homem mutismo e passividade, não lhe oferece condições especiais para o desenvolvimento ou a “abertura” de sua consciência que, nas democracias autênticas, há de ser cada vez mais crítica (Freire, 1967, p. 63).

Deste modo, tendo como marca a indisponibilidade ao diálogo, impõe a mulheres e homens a posição de passividade e silenciamento perante as situações que lhe acometem, “retribuindo-lhes” com a “doação” de informações sobre como agir no mundo, sendo que estas apresentam em seus conteúdos a validação às condições estabelecidas pela estrutura de opressão. Nesse sentido, observa-se, em tal posição, o não favorecimento do desenvolvimento de uma consciência crítica diante do mundo, na medida em que:

No assistencialismo não há responsabilidade. Não há decisão. Só há gestos que revelam passividade e “domesticação” do homem. Gestos e atitudes. É esta falta de oportunidade para a decisão e para a responsabilidade participante do homem, característica do assistencialismo, que leva suas soluções a contradizer a vocação da pessoa em ser sujeito (Freire, 1967, p. 57).

Negando a possibilidade de engajamento ativo dos sujeitos em suas problemáticas, impossibilita-se o desenvolvimento dos mesmos, transferindo a outros o exercício de escolha, decisão e responsabilidade.

O processo de silenciamento e de limitação da possibilidade de decisão e participação que caracterizam o assistencialismo e que marca a constituição tanto das políticas sociais no país quanto a configuração social brasileira, influem não apenas como cerceador do desenvolvimento dos sujeitos como também na participação destes em ações coletivas. Ao encontro do que se observa no âmbito das políticas sociais, Freire (1967) indica que as relações de dominação que se estabeleceram no país desde o processo de colonização pouco ofertavam condições para que a população tivesse voz ativa na construção comunitária. O autor reitera que:

Entre nós, pelo contrário, o que predominou foi o mutismo do homem. Foi a sua não-participação na solução dos problemas comuns. Faltou-nos, na verdade, com o tipo de colonização que tivemos, vivência comunitária. Oscilávamos entre o poder do senhor das terras e o poder do governador, do capitão-mor...em todo o nosso background cultural, inexistiam condições de experiência, de vivência da participação popular na coisa pública. Não havia povo. (Freire, 1967, p. 78)

Oscilando entre o poder verticalizado e paternalista de diferentes senhores, têm-se prejudicada em nossa história as condições para o exercício político da vivência comunitária e participação social. Carecemos, enquanto sociedade, de experiências de atuação e participação na dimensão pública e societária que favoreçam os processos de desenvolvimento comunitário. No campo específico da política da Assistência Social, as indicações apresentadas pela PNAS (Brasil, 2004) sinalizam que o histórico que moldou as práticas neste campo impactam na efetividade da participação dos usuários na construção das ações socioassistenciais. Quanto a isso, o documento apresenta que

A concepção de doação, caridade, favor, bondade e ajuda que, tradicionalmente, caracterizou essa ação, reproduz usuários como pessoas dependentes, frágeis, vitimizadas, tuteladas por entidades e organizações que lhes “assistiam” e se pronunciavam em seu nome. Como resultado, esse segmento tem demonstrado baixo nível de atuação propositiva na sociedade e pouco participou das conquistas da Constituição enquanto sujeitos de direitos (Brasil, 2004, p. 52).

Nestes moldes, os usuários “renunciam” ao seu papel de sujeitos, mantendo-se na postura silenciosa e pouco participativa que transfere para a equipe técnica o direito à decisão e pronúncia do mundo. Estas manifestações sinalizam a materialização dos efeitos de opressão na população assistida que, sendo reiteradamente direcionados à posição de objetos, se fazem deslocados da possibilidade de se assumirem enquanto sujeitos de direitos capazes de participar efetivamente no desenvolvimento social por meio de atuação política. Retomando as indicações de Freire (2001), podemos observar que

Às vezes, a violência dos opressores e sua dominação se fazem tão profundas que geram em grandes setores das classes populares a elas submetidas uma espécie de cansaço existencial que, por sua vez, está associado ou se alonga no que venho chamando de anestesia histórica, em que se perde a idéia do amanhã como projeto. O amanhã vira o hoje repetindo-se, o hoje violento e perverso de sempre (p. 27).

Diante da opressão que se estende ao longo dos anos e que se vê reiterada cotidianamente, a dimensão histórica e cultural da realidade fica suprimida da percepção dos oprimidos. Perde-se, com isso, a percepção da história como tempo de possibilidade e a compreensão de que o futuro se encontra em processo constante de construção e transformação por meio da ação humana. Este processo de cansaço existencial e anestesia histórica gera uma paralisia diante da realidade que tem como resultado a perpetuação de postura fatalista perante o mundo.

O fatalismo, tão presente nas sociedades latino americanas, é definido por Freire (2003, p.19) como uma ideologia neoliberal imobilizante que:

insiste em convencer-nos de que nada podemos contra a realidade social que, de histórica e cultural, passa a ser ou a virar “quase natural”. Frases como “a realidade é assim mesmo, que podemos fazer?” ou “o desemprego no mundo é uma fatalidade do fim do século” expressam bem o fatalismo desta ideologia e sua indiscutível vontade imobilizadora.

Como um dos modos de perpetuação das condições de opressão, o fatalismo se expressa no dia a dia através de falas que naturalizam as desigualdades sociais, promovendo o não questionamento acerca dos efeitos sociais resultantes do sistema capitalista e da economia neoliberal. Assim, transmite a sensação de que as condições sociais se constituem como entidades imóveis e imutáveis, paralisando a atuação dos sujeitos, uma vez que reproduz uma aparente impossibilidade de mudança.

Como mostra a pesquisa realizada por Pinto (2019), no contexto do SUAS, falas como estas ficam evidentes nos relatos expressos por sujeitos destinatários dos serviços socioassistenciais. A autora observa que, reconhecendo a concretude das mazelas sociais a que são expostos, os sujeitos tendem a conceber a origem das desigualdades sociais como um atributo resultante da vontade de Deus. Deste modo, a intervenção de divina é por vezes vislumbrada pelos sujeitos possibilidade única para a mudança das condições de miserabilidade, não havendo, portanto, ações cabíveis às mulheres e homens que sejam capazes de promover alterações nesta realidade.

Conforme nos indica Freire, “Enquanto as pessoas atribuírem a fome ou a pobreza que as destroem ao destino, à fatalidade ou a Deus, pouca chance haverá de promover ações coletivas” (2015, p.38). Nesse sentido, pensar ações que articulem o desenvolvimento humano e o desenvolvimento comunitário no âmbito do SUAS, visando a consolidação de um projeto

ético-político transformador das condições sociais injustas, tem como desafio a construção de práticas que possibilitem o rompimento com percepções fatalistas da realidade que mantém os usuários em uma posição de passividade e conformismo.

Em diálogo com a perspectiva freireana, a ideologia fatalista é amplamente discutida por Martín-Baró (2017). Segundo o autor, esta pode ser analisada a partir de três eixos - descritos como as dimensões ideacional, afetiva e comportamental - que se articulam e se expressam na naturalização da realidade opressiva, no baixo envolvimento emocional e na assunção de uma postura de passividade e conformismo. Em contrapartida, o autor pontua que a atitude fatalista não é absoluta ou imutável, de modo que o rompimento com esta se faz como um horizonte possível para as práticas, com a ressalva de que esta só se produz a partir da interação dialética entre as mudanças pessoais dos sujeitos e as mudanças concretas nas condições sociais.

Ao observar os efeitos da opressão que se prolongam na adoção de posturas passivas e conformistas por parte dos sujeitos oprimidos, Freire (1992, p. 55) pontua que “Não há dúvida, por exemplo, de que nosso passado escravocrata nos marca como um todo até hoje”. De tal forma, este histórico que perdura no tempo estrutura as relações sociais que se estabelecem na interação entre classes sociais dominantes e dominadas que, cada uma a seu modo, expressam ainda hoje práticas e compreensões de mundo fortemente alicerçadas neste passado que se reintera constantemente. Contudo, conforme destaca o autor,

...o passado escravocrata não se esgota apenas na experiência do senhor todo-poderoso que ordena e ameaça e do escravo humilhado que "obedece" para não morrer, mas na relação entre eles. E é exatamente obedecendo para não morrer que o escravo termina por descobrir que “obedecer”, em seu caso, é uma forma de luta, na medida em que, assumindo tal comportamento, o escravo sobrevive. E é de aprendizado em aprendizado que se vai fundando uma cultura de resistência, cheia de "manhas", mas

de sonhos também. De rebeldia, na aparente acomodação (Freire, 1992, p. 55).

Deste modo, na medida em que se põe em evidência a condição de assujeitamento a que foram submetidas às populações oprimidas, especialmente em nosso país, ao longo dos processos históricos que aqui se deram, cabe também manter a atenção aos movimentos de enfrentamento e resistência que se delineiam na suposta passividade.

A partir destes contornos, refletir sobre os processos de trabalho do SUAS a partir de perspectiva problematizadora de Freire, demanda uma ênfase na necessidade do envolvimento crítico e ativo dos sujeitos para problematização do cenário em que vivem. Além disso, pressupõe a consolidação de uma posição de reconhecimento, por parte de equipe técnica, de que os usuários se fazem capazes de efetivar este envolvimento. Assim, colocar ou não este processo em movimento a partir dos trabalhos realizados no campo da Assistência Social vai depender também das opções técnicas empregadas pelos profissionais nas práticas que executam.

Tendo como base a pedagogia problematizadora, a construção de espaços dialógicos possui papel central para a consolidação de práticas que estimulem a ação-reflexão e interrompam os processos assistencialistas e tutelares que o antidiálogo sustenta. Nestes espaços, tem-se a tarefa de criar condições para o estabelecimento de uma relação em que os usuários, na interação entre si e com os profissionais dos serviços,

...ensaíam a experiência profunda da assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. Assumir-se como sujeito porque capaz de reconhecer-se como objeto. Assunção de nós mesmo não significa a exclusão dos outros. É a “outredade” do “não-eu”, ou do tu, que me faz assumir a radicalidade de meu eu (Freire, 2003, p. 41).

Isto é, propiciar condições para que a relação com os outros e com a equipe técnica, possam vivenciar a experiência de assumir-se enquanto sujeito, rompendo com a postura de silenciamento e passividade que lhes foram impostas, retomando assim seu espaço de fala e participação no campo social. Alinhado a esta perspectiva, as orientações para o trabalho social indicam que:

O processo reflexivo é sempre acionado por determinadas situações reais/concretas, buscando, a partir delas, realizar um diálogo problematizador. Esse diálogo busca construir o caráter coletivo implicado nessas situações e, por isso, o processo reflexivo pode ser caracterizado como a experiência na qual as pessoas mudam sua maneira de compreender o mundo e as relações humanas (Brasil, 2016, p.27).

Esse espaço direcionado a reflexão sobre a comunidade e os modos como a vida ali se faz, propicia não apenas a mudança individual na forma de conceber criticamente a realidade como também promove o reconhecimento de uma dimensão partilhada que enlaça os diferentes atores que compõem a política. Vendo-se imersos em uma realidade comum, elementos coletivos podem passar a ser observados e a partir destes a dialogicidade se faz possível.

Através do diálogo problematizador, os sujeitos que se encontram e reencontram-se em um mundo comum, podem assim reconhecê-lo como um mundo de opressão. Conscientes desta realidade e retomados em sua condição de sujeitos, sua capacidade de ação é ampliada. Como indica Freire (2013a, p.27), “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias”.

Nesta direção, as indicações também pontuam que, através do diálogo problematizador, as famílias atendidas podem:

...enriquecer a maneira como encaram a si mesmas, os outros e a realidade, ao mesmo tempo em que se envolvem na conquista de novas forças e de novos instrumentos para transformar a realidade vivenciada. Assim, torna-se possível: a) incrementar as discussões sobre as questões cujas soluções estão fora do alcance das famílias individualmente e, b) possibilitar a organização coletiva. (Brasil, 2016, p.27)

Deste modo, a ampliação dos espaços de fala nos diferentes equipamentos da política, com vistas à problematização das questões observadas pelos sujeitos em seus territórios, constitui-se como uma ferramenta importante no processo de coletivização das demandas e no reconhecimento dos elementos comunitários que podem ser abarcados por meio de ações conjuntas. Além disso, na medida em que promove o alcance a soluções não encontradas individualmente, o processo coletivo expande as possibilidades de enfrentamento a dificuldades postas para a promoção de mudanças nas condições de vida dos usuários e de suas comunidades.

Tendo em vista que “[...] o conhecimento se constitui nas relações homem-mundo, relações de transformação, e se aperfeiçoa na problematização crítica destas relações” (Freire, 2013b, p. 28), o processo dialógico-problematizador fundamenta um movimento coletivo de construção de um saber novo e contextualizado a partir das questões postas pela comunidade. Deste modo, busca-se um rompimento com a postura de silenciamento, fatalismo e acriticidade difundidos por modelos mantenedores da opressão, ressaltando-se que esta “[...] superação não se faz no ato de consumir ideias, mas no de produzi-las e de transformá-las na ação e na comunicação” (Freire, 1970, p. 109).

Nesta perspectiva, através da vivência comunitária, o mundo compartilhado é colocado como objeto de mediação através do qual se torna possível uma comunicação que articule os saberes prévios de cada sujeito para a construção de um saber novo que possa subsidiar a criação de projetos comuns. Evidencia-se, assim, “[...] um traço eminentemente

político da convivência: poder experimentar uma condição de igualdade para poder projetar com o outro mudanças para si e para a coletividade” (Brasil, 2017, p. 77).

Todo este processo, por sua vez, pressupõe um reordenamento acerca do lugar em que o saber técnico é colocado. Como bem indica Freire (2013b, p.60):

Se o sujeito “A” não pode ter no objeto o termo de seu pensamento, uma vez que este é a mediação entre ele e o sujeito “B”, em comunicação, não pode igualmente transformar o sujeito “B” em incidência depositária do conteúdo do objeto sobre o qual pensa. Se assim fosse - e quando assim é -, não haveria nem há comunicação. Simplesmente, um sujeito estaria (ou está) transformando o outro em paciente de seus comunicados.

Assim, demanda-se a construção de práticas de trabalho em que se reconheça os sujeitos como portadores saberes relativos a sua história e ao seu contexto a partir dos quais possa se consolidar caminhos de diálogo em contato com o saber técnico, superando a hierarquização entre estes. Neste sentido, há o reconhecimento de que um dos grandes desafios para o exercício do trabalho social consiste em “[...] superar o predomínio do agir tutelar no atendimento das famílias; a extrema valorização da racionalidade técnico-instrumental, e não da razão comunicativa; e a ênfase no controle, e não na emancipação”. (Brasil, 2012, p.93).

Para tanto, além do entendimento acerca dos pressupostos teórico-conceituais aqui discutidos, se faz necessária uma ampliação acerca da compreensão do papel do trabalhador social que compõe o trabalho no SUAS. Deste modo, observando os recortes apresentados por esta pesquisa, cabe o desdobramento diante das indicações apresentadas para problematizar a atuação profissional da Psicologia nesses espaços.

4 PSICOLOGIA E PRÁTICA PROFISSIONAL NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conforme vem sendo indicado, o trabalho no SUAS apresenta especificidades a serem abarcadas para a consolidação dos objetivos e finalidades postos aos serviços que o compõe. Especialmente no caso da Psicologia, a inserção no campo da Assistência Social demarca um processo no qual esses profissionais são designados a atender e acompanhar a uma parcela da população pouco contemplada pelos serviços psicológicos tradicionais, atuando em diferentes equipamentos direcionados à famílias e comunidades em situação de vulnerabilidade e/ou risco social decorrentes de diversas expressões da desigualdade social, como a pobreza, a discriminação e a exclusão social, as condições de violência e outras fragilidades.

O contato com esta população evidencia uma realidade na qual “as desigualdades sociais em nosso país desafiam, a todo o momento, os conhecimentos da Psicologia, tanto quanto dos demais saberes sociais contemporâneos, demandando uma atenção especial para o seu enfrentamento” (CFP, 2016, p. 9). Deste modo, coloca aos profissionais que atuam junto a esta população a necessidade de ampliação das possibilidades de intervenção neste contexto.

Ainda que se faça necessário reconhecer a presença consistente de correntes do campo de conhecimento da Psicologia que carregam consigo a preocupação de cooperar para transformação de condições sociais opressivas, ao refletir sobre a inserção de psicólogas(os) nas políticas sociais não podemos desconsiderar um histórico no qual, conforme sinaliza Lacerda Jr. (2013), a emergência desta área profissional no Brasil se fez em grande medida atrelada a diferentes segmentos das classes sociais dominantes país. Destaca-se que, a partir destas condições, que “Das mais diversas formas, a psicologia brasileira promoveu concepções de indivíduo, personalidade ou comportamento que naturalizavam ou justificavam

a ordem social extremamente injusta do país” (p. 220), e que reverberam ao longo dos anos nas práticas desenvolvidas e nas análises realizadas por estes profissionais.

Nessa direção, o autor indica que, frente à observação de que novas parcelas da população passaram a ter acesso a atendimentos psicológicos por meio da oferta de diferentes serviços (especialmente vinculados às políticas públicas e a ações do “terceiro setor”), cabe refletir que não há evidências contundentes de que as referências teóricas e técnicas que fundamentam as práticas realizadas nestes serviços acompanharam este movimento de mudança (Lacerda Jr., 2013). Conforme aponta o Conselho Federal de Psicologia (CFP),

Apesar dos avanços que buscam uma ruptura com um modelo de profissão liberal com enfoque no atendimento clínico tradicional e em intervenções individuais, o escopo da formação ofertada pelos cursos de graduação em Psicologia, muitas vezes, não abrange todo o conjunto de conhecimentos e habilidades necessários ao trabalho no campo das políticas públicas (CFP, 2016, p. 9).

Em face a este cenário, o CFP elaborou diferentes documentos voltados ao trabalho das(os) psicólogas(os) no SUAS, especialmente através das ações do Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas (CREPOP), com objetivo de subsidiar a atuação profissional e contribuir para o desenvolvimento das práticas neste campo. Nesta direção, tendo como fio condutor a discussão das indicações apresentadas pelo referido órgão de classe, buscaremos nesta seção refletir acerca das especificidades da atuação das(os) psicólogas(os) nos espaços de atuação em Assistência Social.

4.1 A ATUAÇÃO DA PSICOLOGIA COMO PROFISSIONAL DA ÁREA SOCIAL NO SUAS

Diferentes estudos que abordam a inserção da Psicologia nos serviços da Política Nacional de Assistência Social apontam que, em muitas das vezes, o contato inicial da(o)

profissional com a política é marcado pela necessidade de construção de novos caminhos para a atuação profissional (Andrade & Romagnoli, 2010; Yamamoto & Oliveira, 2010). Uma das marcas contundentes para esta necessidade decorre da observação de que os serviços do SUAS apresentam às(aos) psicólogas(os) significativas restrições ao trabalho, uma vez que é vedada a utilização de práticas psicoterapêuticas, psicopedagógicas e psicodiagnósticas (Brasil, 2012a). À diferença destas práticas, que devem estar reservadas aos equipamentos públicos de saúde e educação, o CFP orienta que

A prática profissional do psicólogo junto a políticas públicas de Assistência Social é a de um profissional da área social produzindo suas intervenções em serviços, programas e projetos afiançados na proteção social básica, a partir de um compromisso ético e político de garantia dos direitos dos cidadãos ao acesso à atenção e proteção da Assistência Social (2008, p. 33).

Destaca-se, portanto, a demarcação do social como campo interventivo por excelência para as ações nesta política, no qual a atuação tem como horizonte a participação cidadã e a garantia de direitos aos usuários atendidos. Enquanto direcionamento para este trabalho,

...entende-se que a atuação dos(as) psicólogos(as) no SUAS deve estar fundamentada na compreensão da dimensão subjetiva dos fenômenos sociais e coletivos, sob diferentes enfoques teóricos e metodológicos, com o objetivo de problematizar e propor ações no âmbito social (CFP, 2007, p.32).

Refletir sobre estas delimitações acerca do fazer psicológico na Política Nacional de Assistência Social apresenta reverberações significativas ao exercício da profissão. Observa-se que essa passagem reitera a figura da(o) psicóloga(o) enquanto profissional que atua no campo da subjetividade ao passo que, ao apresentar a dimensão subjetiva a ser compreendida (aquela que diz respeito aos fenômenos sociais e coletivos), sinaliza as especificidades que este trabalho apresenta e as implicações a elas correlatas.

Dado os marcadores históricos da profissão, compreender a subjetividade a partir de vinculação com a realidade social não se apresenta necessariamente enquanto tarefa simples de se desempenhar. Podemos observar que a Psicologia construiu no decorrer de sua história um modelo de subjetividade hegemonicamente difundido que se pauta na compreensão do sujeito psicológico. Desenvolvido com base no ideário individualista, Dimenstein (2000) afirma que este modelo teve como um de seus efeitos a produção de “[...] uma concepção de subjetividade individualizada e individualizante, particular, singular a cada sujeito, mediada exclusivamente pela história pessoal de cada indivíduo” (p.98). Desvinculado da análise dos elementos sociais, culturais, histórico e políticos, este modelo ainda permeia a cultura profissional do psicólogo no país e coloca desafios àqueles que se inserem nas políticas públicas.

Na contramão desta concepção, a atuação no campo da Assistência Social “[...] deve superar a concepção individualizante e segregadora quanto às vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, na perspectiva das garantias de direitos” (CFP, 2016, p.27). Desta forma, segundo Ribeiro e Guzzo (2014, p, 89), a prática da(o) psicóloga(o) no SUAS se caracteriza pela observação acerca do modo como cada sujeito se apropria subjetivamente das condições presentes em seu contexto e dos reflexos desta interação nos processos de singularização.

Nesta direção, as indicações de CFP (2008) pontuam que para o entendimento das problemáticas abarcadas pela política se faz necessário

... olhar o sujeito no contexto social e político no qual está inserido e humanizar as políticas públicas. Os cidadãos devem ser pensados como sujeitos que têm sentimentos, ideologias, valores e modos próprios de interagir com o mundo, constituindo uma subjetividade que se constrói na interação contínua dos indivíduos com os aspectos histórico-culturais e afetivo-relacionais que os cercam (CFP, 2008, p. 23).

Indica, desta forma, uma compreensão em que não haja um deslocamento entre os usuários e o contexto histórico-cultural por eles vivenciados, tendo em vista que “a singularidade e o contexto social são partes indissociáveis da realidade e vão se construindo dinâmica e relacionamento no cotidiano dos usuários e da comunidade como um todo” (Ribeiro & Guzzo, 2014, p, 89).

Sendo este um trabalho voltado a questões complexas ligadas a demandas societárias, a dimensão da atenção particularizada aos usuários se mostra vinculada aos atravessamentos mais amplos que incidem sobre os sujeitos individualmente. Nessa direção, a atuação voltada ao desenvolvimento pessoal dos usuários é apresentada como modo de potencialização do sujeito para a participação social. Indica-se que

Valorizar a experiência subjetiva do indivíduo contribui para fazê-lo reconhecer sua identidade e seu poder pessoal. Operando no campo simbólico e afetivo-emocional da expressividade e da interpretação dialógica, com vistas ao fortalecimento pessoal, pode-se desenvolver condições subjetivas de inserção social (CFP, 2008, p. 23).

Com este enfoque, tendo em vista as condições sociais de desigualdade e exclusão vivenciadas pelo público atendido, operar para o fortalecimento pessoal dos usuários pode se constituir como um caminho para a atuação, entendendo que uma vez que o sujeito desenvolve potencialidades é ampliada sua capacidade de compreensão e atuação diante às dificuldades que enfrenta. Em complemento a esta compreensão, especifica-se que

A capacidade de enfrentamento das situações da vida é afetada pelas experiências, condições de vida e significados construídos ao longo do processo de desenvolvimento. Alterar o lugar do sujeito nas políticas de Assistência Social, potencializando a sua capacidade de transformação, envolve a construção de novos significados. Para romper com os processos de exclusão, é importante que o sujeito veja-se num lugar de poder, de construtor do seu próprio direito e da satisfação de suas

necessidades. No entanto, essa mudança de significados envolve também o contexto social que deve re-significar a compreensão sobre como a vulnerabilidade social é produzida (CFP, 2008, p. 23).

Reconhecidas às potencialidades desta afirmação, que direciona ao envolvimento ativo dos sujeitos para a transformação de suas condições de vida, se faz necessário destacar que a busca por desenvolver capacidades para que os usuários lutem contra a situação de opressão não pode estar deslocada do entendimento da dimensão social e coletiva que caracteriza os processos de vulnerabilidade social. A não observação desta dimensão poderia levar a equipe a incorrer em ações psicologizantes que deslocam aos indivíduos incumbências relativas a questões sociais.

Nesta direção, Romagnoli (2015) aponta a psicologização como um risco presente na atuação no campo das políticas públicas. Ao suprimir a análise dos atravessamentos sociais que influem na vivência dos sujeitos atendidos, a psicologização tem como resultante a responsabilização da família ou do indivíduo pelas problemáticas que enfrentam. Segundo a autora, “[...] observamos que, não raro, esses aspectos institucionais e políticos da dimensão macropolítica são vivenciados como questões individuais pelos técnicos, transformando processos sociais e políticos em processos de “individualização”, mediante a “interiorização” de representação ‘psicologizadas’ da subjetividade [...]” (2015, p. 457).

Com essas práticas, através da transformação de diferentes marcadores sociais, políticos e institucionais em queixas pessoais, pode-se contribuir para a manutenção de uma visão despolitizada do trabalho (Romagnoli, 2015). Distanciamos-nos, assim, da tarefa de compor uma Psicologia que “[...] valoriza a construção de práticas comprometidas com a transformação social em direção a uma ética voltada para a emancipação humana” (CFP, 2008, p. 9).

Esta análise, por sua vez, não direciona ao abandono às possibilidades de atenção particularizada aos usuários atendidos e sim que esta se constitua como um processo de acompanhamento aos sujeitos que permita explicitar a vinculação de suas queixas pessoais com as carências provocadas pelo cenário sociopolítico em que estes se situam. Conforme as orientações do conselho sinalizam, “A produção de significados, de sentidos e de autoria sobre a própria vida se relaciona diretamente com o exercício da cidadania e da ação política” (CFP, 2016, p. 10). Nesse sentido, o foco das ações a serem devolvidas perpassa pelo processo de desenvolvimento dos sujeitos, que é atravessado pela mudança individual, mas se mostra também vinculado a dimensão societária, uma vez que tem como fim a expansão das possibilidades de exercício político dos cidadãos diante às questões sociais.

Diante dos desafios à profissão evidenciados pela inserção nas políticas públicas, Gomes e Dimenstein (2016, p. 1220) questionam:

Como sair do lugar comum e confortável da prática individualizante, a-histórica e descontextualizada? Como romper com as concepções etnocêntricas, universalistas e naturalistas de natureza humana e como desmistificar a pretensa neutralidade científica que se busca na construção do conhecimento? Como trabalhar com as demandas dos direitos à saúde integral e dos direitos humanos sem cair na dicotomia indivíduo/social?

De acordo com os autores, tais problemáticas realçadas por este campo demarcam a necessidade de refletir sobre em que medida a formação em Psicologia tem ofertado condições para a produção de respostas a estes desafios. Segundo indicam, a formação tradicional em Psicologia permanece atrelada a práticas isoladas e de foco individual, mantendo-se distanciada das experiências ligadas a trabalhos em equipe e voltadas à problematização das vulnerabilidades sociais. Tal distanciamento se evidencia na reduzida proposição de ações formativas vinculadas a práticas extrapolem o lugar comum ocupado pela

Psicologia, como a oferta de atividades grupais, práticas voltadas à proteção de direitos, ao fortalecimento e empoderamento comunitário e outras alternativas a aquelas tradicionalmente desempenhadas por psicólogas(os) (Gomes & Dimenstein, 2016).

Advindos de uma formação descolada das problemáticas postas pelas políticas públicas, pesquisas têm evidenciado relatos de profissionais que se inserem neste contexto e experienciam o sentimento de impotência perante o sofrimento e as demandas sociais trazidas pelos usuários. Destaca-se, desde modo, que a atuação no SUAS se coloca como um cenário que demanda uma atuação capaz de operar como problematizadora das condições sociais, bem como englobar os elementos políticos e coletivos que a atravessam, de modo que a formação precisa estar alinhada a estas necessidades (Macedo & Dimenstein, 2012).

Segundo pontua Romagnoli (2012), em paralelo com o desenvolvimento de uma postura ético-política, também se faz necessária à formação em Psicologia a ampliação dos conhecimentos acerca da realidade a que esses profissionais passam a ser chamados a intervir, permitindo a construção de um olhar contextualizado social e historicamente sobre as famílias e camadas sociais que atendem, de modo a afastar-se de posições de julgamento, depreciação e desvalor com relação aos usuários dos serviços socioassistenciais.

De acordo com a autora, a atuação do SUAS demanda uma formação que contemple tanto as questões políticas, sociais e institucionais, como o fomento a construção de conhecimentos novos. Para tanto, as possibilidades de estágios, atividades de extensão e pesquisas, que permitam uma maior aproximação com o campo e a produção de novos saberes e novas metodologias, são indicadas como elementos importantes para a formação.

Enquanto trabalhador da área social, a atuação da Psicologia tem como horizonte resultados que dificilmente poderiam ser alcançados apenas através da condução de atendimentos particularizados, por isso, como profissional do SUAS,

Seu trabalho envolve proposições de políticas e ações relacionadas à comunidade em geral e aos movimentos sociais de grupos étnico-raciais, religiosos, de gênero, geracionais, de orientação sexual, de classes sociais e de outros segmentos socioculturais, com vistas à realização de projetos da área social e/ ou definição de políticas públicas (CFP, 2007, p.32).

As ações desenvolvidas estão voltadas as finalidades como o exercício da cidadania e a inserção social que se mostram ligadas a experiência coletiva de participação política. Com isso, enquanto formas de intervenção, “faz-se necessária a construção de metodologias alternativas às tradicionalmente realizadas pela ciência psicológica, as quais devem ultrapassar os limites das salas de atendimento e ampliar suas análises para além da perspectiva individualizante” (Ribeiro & Guzzo, 2014, p, 85). Deste modo, os elementos aqui discutidos apresentam questões a serem consideradas na elaboração de modos de atuação nos serviços do SUAS, demandando a reflexão a respeito das práticas profissionais a serem desenvolvidas neste contexto.

4.2 A PSICOLOGIA EM CONTATO COM A COLETIVIDADE: TRABALHO COM GRUPOS E INSERÇÃO COMUNITÁRIA

Conforme vem sendo indicado, a atuação no SUAS coloca as(os) psicólogas(os) a demanda de reconhecer os usuários dos serviços de Assistência Social como sujeitos de direitos com uma singularidade a ser valorizada e potencialidades a serem desenvolvidas, sem que se negligencie a vinculação destes com realidade social em que vivem e atuam. Com isso, cabe reiterar, que

...o principal objeto da prática profissional no SUAS envolve situações de vulnerabilidades e riscos sociais, isto é, são fenômenos complexos e multifacetados,

abarcando aspectos sociais, políticos, culturais, psicológicos, de gênero, econômicos, entre outros. Tal posicionamento nos exige um leque variado de intervenções e ações contextualizadas e construídas coletivamente [...] (CFP, 2016, p 11).

Assim, dada especificidade do objeto de trabalho em questão, a(o) profissional que ali atua se depara com a necessidade de construção de práticas capazes de contemplar, ainda que parcialmente, a complexidade do contexto social em que o trabalho se realiza. Fundamentado no entendimento dos elementos subjetivos que atravessam esse contexto, este profissional precisa desenvolver uma compreensão que se expanda para além das necessidades e demandas pessoais dos sujeitos atendidos, de modo que possa também dar foco às vivências coletivas que permeiam os modos de vida específicos daquela localidade.

Tendo em vista que “As diferenças culturais, geográficas e políticas do nosso país demandam que as psicólogas e os psicólogos sejam capazes de planejar e propor seu trabalho a partir do território e da realidade em que se encontram” (CFP, 2016, p. 9), a compreensão acerca do contexto em que o trabalho se desenvolve apresenta implicações para a proposição das práticas a serem realizadas.

A inserção na comunidade aparece como estratégia para esta aproximação com a realidade dos sujeitos. De acordo com as orientações do CFP (2007, 2016), a partir do contato com a comunidade é possível a identificação das necessidades, fragilidades e potencialidades do território e das relações que nele se estabelecem o que, por sua vez, poderá fundamentar o delineamento do trabalho a ser realizado. Nessa direção,

A psicóloga e o psicólogo devem atuar no sentido de compreender as redes interativas das comunidades e dos territórios, bem como a relação singular de pessoas e grupos que ali vivem, e a relação destas com o ambiente que as cercam. Esta compreensão poderá subsidiar o exercício profissional da psicologia, de modo que ela não assuma vieses psicologizantes, normatizantes e estigmatizantes (CFP, 2016, p. 17).

Ainda que se predomine um modelo clínico-individualizante no campo da Psicologia brasileira, as práticas de psicólogas(os) junto a comunidades remontam a períodos anteriores à inserção destes como profissionais atuantes nas políticas públicas, com destaque aos trabalhos desenvolvidos a partir da Psicologia Comunitária.

Diretamente vinculada à busca por respostas acerca das necessidades sociais latino-americanas, a Psicologia (Social) Comunitária tem origem com crise paradigmática que emergiu entre psicólogas(os) destes países, especialmente na Psicologia Social, entre as décadas de 1970 e 1980, que resulta em um movimento de transformação teórico e metodológico direcionado construção de uma Psicologia que esteja vinculada a realidade concreta e as problemáticas da região (Montero, 2002).

Neste cenário, surge na América Latina uma perspectiva em Psicologia Social que aponta para a demanda de que os estudos psicológicos tenham a realidade social como sua orientadora fundamental, incluindo em seus estudos a dimensão da relação dos sujeitos com vida cotidiana. Assim, defende o reconhecimento do caráter histórico da Psicologia e a ênfase na concepção de humano enquanto ser ativo em sua realidade e produtor nos processos históricos, entendidos a partir de uma visão dinâmica e dialética. Além disso, indica a necessidade de incorporação do ponto de vista dos oprimidos nos estudos desenvolvidos pela Psicologia e a demanda de que tais estudos tenham como foco construção de caminhos para a emancipação social (Montero, 2004). Deste modo, tem como ponto de partida o reconhecimento de que,

...en el campo de la psicología, el énfasis en lo individual (aun dentro del campo psicosocial), la visión del sujeto pasivo, receptor de acciones o productor de respuestas dirigidas, predeterminadas, no generador de acción, difícilmente permitían hacer un aporte efectivo a la solución de problemas urgentes de las sociedades en las cuales se la utilizaba (Montero, 2004a, p. 19).

Sob influência de diferentes referenciais do campo das ciências sociais e humanas, dentre os quais inclui-se os trabalhos que vinham sendo desenvolvidos por Paulo Freire no âmbito da educação popular (Montero, 2004b), essa vertente entende a comunidade como um grupo social e histórico em constante transformação, que possui uma cultura e uma organização própria, com interesses e necessidades comuns e pré-existentes ao pesquisador, que compõem uma dinâmica específica decorrente da pluralidade de vidas de seus membros, na qual a inter-relação entre os sujeitos pode ser tanto promotora de sentimentos de pertencimento e identidade social como de situações conflituosas que levam à sua divisão (Montero, 2004a). A partir destas demarcações, entende-se que a comunidade se compõe não apenas como uma área de estudo para a Psicologia, mas especialmente como espaço de promoção de mudanças sociais a partir da articulação com os diferentes atores presentes.

Com base na conceitualização de Fals Borda, Montero (2004a) define o desenvolvimento comunitário como sendo o resultado da ação comunitária que se produz na medida em que a comunidade se apropria de seus problemas e se organiza para resolvê-los, desenvolvendo seus próprios recursos e potencialidades, bem como se utilizando de elementos externos a ela, em uma perspectiva que tenha como base a autogestão e a autodeterminação, como modo de distanciamento de modelos paternalistas.

Cabe retomar que parte importante das ações nos serviços de Assistência Social consiste no contato direto com o cotidiano da população atendida e com as relações sociais e comunitárias que se estabelecem entre os usuários e seus contextos. Isso pressupõe, especialmente aos psicólogos(as), uma ampliação no foco das análises e intervenções, que se expande do universo singular do sujeito em direção às questões que atravessam coletivamente a vida na comunidade, demandando a imersão em uma realidade pouco conhecida pelas(os) profissionais que integram os serviços. Deste modo, “[...] coloca a necessidade de que as(os) psicólogas(os) reflitam teoricamente (bem como vivencialmente) sobre a cultura e modos de

vida que se desenham nas classes populares, sem classificá-las, a priori, como inferiores e/ou desviantes” (Silva & Carvalhaes, 2016, p. 251). Nesse sentido, conforme indicam Oliveira e Amorim (2012, p. 564), “é preciso conhecer aspectos do cotidiano das pessoas que estão fora do escopo que a Psicologia delimitou para seus estudos”.

Uma vez que se faz necessário que o delineamento das ações tenha como base as condições e particularidades do *locus* de atuação, limitam-se as possibilidades de formulação de modelos prescritivos ou padronizados para as práticas profissionais. Esta configuração faz com que o trabalho no SUAS se desenvolva como um exercício constante de construção de ações e contextualização de referenciais teórico-técnicos já consolidados. Quanto à composição de modos de ação nos serviços, o CFP orienta que

Aos profissionais de Psicologia atuantes no SUAS cabe a realização de intervenções crítico-reflexivas frente às condições de vida dos usuários/sujeitos de direitos e suas famílias, face ao contexto social em que estão inseridos, e no processo de atendimento/acompanhamento. Também deve favorecer um processo de reflexão-ação, oferecendo, ao usuário/ sujeitos de direitos, formas de participação e ação nas transformações das condições sociais e políticas geradoras das situações vivenciadas por ele (CFP, 2016, p. 15).

Deste modo, preconizam-se intervenções pautadas nas condições de vida dos sujeitos, por meio de práticas que possibilitem que os usuários reflitam sobre o contexto em que vivem, reconhecendo-se como sujeitos de direitos capazes de compor estratégias de ação promotoras de mudanças na realidade social. Assim, conforme indicam Silva e Carvalhaes (2016, p.251), o processo de reinvenção de práticas no SUAS se fundamenta “[...] no reconhecimento de que os indivíduos-alvo das políticas sociais também são sujeitos de sua história e, portanto, agentes de transformação de seu modo de vida como também das comunidades em que transitam”.

Com vistas a construir uma atuação junto aos sujeitos e as comunidades atentando para seu papel ativo nas mudanças sociais, apresenta-se enquanto diretriz a busca pela instauração de um processo de trabalho que possa

...fomentar espaços de interação dialógica que integrem vivências, leitura crítica da realidade e ação criativa e transformadora, a fim de que as pessoas reconheçam-se e se movimentem na condição de co-construtoras de si e dos seus contextos social, comunitário e familiar (CFP, 2008, p. 33).

Diante disso, as possibilidades de intervenções em grupo são apontadas como estratégia interessante ao trabalho no SUAS. Indica-se que a realização de atividades grupais pode “oportunizar a expressão e elaboração de demandas que perpassam e interferem na vida dos usuários e famílias atendidas e, a partir disto, identificar possibilidades de encaminhamentos de demandas de forma coletiva, ou através de atendimentos particularizados” (CFP, 2016, p. 28). Os trabalhos com grupos são, portanto espaços de discussões coletivas que favorecem a identificação de questões comuns, a partir da articulação entre elementos pessoais, comunitários e sociais.

Este processo favorece a análise e atuação diante das condições de vida, que perpassa pela dimensão individual e particular, mas se encontra articulada a elementos partilhados coletivamente pelos moradores da comunidade, podendo se configurar como incentivo à participação social e aos processos de mobilização comunitária por meio da coletivização das demandas dos usuários. Desta forma,

A coletivização de demandas por meio do trabalho com grupos tem por objetivo facilitar os processos de reflexões pessoais, interpessoais e participação, integrando o grupo e estabelecendo vínculos de afetividade e respeito mútuo. Além de valorizar os conhecimentos, vivências e significados dos participantes, envolve-os na discussão,

pela identificação e busca de soluções para problemas que emergem em suas vidas cotidianas (CFP, 2016, p. 28).

Com isso, evidencia-se a possibilidade de que as demandas observadas na comunidade possam ser pensadas e enfrentadas a partir da articulação coletiva entre diferentes atores sociais. Frente a esta possibilidade, as(os) profissionais atuantes nos serviços podem contribuir com este processo atuando de modo a

... facilitar processos de identificação, construção e atualização de potenciais pessoais, grupais e comunitários, de modo a fortalecer atividades e positivities já existentes nas interações dos moradores, nos arranjos familiares e na atuação dos grupos, propiciando formas de convivência familiar e comunitária que favoreçam a criação de laços afetivos e colaborativos entre os atores envolvidos (CFP, 2008, p. 33).

Entendendo que as atividades coletivas demandam modos e estratégias específicas para sua realização, o CFP aponta que as(os) psicólogas(os) podem contribuir significativamente para a condução destas atividades, uma vez que, enquanto campo de conhecimento, a Psicologia possui um amplo escopo de referências teóricas e técnicas para o manejo de grupos (CFP, 2016, p. 28). No entanto, para isso, estes profissionais tem o desafio de trabalhar na perspectiva de construção de possibilidades interventivas não restritas aos atendimentos particularizados, de modo que possam de fato “Atuar para favorecer processos e espaços de participação social, mobilização social e organização comunitária, contribuindo para o exercício da cidadania ativa, autonomia e controle social, evitando a cronificação da situação de vulnerabilidade;” (CFP, 2008, p. 26).

Nesse sentido, o enfrentamento às situações de desigualdade social coloca para as(aos) psicólogas a necessidade de construção de um trabalho que se desloque entre os elementos particularizados e comunitários observados na realidade social, de modo que sua atuação na proteção social possa se direcionar à “[...] potencialização de recursos psicossociais

individuais e coletivos frente às situações de risco e vulnerabilidade social” (CFP, 2008, p. 24). As indicações e diretrizes do conselho dispõem que “Os saberes psicológicos podem contribuir para a proteção social de Assistência Social e superação das desigualdades sociais, para o empoderamento dos coletivos, a garantia de direitos e o fortalecimento da função protetiva da família” (CFP, 2016, p. 15).

Para tanto, além do entendimento acerca da própria política, seus objetivos, pressupostos e demarcações, os trabalhos desenvolvidos cotidianamente pelos profissionais no SUAS se constituem como um importante eixo para compreensão da temática aqui discutida. Deste modo, tendo como pano de fundo as indicações aqui analisadas, nos direcionamos a ampliação desta compreensão através das contribuições trazidas por profissionais da Psicologia que atuam nesses espaços.

5 PERCURSO METODOLÓGICO

Buscando a aproximação com o objetivo desta pesquisa perpassamos por diferentes indicações teóricas e normativas que compõem o universo de atuação da Psicologia no campo da PSB do SUAS. No caminho que trilhamos até este ponto observamos de modo analítico diretrizes oficiais publicadas pelo Ministério de Desenvolvimento Social bem como as orientações apresentadas pelo Conselho Federal de Psicologia e as possíveis articulações destas com as contribuições de Paulo Freire. Este universo pôde ser expandido substancialmente a partir das composições trazidas do cotidiano de profissionais da Psicologia que constroem diariamente seus modos de atuação nos serviços socioassistenciais. O contato com estes profissionais, por sua vez, pressupôs a construção de um percurso metodológico que lhe fosse apropriado, demandando a definição de métodos tanto para a obtenção e análise dos dados quanto para a utilização e formulação de instrumentos que os subsτίαςsem. Com isso, este percurso metodológico será nesta seção apresentado.

A metodologia que guiou a investigação pode ser definida como uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo cujo desenvolvimento ocorreu por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com psicólogas(os) com experiência de atuação na PSB do SUAS. Conforme destaca Godoy (1995), a pesquisa qualitativa se constitui como método que possibilita a análise dos fenômenos humanos e das relações sociais que estes estabelecem nos contextos sociais reais em que ocorrem. Partilhando de diferentes tradições teóricas oriundas das ciências humanas e sociais, a pesquisa qualitativa adota multimétodos de investigação para estudar o fenômeno a ser abordado buscando aliar a valorização da experiência humana com a conservação da objetividade científica (Chizzotti, 2003). Assim, entendemos que este se constitui como um método de pesquisa que possibilita o contato com a realidade estudada sem que se percam as dimensões sociais, históricas e culturais que a atravessam, de modo que

o pesquisador possa compreender estes atravessamentos e repensar a própria pesquisa a partir da interação com os sujeitos participantes.

Com base nos objetivos da pesquisa, foi estabelecido como público-alvo desta investigação psicólogas(os) com experiência de atuação em serviços responsáveis pela Proteção Social Básica em municípios da região metropolitana de Londrina (PR). Cabe retomar que, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b), são considerados serviços de Proteção Social Básica:

1. Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF);
2. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
3. Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

Enquanto critério de exclusão, delimitou-se que não seriam abordadas(os) psicólogas(os) que porventura atuassem nesses espaços mas não desempenhassem função relacionada à área de Psicologia (como por exemplo, corpo técnico não específicos da área de secretarias governamentais, trabalhadores deslocados de função, trabalhadores formados em Psicologia, porém, atuando em função específica da área, etc).

Quanto ao processo de coleta de dados, o procedimento adotado consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas. Conforme indicam Boni e Quaresma (2005) esta modalidade de entrevista possibilita uma maior flexibilidade quanto a duração dos encontros, além de ampliar a aproximação entre pesquisador e participante e favorecer uma maior delimitação das informações obtidas sobre o tema. Deste modo, optou-se pela elaboração de um roteiro utilizado como instrumento para a realização das entrevistas (apêndice A) formulado na forma de perguntas abertas, com vistas a tornar possível que as(os) participantes discorressem sobre o tema proposto bem como permitisse que a pesquisadora acrescentasse questões ou retomasse pontos a serem esclarecidos. Compuseram o roteiro de entrevista

perguntas referentes aos temas: formação em psicologia, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e atuação na Proteção Social Básica no SUAS.

Os encontros para a realização das entrevistas ocorreram no período entre os meses de dezembro de 2019 e maio de 2020, após a aprovação da pesquisa pelo o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina (UEL), conforme o parecer nº 3.693.216. O convite a participar da entrevista foi realizado em contato pessoal ou telefônico com as(os) participantes, a partir da técnica de amostragem bola de neve, em que o primeiro participante da pesquisa indica o próximo entrevistado com as características do que se pretende investigar (Vinuto, 2014).

Para tanto, o convite inicial para integrar as entrevistas ocorreu em uma das ações desenvolvidas pelo grupo de pesquisa ao qual esta investigação se vincula. Essas ações, promovidas através de atividades de extensão universitária, tinham como objetivo proporcionar um espaço de diálogo e formação para os trabalhadores do SUAS por meio da discussão de temáticas recorrentes do campo da Assistência Social. Assim, através dos encontros com psicólogas(os) atuantes na PSB do SUAS oportunizados por atividades, se deu o contado com a primeira entrevistada a partir do qual se desdobraram os convites seguintes.

As definições referentes ao dia, local e horário para a realização das entrevistas foram determinadas a critério das(os) participantes. No início das entrevistas lhes foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) constando os objetivos da pesquisa e os procedimentos que seriam utilizados (apêndice B). Além disso, este documento também apresentava a solicitação de autorização para a gravação da entrevista e a garantia de que suas identidades serão preservadas nas publicações que dela decorressem. Com vista a assegurar estas condições, as entrevistas gravadas foram transcritas de forma literal e passaram a ser identificadas numericamente, garantindo o sigilo aos participantes. Além disso, as gravações

serão excluídas após a transcrição e o conteúdo escrito será descartado após sua utilização na pesquisa.

O número de participantes da pesquisa foi definido por meio da técnica de saturação teórica, que ocorre no momento em que, ao longo do contato com as(os) participantes, as informações por elas(es) fornecidas nas entrevistas passa a apresentar repetições, acrescentando poucas contribuições para a ampliação da compreensão sobre o tema proposto em relação ao material já relatado nas entrevistas anteriores (Fontanella, Ricas & Turato, 2008). Nesta modelo usado para estabelecer o número final de participantes, o foco não está na delimitação de uma quantidade específica de integrantes e sim na qualidade e representatividade das informações por estes disponibilizadas e por isso o encerramento das entrevistas é definido a partir da análise constante dos materiais que estão sendo obtidos sem que haja uma delimitação prévia estipulada (Fontanella, *et al.*, 2008). Desta forma, os convites para a participação na pesquisa foram encerrados após a saturação teórica das entrevistas. Para que isto pudesse ser avaliado, análises foram realizadas com o intuito de levantar a repetição de termos e conteúdo conforme as entrevistas ocorriam e eram transcritas.

A partir destas especificações, a pesquisa contou com a participação de 06 psicólogas com experiência de atuação em serviços de PSB do SUAS. Ambas as entrevistadas possuem experiência no desempenho da função como integrantes da equipe de referência em unidades de CRAS, localizados em diferentes municípios da região norte do Paraná, e, ingressaram por meio de concurso público nos serviços em que trabalham atualmente. Cabe destacar que três entrevistadas tiveram também experiências prévias de atuação no campo da assistência social em entidades conveniadas à prefeitura.

Com relação às especificações dos municípios em que as participantes atuam, foram abarcadas na análise experiências vivenciadas na cidade de Londrina e região metropolitana. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como base no último

censo realizado (no ano de 2010), o município de Londrina apresentava uma população de 506.701 pessoas, com média salarial mensal de 2.9 salários mínimos, sendo que 28.7% domicílios do município possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa. Já os municípios Cambé, Assaí e Jataizinho, que também compuseram as análises, apresentam respectivamente 96.733 habitantes, 16.354 habitantes e 11.875 habitantes. O número de domicílios destes municípios que possuem renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa consiste em 28.6% em Cambé, 32.4% em Assaí e 37% em Jataizinho. Também segundo os dados do IBGE, os municípios abarcados na pesquisa apresentam alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), com exceção de Jataizinho em apresenta IDH médio.

No que diz respeito ao universo da Assistência Social, com base nos dados disponibilizados pelo Ministério da Cidadania², no município de Londrina há cerca de 56 mil famílias inscritas no Cadastro Único, entre as quais, aproximadamente 2 mil situam-se em condições consideradas de pobreza e por volta de 24 mil em situação de pobreza extrema.

A partir destes mesmos marcadores, indica-se que a cidade de Cambé apresenta por volta de 13 mil famílias inscritas no Cadastro Único, sendo que destas 1.018 encontram-se em situação pobreza e 3.620 em situação de extrema pobreza. Com relação aos dados referentes a Assaí, indica-se que no município há cerca de 2 mil famílias inscritas no Cadastro Único, das quais 330 estão em situação de pobreza e 418 em situação de extrema pobreza. Já no município de Jataizinho, 2.056 famílias estão inscritas no Cadastro Único, sendo 764 em situação de pobreza e 205 em situação de extrema pobreza. Tais indicadores compõem um panorama geral do contexto no qual as ações pesquisadas se desenvolvem.

Quanto à realização das entrevistas, destaca-se que todas as participantes da pesquisa são mulheres, cujo tempo de atuação nos CRAS varia entre 06 meses e 08 anos, com destaque para o fato de que duas participantes também possuem experiência na função de coordenação

² Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>

de unidade. A carga horária de trabalho atual varia entre 30 e 35 horas semanais, ressaltando-se que as psicólogas que atuam em municípios menores não residem nas cidades em que trabalham, o que implica em um maior tempo de deslocamento até os serviços.

Pode-se notar também que, dentre as entrevistadas, quatro realizaram a graduação em universidades públicas e duas em instituições privadas, sendo que o maior tempo de formação é de vinte anos e o menor é de quatro anos. Também destaca-se que quatro delas possuem pós-graduação *lato sensu*, dentre as quais uma também realizou mestrado. Não foram coletadas durante as entrevistas informações referentes à idade, raça ou classe social das participantes. Ademais, com vistas a preservar a identidade das profissionais, seus nomes foram substituídos pelas denominações P1, P2, P3, P4, P5 e P6.

Após o encerramento da coleta de dados, iniciou-se o processo de análise do material coletado por meio da utilização do método de análise de conteúdo. Conforme indica Campos (2004), a análise de conteúdo pode ser entendida como conjunto de técnicas de pesquisa voltada a análise de comunicações que tem por objetivo possibilitar a identificação do sentido ou dos sentidos de um documento a partir da observação tanto dos conteúdos manifestos quanto das questões latentes, de modo a preservar a criatividade e a capacidade intuitiva do pesquisador sem que a análise seja influenciada por seus valores pessoais e também se atentando ao contexto social e histórico em que os materiais foram produzidos.

Nesta perspectiva, demos seguimento a análise a partir de três fases de acordo com a sistematização proposta por Bardin (1977). Na fase I, referente à pré-análise, buscou-se a definição de um corpus da análise por meio da leitura flutuante das entrevistas transcritas com vistas à estabelecer indicadores a serem utilizados no processo analítico. A fase II, que consiste no procedimento de exploração do material, foi dedicada ao processo de definição de categorias e unidades de análise através da sistematização dos conteúdos emergentes do material coletado, tendo como base os objetivos buscados nesta pesquisa. Já na fase III,

voltada ao tratamento dos resultados, inferência e interpretação, partiu-se das categorias definidas na etapa anterior dando seguimento a análise com a realização da interpretação destes conteúdos.

Os blocos referentes às categorias observadas nas entrevistas foram analisados a partir das orientações para o desenvolvimento do trabalho da(o) psicóloga(o) na PSB, tanto do Ministério do Desenvolvimento Social quanto do Conselho Federal de Psicologia, e também a partir estudo teórico realizado baseado em Paulo Freire e outros pesquisadores deste campo. Neste processo, buscou-se a identificação e discussão entre as convergências e divergências entre os materiais indicados e falas emergentes nas entrevistas. Ainda que as categorias tenham sido definidas a partir dos dados levantados, a pesquisa teve disparadores iniciais os tópicos: “desenvolvimento humano” e “desenvolvimento comunitário”, tendo em vista os objetivos estudados. Os resultados observados e as discussões referentes à análise realizada são apresentados a seguir.

6 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Enquanto política pública de abrangência nacional, múltiplas configurações podem ser materializadas no cotidiano dos diversos serviços de PSB dispersos nos territórios abarcados. Ainda que não tenhamos a pretensão de contemplar todo este universo, foi possível compor, com base nas entrevistas realizadas e nos conteúdos expressos pelas psicólogas participantes, um recorte neste cenário que permita traçar considerações a ele referentes.

Por meio da análise das informações levantadas e com vistas à melhor exposição destas, os resultados foram organizados por meio de temáticas que se articulam. A partir disso, os dados foram agrupados em dois eixos de análise que serão apresentados e discutidos nessa seção. No primeiro eixo, pretende-se abarcar os elementos emergentes no trabalho no campo da PSB, que se interligam desde a formação e inserção das profissionais no campo da Assistência Social até as demandas abarcadas e especificidades colocadas por estes serviços, de modo a compor os contornos da atuação da Psicologia nesses espaços. Já o segundo eixo de análise expressa um olhar voltado para as percepções das participantes acerca dos processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário, com ênfase em suas articulações, limites e potencialidades nos espaços socioassistenciais.

6.1 O PSICÓLOGO(A) NA PSB: DELIMITANDO UM CAMPO DE ATUAÇÃO

Nesta categoria, serão apresentados os elementos destacados nas entrevistas relativos ao trabalho da Psicologia no campo da proteção social básica (PSB). Com isso, buscaremos abordar questões ressaltadas pelas participantes no que tange a seus processos de formação e inserção profissional na área da, o lugar destes profissionais enquanto operadores de mudança na consolidação serviços, bem como as especificidades colocadas para o trabalho nestes

espaços.

Quanto ao ingresso das profissionais como trabalhadoras do SUAS e suas percepções sobre o respaldo dado pela formação em Psicologia para a atuação neste campo, observa-se que o contato das profissionais com os serviços socioassistenciais foi marcado por um desconhecimento inicial sobre a política, com variações acerca do nível de subsídios ofertados pela graduação para a exercício profissional neste campo. Destaca-se que, para a maioria das participantes (04), o ingresso no SUAS se deu mediante a aprovação em concurso público ou oferta de emprego no campo das política públicas, sem que a opção específica pela Assistência Social tenha se dado por escolha prévia ou interesse pessoal.

Nesta direção, a participante P6 narra sua entrada como trabalhadora nos serviços de PSB como um encontro com o desconhecido: “[...] eu caí de paraquedas, nem sabia que era pra isso, foi tipo o primeiro emprego, preciso trabalhar, deu certo isso então ‘vamo’ embora. Foi assim” (P6). Também neste sentido, a participante P3 indica que seu contato inicial com a política de Assistência Social foi marcado pela insegurança e pelo não reconhecimento de si naquele trabalho:

No início era uma insegurança muito grande, foi muito difícil por não me perceber ali, por não ter uma identidade mesmo né, eu me formei e já fui direto pro consultório, para clínica, porque é o que a gente imagina que é possível, quase que apenas isso. Eu me identificava muito com o trabalho no consultório também, é um desejo que eu tenho mas hoje eu não estou mais (P3).

Nesta direção, Dentz e Oliveira (2013) compreendem que o trabalho no CRAS pode representar aos profissionais da Psicologia uma oportunidade para a construção de uma identidade profissional mais próxima às necessidades apresentadas pela população, a partir da qual psicólogas e psicólogos possam ser capazes “[...] compreender o movimento dessas necessidades e construir respostas técnicas e científicas capazes de auxiliar na melhoria das

condições de vida da sociedade”(p. 16). As autoras indicam ainda que este é um desafio para a Psicologia que deve ser assumido também pelas instituições de ensino responsáveis pela formação na área e efetivado a partir de alterações nos cursos de modo a englobar a esfera de atuação nas políticas públicas.

Mais próximas a esta realidade, duas psicólogas (P3 e P4) relatam que já na graduação possuíam o interesse em atuar no campo da Assistência Social. Essas participantes declaram que, em termos de formação, o contato com as políticas públicas ocorreu especialmente em atividades extraclasse, como projetos de extensão e estágios.

Me formei em 2011 e durante a minha formação eu tive acesso a alguns projetos, principalmente projeto de extensão que eu fiz no departamento de Pedagogia, que fez com que eu olhasse para a política pública, fez com que eu pensasse uma Psicologia mais popular, mais acessível à população. Ai, eu já saí da faculdade pensando em atuar em política pública, especialmente na política de Assistência Social. Então, depois que eu me formei, uns seis meses depois eu já entrei para um CRAS (P4).

A psicologia é minha segunda formação né [...], aí, eu não consigo identificar direito se era pela minha faixa etária, minha história de vida, eu achava que eu deveria voltar pra cidade em que eu nasci, trabalhar lá, com aquela população. Na hora de buscar os estágios eu busquei todos lá [...], nas escolas estaduais, existia também a APMF que fazia o trabalho aí eu fui pra lá e lá eu fazia os grupos socioeducativos. Então a minha bagagem foi voltada para isso e a minha ideia era trabalhar na assistência social, eu queria isso mesmo (P1).

Destaca-se que as profissionais elencam como elementos formativos para a atuação no campo da Assistência Social, atividades voltadas à “área social”, mas que, via de regra, as experiências por elas realizadas durante a graduação não eram diretamente ligadas ao SUAS ou às políticas públicas em geral.

[...] eu já fui experimentada para trabalhar com a população, com as classes populares, já que no período que eu atuei dentro da universidade, no projeto de extensão, eu trabalhava no Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, então eu acho que isso me trouxe um pouco de experiência na hora de chegar e falar com as pessoas enfim... de como chegar também (P4).

O que mais me marcou, é claro que tiveram outras matérias, outros professores, mas vendo agora eu diria que foi essa prática mais pro final da graduação que foi mais pro social. Uma área que eu nunca imaginei, até depois que eu saí da faculdade eu falei assim "não sei se eu vou voltar", mas aí deu certo do concurso e eu acabei caindo no CRAS, não teve como fugir (P2).

Deste modo, observa-se também a partir dos relatos que as participantes compreendem ter tido acesso na graduação à disciplinas teóricas que contribuíram na construção de um olhar para a questão social e para a visão de homem e de mundo. Mas que a ausência da discussão sobre elementos vinculados à política de Assistência Social levou com que seus modelos de trabalho neste campo fossem construídos a partir da prática nesses espaços.

[...] eu tive uma formação bastante reflexiva no sentido de materialismo histórico-dialético, de pensar as condições humanas, de pensar política, relações sociais, isso aí foi bem rico [...]. A formação ela deu uma boa visão de homem e visão de mundo digamos assim, embora em termos de assistência mesmo eu tenha visto pouquíssima coisa, quase nada, muito pouco, muito pincelado, até porque a política já existia mas tava tão consolidada igual tá hoje, tinha poucos anos de SUAS (P6).

Eu tive contato com disciplinas, acho que no terceiro ano só, de Psicologia social, mas a parte das políticas públicas mesmo, isso não tive contato. Então foi muito novo pra mim, eu to trabalhando na assistência social há 8 anos e foi na prática mesmo que eu fui buscar (P3).

Sendo o PNAS uma política ainda recente, especialmente no período em que as participantes desta pesquisa realizaram a graduação, sua recente consolidação pode se apresentar como uma possibilidade explicativa para uma formação em Psicologia que fornecesse ainda poucos elementos vinculados explicitamente a esta prática. Entretanto, mantêm-se em questão se de fato avanços significativos podem ser observados inclusive em alterações curriculares posteriores à implementação do SUAS (Cordeiro & Curato, 2017).

Com base na análise dos currículos de graduação em Psicologia de quatro universidades públicas do Paraná, Litenski e Souza (2017) indicam que nas grades curriculares destas instituições estão presentes disciplinas que em seus fundamentos gerais apresentam contribuições para a atuação no SUAS. Todavia, as autoras evidenciam uma aparente carência de uma abordagem explícita acerca de elementos centrais da atuação no SUAS, como por exemplo, a contraposição às noções de caridade e benevolência em favor da concepção de proteção social como direito. Além disso, ressaltam também que, nos dados observados, as menções acerca da atuação em políticas públicas estão em geral vinculadas ao campo da saúde, de modo que a discussão sobre a política de Assistência Social esteja secundária ou ausente.

Diante deste cenário, as orientações técnicas oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) parecem ter se configurado como referenciais importantes às profissionais durante seu contato inicial com a política.

Olha, nesse contexto, entrar foi uma descoberta desde o começo. Eu me debrucei, logo lá atrás, o que eu fiz foi ficar lendo um bom tempo, materiais, PAIF, um monte de coisa, e aprendendo aií na prática (P6).

O que me ajudou bastante nesse processo foram os cadernos de orientação do CREPOP na época. Eu tive a possibilidade de me encontrar em algumas reuniões do

que na época era uma comissão de Psicologia Comunitária ou Popular no CRP, e lá eles estavam fazendo justamente a leitura desses documentos (P4).

Afirmações como estas foram também observadas em outras pesquisas junto a psicólogas e psicólogos do SUAS, tanto no âmbito da PSB (Araújo & Galeão-Silva, 2015) quanto da PSE (Silva & César, 2013), indicando que as diretrizes oficiais têm se configurado como uma fonte de consulta utilizada por psicólogas e psicólogos com vistas a minimizar incertezas referentes à atuação nesta área (Cordeiro & Curato, 2017). Deve-se ressaltar, em contrapartida, que mesmo sendo de grande relevância que haja uma apropriação destes materiais por parte dos profissionais, esta deve ser acompanhada por uma leitura crítica e ativa diante das indicações apresentadas, de modo que as ações não se componham apenas como reprodutoras de normativas que os profissionais devem desempenhar.

A identificação de um desconhecimento acerca da função a ser desempenhada pela Psicologia nos serviços de PSB também foi indicada pelas participantes como um elemento que permeou o início do trabalho, especialmente em função da associação entre a figura profissional da Psicologia com a realização de procedimentos psicoterapêuticos. Conforme relata P2:

Eu tive um estranhamento até por conta da equipe, de esperar que o psicólogo lá dentro faça atendimento individual, atendimento clínico. E eu acho que às vezes até a gente, por causa da formação, das referências, a gente se perde um pouco, mas a "pegada" mesmo é o fortalecimento de vínculos. Utilizar os grupos né, tentar acompanhar o máximo de famílias possível e buscar então ferramentas para isso, até pra desmistificar que o psicólogo faz apenas o atendimento individual (P2).

Esta incompreensão sobre o lugar da Psicologia no CRAS é também observada em pesquisa realizada por Andrade e Romagnoli (2010), na qual se evidencia que entre profissionais de outras áreas predomina certa visão de Psicologia vinculada à prática liberal,

privada, diagnóstica e psicoterápica. Nas palavras das autoras: “Percebemos que nossa profissão é compreendida, em alguns momentos, como saber realizado em um espaço fechado, no setting tradicional do campo psi. Todavia, essa vertente tradicional não se sustenta no cotidiano de trabalho no CRAS” (p. 610). Segundo a perspectiva defendida pelas autoras, a atuação no campo da proteção social demanda composição de novos modos de ação da Psicologia, para além no modelo hegemônico socialmente difundido.

Na compreensão de P2, este modelo de atuação moldado pelo atendimento individual e privado de fato não se relaciona como o que é vivenciado em seu cotidiano no CRAS. Em sua fala, a participante expressa que

A equipe até falou “eu achei que você ia fazer o atendimento na sua sala e tal”, e o que eu menos fico é na minha sala, só para fazer relatório ou algo assim. Ou é visita, ou é procurar um espaço para continuar um grupo, para formar um grupo, ou é o próprio espaço do CRAS em que acontece alguns grupos lá. Então o que eu menos fico é na minha sala porque é sempre andando pra lá e pra cá (P2).

Em contraposição, os questionamentos acerca dos modos de atuação da Psicologia no CRAS são indicados também por outra participante, mas que, de certo modo se expressa em sentido oposto ao já relatado. Na entrevista realizada com de P4, esta aponta a seguinte questão:

Eu lembro que um dos CRAS que eu atendi, achavam que se eu fechasse a porta eu estava fazendo atendimento clínico, e não era nada disso entende. Eu percebia também uma necessidade assim de: “tá, você é assistente social, mas eu também sou psicóloga eu sei que se eu fechar a porta eu não estou necessariamente fazendo atendimento clínico”. E aí, esse é o espaço que cabe ao psicólogo, às vezes o que eu percebia era uma timidez dos psicólogos né. Os psicólogos estavam sempre achando eram alheios ao assistente social, mas aí quando a gente vai colocando qual a função

do psicólogo ali, o que o psicólogo pode fazer também, e as pessoas elas vão entendendo, então também a gente tem que falar do nosso trabalho para as outras pessoas (P4).

Tal preocupação por parte da equipe vincula-se diretamente ao entendimento, formalmente alicerçado nas normativas oficiais do MDS (Brasil, 2012a), de que as práticas desenvolvidas nos serviços do SUAS não devem possuir caráter psicoterapêutico. Destaca-se, na fala da participante, que ações individuais ou particularizadas não implicam necessariamente na condução de atendimentos clínicos, podendo, portanto se apresentar como uma dentre tantas ferramentas a serem utilizadas no dia-a-dia de trabalho na política. Entretanto, o predomínio de ações ligadas à Psicologia Clínica nos serviços socioassistenciais vem sendo observado em pesquisa no campo, ainda que se conheça os impedimentos desta prática no SUAS (Macêdo, Alberto, Santos, Souza & Oliveira, 2015), evidenciando que esta é uma marca da atuação de psicólogas e psicólogos nos diferentes contextos em que se inserem, o que de certo opera como elemento que fundamenta a preocupação da equipe.

Na medida em que os processos de trabalho no CRAS demandam a composição de modos de atuação que se distinguem do modelo predominante de atendimento em consultório, observa-se uma ênfase na discussão a respeito das técnicas a serem utilizadas no desenvolvimento das ações. Entretanto, pouco se faz referência acerca de quais seriam os fundamentos de tais práticas. Refletindo sobre este ponto a partir de Freire, cabe ressaltar que

A questão não são as técnicas em si mesmas — não que não sejam importantes —, mas a verdadeira questão é a compreensão da substantividade do processo que, por sua vez, requer múltiplas técnicas para atingir um objetivo particular. É o processo que leva à necessidade das técnicas que precisa ser entendido (Freire, 2015, p. 71).

A aposta em ações grupais, por exemplo, não representa por si só o abandono de uma ênfase clínico-terapêutica de trabalho, assim como a realização de visitas domiciliares pode

também reproduzir a lógica de atendimentos individuais. Nesse sentido, cabe uma ampliação no debate sobre os pressupostos e fundamentos que respaldam as ações desenvolvidas.

Com relação à atividade profissional na PSB, as participantes com experiência de atuação em municípios de pequeno porte (P1, P2 e P4) descrevem que o início do trabalho foi caracterizado pelo encontro com um campo em construção, em que a estruturação dos serviços do SUAS era ainda parcial ou precária.

Conforme relata P1: *“Quando eu entrei no município em 2013 não estava ainda estruturado, a questão demanda, ela ia toda para o CRAS porque não tinha nenhuma equipe para demanda especial, então eu atendia tudo”*. Evidencia-se assim uma realidade na qual, em muitos municípios, o CRAS se constitui como um dos poucos equipamentos de políticas públicas disponíveis à população. Tal observação foi também expressa por P4, pontuando a partir de sua vivência que

[...] nessas cidades pequenas, quando que cheguei, ainda não era muito estruturado, ainda não tinha, por exemplo, a rede de CREAS para um atendimento especializado nas situações de violência, então tudo isso ia para o CRAS, inclusive questões de saúde mental. E aí, nessas cidades menores elas têm uma questão assim de acúmulo, não de funções, mas de políticas, sempre vai para um mesmo lugar. Isso eu tô falando de 2013, 2014, então eu acredito que hoje essas cidades já tenham mudado um pouco a sua forma (P4).

Destaca-se ainda que, mesmo a marca temporal tendo sido indicada pela participante como uma das razões para a pouca estruturação dos serviços nesses municípios, fragilidades semelhantes foram mencionadas também em experiência mais recente, no ano 2019, período em que P2 ingressou no trabalho como servidora do CRAS. Esta declara que ocorreu um período de ausência de técnicos de nível superior neste serviço, indicando que tal contratação já se efetivou no passado, mas que *“[...] como foi mudando de gestão, coisa de política, foi*

diminuindo a equipe. Então ficou mais o pessoal do administrativo, que fazia o básico, mas tava sem assistente social, sem psicólogo. Ficou acho que três anos sem”.

Neste contexto, as participantes afirmam que para além do atendimento direto às famílias, profissionais do SUAS possuem um importante papel na luta para o processo de implementação da rede de serviços. De acordo com as falas das psicólogas, trabalhadoras e trabalhadores podem, respaldados pelos marcos legais, demandar tais garantias perante os órgãos responsáveis e contribuir para experiências exitosas neste processo de construção, tal qual apresenta P3:

[...] a gente conseguiu a partir da NOB-RH e de alguns documentos do ministério do desenvolvimento social, pontuar, por exemplo, para a secretária de Assistência a necessidade de serviços específicos, por exemplo, para essas situações de violência, que nem tudo que aparecia no CRAS era demanda de CRAS, e aí necessidade de se criar um outro espaço, um outro equipamento dos serviços de assistência social para atender esses casos específicos. E depois fiquei sabendo que isso aconteceu, porque tá ali na lei, tá nos documentos, e aí a prefeitura foi se organizando (P4).

Ainda sobre esta questão, P1 expressa que a atuação de técnicos do SUAS precisa englobar um papel educativo quanto às atribuições e especificidades que compõem a PSB, de modo a tornar conhecidas as funções e ações que cabem aos respectivos serviços socioassistenciais, inclusive perante os representantes de cargos da gestão municipal. Ao narrar sua experiência, a participante declara:

[...] eu fiz todos os serviços até que quem tava de gestora conseguiu ir separando, mas também foi muito uma luta nossa enquanto técnico de explicar pro gestor o que é o CRAS, o que faz, o que tem na tipificação. Estudar muito né, pra você conscientizar você precisa estudar. E é um trabalho que eu acredito que esteja sendo até hoje, a

cada mudança de gestor você faz tudo de novo: olha, então, eu faço isso, a gente tem que fazer isso agora, é assim é não é assado (P1).

Deste modo, as participante indicam um direcionamento a uma postura ativa dos técnicos do SUAS no processo de gestão e construção da política de Assistência Social, que se expanda a pensar o trabalho para além da das ações diretas com a família.

Então eu acredito que a Psicologia ela também tá ali pra conseguir pontuar naquilo que é possível, que a gente também tem limitações, mas da gente conseguir pontuar e fazer a gestão da política de assistência. Não acredito que seja uma coisa única e exclusivamente para o atendimento só de famílias e que é só isso que eu tenho que fazer e não vou problematizar outras questões também (P4).

Esse posicionamento aponta para o entendimento da política pública enquanto processo em construção que apresenta entraves a serem problematizados. Nesse sentido, a atuação se expande de modo a abarcar a tarefa de levantar questões acerca da própria estrutura de política pública, seus objetivos, princípios e modos de operar, entendendo a Psicologia como problematizadora e construtora destes processos e não apenas executora de ações pré-determinadas.

Esta posição se coloca como elemento importante na medida em que se reconhece, tal qual pontua Romagnoli (2016), que o processo de estruturação do SUAS e da PNAS no país são conquistas importantes mas por si só não asseguram a proteção social, de modo que no cotidiano dos serviços, a equipe que ali se insere enfrenta em sua prática profissional uma série de desafios e elementos de precarização do trabalho. Segundo a autora, esses elementos desafiadores indicam a lacuna existente entre o que se postula formalmente nos documentos do MDS e o que ocorre no dia-a-dia dos serviços. Dessa forma, é no cotidiano do serviço que diferentes entraves são enfrentados na busca pela materialização de ações de proteção social.

Ademais, é necessário que se tenha em conta que este processo de construção não se constitui como um papel exclusivo do trabalhador social. Ao contrário, a promoção de mudanças na realidade social é uma tarefa que demanda a conjunção de diferentes agentes que nela se inserem. Nesta direção, Freire (2013) nos adverte que

...reconhecer-se como o “agente da mudança” atribui a si a exclusividade da ação transformadora que, sem dúvida, numa concepção humanista, cabe também aos demais homens realizar. Se sua opção é pela humanização, não pode então aceitar que seja o “agente da mudança”, mas um de seus agentes. A mudança não é trabalho exclusivo de alguns homens, mas dos homens que a escolhem. O trabalhador social tem que lembrar a estes homens que são tão sujeitos como ele do processo da transformação (p. 47).

Desta forma, o lugar de destaque em que o saber técnico é frequentemente colocado, no qual o profissional é vislumbrado como sendo a figura central do processo de ação-reflexão, precisa ser revisto e renunciado cotidianamente para que se possa dar ênfase ao coletivo com quem - e não para quem ou por quem – se atua. Nesta perspectiva, “[...] o papel do trabalhador social que optou pela mudança não pode ser outro senão o de atuar e refletir com os indivíduos com quem trabalha para conscientizar-se junto com eles das reais dificuldades da sua sociedade” (Freire, 2013, p. 50), de modo que assim possam conjuntamente favorecer processos transformação diante dos obstáculos avistados.

Neste contexto, se nos municípios menores a precária estruturação da rede de serviços socioassistenciais foi apontada como um desafio, no caso de cidades maiores a dificuldade expressa pelas profissionais aponta para alta demanda em virtude da grande abrangência territorial a que se destina cada serviço, com destaque para o fato de que segundo os relatos, esta vem sendo intensificada nos últimos em virtude da redução do número de psicólogas e psicólogos no município. Esse processo foi descrito por P6 em sua fala:

[...] eu passei por um processo de mudança desde que eu entrei na prefeitura porque a gente tinha, quando eu entrei, uma questão que se trabalhava em duplas psicossociais, então era mais ou menos, assim, sempre teve menos psicólogo, mas era mais ou menos equiparado. Então, vamos supor, quando eu entrei no CRAS [...] tinham três assistentes sociais e duas psicólogas, então a gente trabalhava em duplas, por exemplo, determinado território compete tantos bairros, esses tantos bairros compõem o território 1, nós duas, essa dupla, atendia tudo referente ao território, claro que a assistente social ficava mais com a parte de concessão de benefícios, mas assim, se é visita, encaminhamento, plano de acompanhamento familiar, tudo era compartilhado, então eu dominava todas as características daquele território, listas, planilhas de Excel, quem é acompanhado, quem é só atendido. Então, funcionava mais ou menos assim essa parte, muito junto, de fazer visita junto, no começo, minha experiência foi muito assim, grupos juntos, então se tem os grupos no território se planejava junto essas atividades coletivas [...] A diferença agora foi que, ao longo dos anos, a gente foi diminuindo na secretaria, então assim, por questões várias [...] hoje nós somos em muito poucos na proteção básica, não existe mais isso de dupla, isso acabou, desde 2018 mais ou menos [...] (P6).

Observando a fala desta profissional, ressalta-se que a diminuição da equipe, neste caso especialmente relativa à área de Psicologia, tem impactos no processo de composição de ações orientadas pelos princípios de interdisciplinaridade e territorialidade tal qual são preconizados pelos SUAS. Em outros termos, uma vez que progressivamente se efetiva a redução do número de profissionais da Psicologia nas equipes, ficam reduzidas as potencialidades de ações interdisciplinares, já que as profissionais passam a ter dificuldades para compor e acompanhar integralmente as práticas realizadas, bem como a presença

constante dessas profissionais nos territórios passa a ser limitada em virtude da amplitude de regiões a que são designadas.

Neste cenário, as equipes têm se organizado em termos de gestão do trabalho de modo a compor estratégias para que as psicólogas possam abarcar todos os territórios a serem atendidos, ainda que seja necessária uma redução na frequência dessas ações. Esse movimento pode ser observado no relato de P3 e P4:

[...] no CRAS que eu trabalho a equipe é dividida para atender seis territórios. É uma região de grande abrangência, e são seis assistentes sociais e duas psicólogas, então eu acabo fazendo "dupla" com três assistentes sociais. É bastante coisa, três territórios são muitos bairros, muitas famílias, então eu tento me organizar até pra tentar não atender muito só um lado e deixar o outro. Cada território tem uma questão específica, então às vezes você se identifica mais com alguma coisa como profissional, mas não é por aí né? Então eu tento me organizar para não cair nisso, mas a gente trabalha muito junto e isso eu acho muito positivo (P3).

Eu sou uma psicóloga para quatro assistentes sociais, então a lógica que tinha antes de território não existe mais, eu não atendo um território x ou y, eu não dou conta de participar de todos os grupos, de todas as sub-redes, não dá, porque é desproporcional completamente, então eu acho assim, cada CRAS estabeleceu formas do que o psicólogo ia fazer então, porque não dava mais para continuar na mesma lógica. No que eu estou, o que foi estabelecido pra mim foi, contínuo com as mesmas atividades de visita, de atendimentos particularizados, de participar de grupos, mais assim, não de obrigatoriamente de todos os territórios no mesmo mês, então eu continuo com as minhas atividades, mas agora bem mais focadas nessas situações mais complexas, demandas que vem do judiciário, relatórios, acompanhamento, coisas que extrapolam um pouco assim, que o assistente social acaba demandando de

mim de ajuda para compartilhar aquele caso, atender junto, pensar junto, fazer encaminhamentos, dinâmica, coisa de conflito familiar, que as vezes a própria pessoa continua demandando. Então assim eu não consigo mais acompanhar tudo (P6).

Deste modo, ainda que alternativas venham sendo construídas, o reduzido número de profissionais da Psicologia é evidenciado como aspecto prejudicial para a compreensão do território.

Antes eu tinha um noção do território, território tal tem 50 famílias acompanhadas, eu sabia daquelas 50 famílias: quem é, porque está lá, porque tá acompanhado ou não está acompanhado. Hoje eu não tenho esse domínio mais, eu não tenho mais essa planilha digamos assim, eu tenho a minha planilha de casos que por algum motivo eu acompanho mais de perto (P6).

Parcialmente limitadas quanto à atuação territorial, o contato dessas participantes com as famílias com quem irão atuar compõem-se em certa medida a partir de "casos" que são direcionados para o atendimento da Psicologia. No caso do CRAS em que P3 atua, estes chegam às psicólogas tanto por busca espontânea das famílias quanto por encaminhados realizados por assistentes sociais:

[...] tem situações que chegam até o CRAS como demanda para a Psicologia, então eu faço contato com essas famílias e vejo se é o caso de marcar um atendimento, uma visita, para me aproximar. E também, acaba chegando muito até mim através dos atendimentos que os assistentes sociais fazem, não porque eles entendem que é eles que direcionam para mim, mas é porque é natural que eles cheguem até o CRAS, as famílias, a procura do benefício, do acesso à renda mínima, então passa primeiro pelo assistente social. Então, assim, eles têm essa sensibilidade de perceber, se tem um caso que caberia fazer uma atuação ali conjunta com a Psicologia, eu também agendo atendimentos, a gente faz tanto em conjunto como separado os atendimentos (P3).

Ainda que os atravessamentos apresentados se façam presentes na prática cotidiana das equipes, diferentes atividades vêm sendo realizadas no trabalho que se compõem nos serviços. Nesta direção, de acordo com as psicólogas entrevistadas, suas ações são compostas pela realização de atendimentos particularizados, ações coletivas como grupos e oficinas, visitas domiciliares, articulação como a rede intersetorial, além do processo de vigilância social.

Dentre estas, trabalho coletivo caracterizado especialmente como oficinas e diferentes modalidades de práticas grupais, foi apontado pelas psicólogas como uma atividade presente de forma expressiva nos serviços de PSB. Com base em suas rotinas de trabalho, as participantes apontam:

Então, tem o trabalho coletivo mesmo, o trabalho com grupos. Tem o trabalho com as pessoas que estão nas condicionalidades e a gente recebe uma lista mensal, que estas já estão com os benefícios suspensos [...]. Algumas dessas famílias começam a participar do trabalho em grupo, outras como são adolescentes que às vezes estão no tráfico ai é mais difícil e eu não tenho tanto sucesso. Tem as oficinas também, que são: a oficina com famílias, o grupo com o pessoal do bolsa família que vai receber cadastros novos que é informativa e esse trabalho tá ligado com essa especificamente intersetorial do bolsa família [...] Tem o grupo de mulheres, que era pra ser junto homens e mulheres, mas como a oficina com famílias ficou com esse perfil de crianças adolescentes e os responsáveis, eu queria um espaço onde a gente pudesse tratar só sobre uma demanda mais delas, não referente a educação dos filhos (P1).

[...] sempre teve o atendimento coletivo, que é planejado dentro dos territórios, então cada território oferta determinados grupos e eu sempre participei disso (P6).

E a gente também trabalha com grupos [...] E é muito aprendizado, nunca é o mesmo formato, são pessoas que vêm e vão, e nos grupos a gente tenta trabalhar mesmo com

as famílias, as demandas que eles trazem, algumas coisas que a gente ache importante também colocar para eles, mas é valorizando também o que vem das famílias e das pessoas que a gente atende (P3).

O aprendizado constante na condução dessas ações é também apresentado como resultado do processo de desmistificação do papel da Psicologia atrelado unicamente ao atendimento individual, mas mantém em certa medida resquícios do pensamento clínico para a construção de ações coletivas.

[...] eu acho que eu fui desmistificando um pouco, por mais que eu goste da clínica também e tem grandes avanços, grandes resultados, uma terapia individual, mas eu também aposto numa terapia grupal, terapia não, num encontro, numa roda de conversa, seja informativo, seja um grupo mais terapêutico. Eu acho que as pessoas, além do profissional, com certeza você está ali para orientar ou para direcionar uma discussão, mas o que surge no grupo, na coletividade, é algo que vai se construindo ali, naquele momento, e que tem uma troca muito rica entre os próprios participantes (P1).

A partir de um olhar mais geral, observa-se que em virtude da presença dos serviços de PSB nos territórios e do contato dos técnicos com os usuários, foi apontado que estes se compõem como um espaço de referência para a população.

[...] tudo eles buscam primeiro no CRAS, o que é e o que não é da Assistência, então eu acho que esse papel é muito rico, por estar também mais perto da casa, obviamente as pessoas vão aonde tá mais perto da casa delas, isso é coisa básica assim, então, tem esse viés muito forte de acesso a informação e acesso à direitos (P6).

[...] a população tem aquilo ali como uma referência, “se eu precisar de alguma coisa é pra essas pessoas do CRAS que eu vou atrás”, nem que for só uma informação. Mesmo se não for ali, geralmente é ali que eles vão, acaba se tornando essa

referência, desde a recepção, que faz muitos atendimentos, quanto da equipe técnica (P6).

Deste modo, os relatos das participantes indicam a consolidação de um campo fértil para a realização de ações coletivas nos serviços do SUAS a partir de uma pluralidade de enfoques e modelos. Neste cenário, é importante ressaltar que a simples reunião de certo número de pessoas em mesmo espaço não aponta necessariamente para a estruturação de um trabalho coletivo. Se olharmos para a questão a partir dos pontos de crítica apresentados por Freire à concepção bancária de educação, ressalta-se a necessidade que se mantenha a atenção perante a reprodução de perspectivas informativo-prescritivas que, sendo pautadas em uma lógica de “doação” de comunicados e informes, reproduzem modelos assistencialistas pautados na prescrição de um modo de vida em detrimento do reconhecimento dos sujeitos como capazes de tomar suas próprias decisões. Em contrapartida, a composição de espaços dialógicos se apresenta como caminho potente para a condução de ações que mantenham o enfoque na reflexão e ação perante a realidade opressiva.

Assim, a PSB se compõe enquanto um campo que apresenta a psicólogas e psicólogos que nele se inserem demandas e desafios específicos a serem abarcados, que vão desde a reconfiguração da forma tradicional de pensar a Psicologia até os limitadores institucionais e estruturais da política, mas que se apresenta enquanto equipamento presente nas comunidades e buscado pela população a que faz referência.

6.2 SOBRE AS ARTICULAÇÕES ENTRE DESENVOLVIMENTO HUMANO E COMUNITÁRIO DA ATUAÇÃO DA PSB

A atuação do(a) psicólogo(a) enquanto promotor(a) da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário no âmbito da PSB no SUAS é

adotada como problemática central desta pesquisa. No intuito de nos aprofundarmos nesta questão, buscaremos apresentar e refletir sobre as percepções das psicólogas entrevistadas acerca do desenvolvimento humano e comunitário bem como suas expressões ou correlações com os serviços em que atuam, de modo que, a partir disso, possamos também discutir a partir da fala destas profissionais as dificuldades e potencialidades para a efetivação deste trabalho nos serviços de PSB.

No que tange ao entendimento das psicólogas acerca do desenvolvimento humano, o primeiro ponto que se destaca é a compreensão deste como um processo de reconhecer-se e ser reconhecido enquanto sujeito. Isso pode ser visto na fala das participantes P3 e P4 que ora apontam para uma perspectiva individual, ora em vinculação à ideia de relação entre sujeitos:

Bom, pensando agora, o que me vem imediatamente em pensar em desenvolvimento humano é olhar para a pessoa como sujeito e não pensando que eu tenho essa capacidade, esse potencial de desenvolver alguém, pelo contrário, a própria pessoa se desenvolver a partir do repertório, das condições, de tudo que ela mesma tem ali. Talvez o nosso trabalho seja levá-la a perceber isso de alguma forma, falando agora no individual mesmo, nesse sentido individual (P3).

Mas essa é uma questão para mim agora, o que eu acho que seria desenvolvimento humano? Eu acho que a gente vai aprendendo formas de relação no contato com o outro, então quais são as formas de relação que eu posso ter com o outro? Então, de que forma eu me coloco no mundo? Eu me coloco no mundo por exemplo como aquele ser que necessita de uma caridade, de uma ajuda do psicólogo ou do assistente social? Mas não né, não é isso, você é um sujeito. E aí eu acho que o desenvolvimento humano ele passa por isso, você se identificar enquanto sujeito, enquanto aquele que tem direito, aquele que quer alguma coisa e não quer outra, que quer falar sobre isso ou não quer falar sobre isso, que não quer a visita, que não vai te atender naquela

hora, que tá bravo com você e tudo bem estar bravo... Acho que é isso, mas essa é uma coisa que eu vou ter que pensar (P4).

Nota-se, a partir das falas acima apresentadas, que a ideia “ser sujeito” se faz articulada às noções de possibilidade de fala, de tomada de decisão e de autonomia diante das escolhas feitas a partir das condições e possibilidades que vivencia.

Conforme a perspectiva freireana, tal qual apresentada na terceira seção, destaca-se que a possibilidade de ser sujeito é condição fundamental para o processo de humanização, isto é, na medida em que mulheres e homens se reconhecem enquanto sujeitos ativos na história podem se inserir em um processo permanente de transformação de si e do mundo que guia o movimento de busca por ser mais.

Além disso, como também é sinalizado na fala das psicólogas, no âmbito da Assistência Social esta discussão vincula-se também à oposição entre as concepções de sujeito de direitos e o objeto da caridade. Neste sentido, tornar-se sujeito estaria igualmente associado à possibilidade de reconhecer-se enquanto portador de direitos sociais e de oportunidades para a participação cidadã.

Outra concepção que se faz presente na fala de uma das psicólogas situa o entendimento sobre desenvolvimento humano como um processo pessoal de aprimoramento, crescimento e/ou evolução, ligado a capacidade de busca por melhores condições e as possibilidades de acesso a oportunidades e conhecimentos:

Eu entendo como a capacidade de aprimoramento das suas condições, das suas ferramentas de lidar com a vida, do que cada um é capaz de fazer, buscar, ter de oferta e acesso pra evoluir, no sentido tanto de habilidades sociais quanto de buscar conhecimento, revisitar algumas coisas da sua história, acho que eu vejo meio que por aí, como pessoa, e talvez como psicóloga ter a capacidade de oferecer algumas condições pra isso, pra promover o desenvolvimento humano (P6).

Destaca-se que as normativas oficiais dos serviços apontam que o desenvolvimento de autonomia figura como uma das seguranças a serem afiançadas pela PNAS, de modo que caberia aos serviços a oferta de condições para o desenvolvimento de potencialidades dos sujeitos que lhes garantissem a conquista de um maior grau de independência pessoal (Brasil, 2005). Com isso, alinhada a esta perspectiva disseminada pelos documentos da política, ações promotoras de desenvolvimento humano estariam voltadas a garantir aos sujeitos melhores condições para gerir a vida e buscar alternativas com base em seu próprio interesse, sem que se esteja vinculado em uma posição de dependência ou sujeição a terceiros. Tal visão é expressa da fala que segue:

Eu penso que é a pessoa procurar algo pra ela que ela sinta bem, que é ela ter autonomia, ela poder decidir sobre a vida dela, ela ter conhecimento, ter oportunidade. Porque às vezes eu penso que a pessoa que não tem essa oportunidade, um conhecimento, ela não consegue nem decidir sobre a vida dela, ela é levada. Às vezes ela... a gente vê as pessoas falando “é assim porque quer”, eu penso não, que desenvolvimento humano é isso: você tomar a rédea de sua vida, você definir, você não ser levado, sabe. Você fazer da sua vida algo que seja bom pra você. Você saber que você pode crescer, você ter conhecimento (P1).

Evidencia-se também outro elemento que, ligados ao contexto de trabalho na PSB, atravessa as percepções sobre desenvolvimento humano apresentadas pelas psicólogas e diz respeito as condições de vida ou oportunidades para este desenvolvimento. Observa-se que, em virtude do cenário social em que se situam os usuários atendidos, as participantes se questionam acerca das condições de possibilidade que estes possuem de fato para seu pleno desenvolvimento enquanto sujeitos.

Conforme já indicado, em virtude do estabelecimento de relações de dominação que direcionam mulheres e homens à condição de objetos, Freire (1970) indica que a opressão

social impõe condições desumanizantes aos sujeitos na medida em que suas manifestações inviabilizam ao movimento humano de busca por ser mais. Em consonância com a visão do autor, este entendimento é também indicado por uma das participantes ao refletir sobre seu contato com usuários do CRAS. De acordo com esta profissional:

A primeira vez que você falou pra mim “o que você acha sobre desenvolvimento humano?”, eu acho que é a possibilidade, ou a potencialidade, a potência que o ser humano tem de ser, entende? De ser mais, que Paulo Freire fala por exemplo. E aí, eu lembro que o que me causava tristeza e incômodo é o fato de que as pessoas estavam inseridas em um contexto que às vezes o desenvolvimento ele tava muito, ele tava muito aquém a aquilo, ao que a pessoa por exemplo poderia ser entendeu? (P4).

Nesse sentido, a participante aponta para os entraves concretos impostos pelas condições de existência que marcam o cotidiano desta população em decorrência dos processos de opressão social. Esta observação fica ainda mais explícita na posição de outra participante que, em sua fala, pontua a seguinte questão:

... o público que a gente trabalha prioritariamente às vezes é tão, tem esse aspecto, é tão sofrido, tão miserável, em situações de miséria mesmo, que às vezes nem tem condições de chegar a isso. Sabe o Maslow³ lá? Tá na lá na última, tá na fome, então não chega no desenvolvimento humano, fica lá na fome mesmo matando no almoço pra comer na janta e assim, geralmente, o Estado não consegue garantir muita coisa, garante o mínimo do mínimo pra ele sair do patamar da fome e avançar e pensar em se desenvolver. Então eu sinto assim, que infelizmente a gente trabalha com situações em que as condições de humanidade é pouca, pela miséria, pela violência do tráfico e

³ A teoria da motivação humana de Maslow (1943) apresenta um modelo de compreensão sobre motivação com base na divisão hierárquica das necessidades humanas, disposta em cinco níveis (fisiológicas, de segurança, de pertença e amor, de estima e de autorrealização ou autoatualização), segundo a qual o humano estaria inicialmente motivado a satisfazer suas necessidades fisiológicas, prosseguido gradativamente aos níveis posteriores apenas quando tais condições básicas estivessem ao menos parcialmente satisfeitas.

tantas outras coisas, que as pessoas vivem em situações muito precárias, muito subumanas, que realmente não tem tempo pra pensar em desenvolvimento humano, “eu tô com a barriga vazia”, e isso torna muito difícil o trabalho (P6).

Na fala desta participante, as condições de miserabilidade, pobreza e violência que permeiam o cotidiano público atendido são indicados como elementos desumanizantes que incidem sobre esta população.

Em um cenário de opressão social, a desumanização se apresenta como possibilidade histórica resultando da ordem social injusta (Freire, 1970). Entretanto, o reconhecimento de condições desumanizantes frutos de tal condição não se coloca como ponto de impedimento a ação, ao contrário, sinaliza para o ponto de partida necessário que justifica e fundamenta o agir. Destaca-se, a partir da perspectiva freireana, que

... reconhecendo o estado de objetos em que se acham as massas populares na situação concreta de opressão, reconhece também a possibilidade que elas têm de, mobilizando-se e organizando-se na luta contra a exploração, se tornar sujeitos da transformação política da sociedade (Freire, 2001, p. 46).

Em pesquisa realizada por Dantas e Oliveira (2015) com que psicólogas(os) que atuam em CRAS, as autoras destacam que a pobreza é vista por parte dos(as) profissionais como elemento dificultador ao trabalho no serviço. Frente a esta observação, as autoras questionam: “[...] como a pobreza pode ser limitadora da ação, se ela é exatamente a razão de ser do serviço?” (p. 189). Nesta direção, caberia justamente aos serviços a construção de alternativas de ação que possibilitem aos usuários a garantia de direitos bem como o fortalecimento destes para o enfrentamento das adversidades postas.

Reconhecendo a condição de opressão, o resgate à postura ativa do humano diante do mundo se constitui enquanto caminho para a busca pela humanização. Assim, o trabalho precisa ter como premissa a compreensão de que “fazendo e refazendo as coisas e

transformando o mundo, os homens podem superar a situação em que estão sendo um quase não ser e passar a ser um estar sendo em busca do ser mais” (Freire, 2013b, p. 67).

Ressalta-se que, em uma perspectiva freireana, a busca pela superação das amarras concretas postas pelo contexto de opressão se coloca como tarefa humanizadora que extrapola os contornos da ação individual. Retomando a concepção do autor (1970, p.81) de que “a busca do ser mais não pode realizar-se no isolamento, no individualismo, mas na comunhão, na solidariedade dos existires”, cabe indicar que foi possível também observar a partir das entrevistas realizadas, elementos que indicam uma relação entre questões individuais e coletivas no que se refere aos processos de desenvolvimento humano.

Nossa é uma pergunta bem complexa... desenvolvimento humano, eu acho que envolve também assim um crescimento, um desenvolvimento mais individual, quanto coletivo, porque a gente já nasce em um meio coletivo, a gente precisa de um meio coletivo, então eu acho que perpassa essas duas vias. Tanto como um afeta no outro, eu tenho que me desenvolver, mas eu preciso do outro para isso e o outro precisa de mim. Então eu acho que é a troca tanto de relações, tanto de lugares que se passa, experiências, tudo isso vai agregando, mas principalmente as relações. As pessoas, o ser humano, não fica sem o outro, sem a relação (P2).

Nesse sentido, as falas das participantes apontam que há uma aproximação entre as questões individuais e comunitárias apresentadas nos serviços. Destaca-se que as psicólogas expressaram majoritariamente que as questões abarcadas pelos serviços em que atuam, identificadas por meio das queixas apresentadas pelos usuários, dizem respeito a elementos que incidem coletivamente nas comunidades atendidas.

Todas as demandas são coletivas né. Porque às vezes eles vêm com uma questão da escola, do filho dentro da escola, só que a escola, a questão, é daquele cotidiano. A

questão da moradia: “nossa estou em um lugar que dá enchente”, também é. Eu acho que toda a demanda que tem ali é coletiva (P1).

Tem, tem, muito, assim, pra mim o que sempre foi muito... primeiro a questão da pobreza, da pobreza então ligada a baixa escolaridade, a informalidade, a histórias de vida muito parecidas de pessoas que não conseguem sair da condição de pobreza, e isso é coletivo, não é um fenômeno da fulana ou da sicrana (P6).

Assim, há uma compreensão por parte das profissionais em relação aos atravessamentos coletivos que compõem as problemáticas abarcadas pelos serviços socioassistenciais, assumindo que estas se vinculam a questões de ordem social mais ampla que extrapolam as dimensões individuais.

Em contrapartida, ainda que estes atravessamentos coletivos sejam observados e considerados pela equipe técnica no decorrer de sua atuação, há também a indicação de que em muitas das vezes esta percepção fica restrita aos técnicos, mantendo-se limitada em termos de potenciais reflexões junto à população. Frente ao questionamento sobre a observação de demandas coletivas em seu trabalho, uma das participantes responde também de forma afirmativa, mas complementa:

Sim, sim. Na verdade, eu acho que ainda não chegou nesse ponto, a gente dá esse nome de demandas coletivas porque a gente identifica no individual. Mas de fato essa organização para chegar em um ponto de uma demanda coletiva, de observar a demanda que é levada como coletiva também, isso eu ainda não percebo, essa organização eu ainda não percebo. A gente é que coletiviza a demanda por perceber muita coisa em comum. Mas esse trabalho para que as pessoas entendam que é coletiva eu acho que ainda é um processo (P3).

Evidencia-se nesta fala o indicativo de um processo de trabalho no qual parte-se inicialmente da escuta individual, através de atendimentos particularizados, de modo que a

compreensão acerca dos atravessamentos coletivos presente na realidade fica restrita à análise e saber técnico, sendo esta apresentada ou compartilhada com a comunidade em um momento posterior, indicando que se trata de função/tarefa secundária da atuação do profissional. Nessa direção, se coloca na contramão a um processo coletivo e comunitário de construção de saberes sobre a realidade compartilhada que reconheça a participação dos usuários no reconhecimento e reflexão acerca dos atravessadores comuns.

Em oposição a este posicionamento, é também indicado que as questões comuns apresentadas pelos sujeitos atendidos podem ser um ponto de vinculação e articulação dialógica entre estes, assim, conforme observação de P6:

...esse fenômeno de famílias muito numerosas, e a questão da pobreza, do desemprego, de “não consigo sair dessa situação”, que eu vejo muito como coletivo. Se você fizer um grupo e colocar essas pessoas para conversar elas vão falar disso (P6).

Nesta direção, cabe retomar que o direito ao convívio se apresenta como uma das seguranças a serem afiançadas pela PNAS, em virtude da importância dos vínculos coletivos e societários para o enfrentamento das adversidades enfrentadas pela população e contempladas pela política. Conforme pontuam Freitas e Guareschi (2014), em uma sociedade que parece não perceber as pessoas em situação de pobreza como cidadãos, o reconhecimento dos usuários como sujeitos de direito é um importante elemento apontado pela PNAS, entretanto, como indicam os autores

... somente considerá-los sujeitos de direitos não basta. É necessário que, ao se tornarem gradativamente sujeitos de direitos, incluindo-se o direito de lutar por esses direitos, os usuários possam envolver-se em ações coletivas com vistas à construção de uma nova sociabilidade, mais igualitária, mais solidária e mais democrática”. (Freitas & Guareschi, 2014, p. 157).

Nesse sentido, mais do que se concentrar nas queixas individuais observadas, é preciso voltar a atenção para ações coletivas que integrem os sujeitos no processo reflexivo de compreensão acerca das problemáticas sociais de modo que possamos, tal qual indica Freire (2015, p. 40), promover articulações capazes de “[...] abordar problemas de uma maneira que convide as pessoas a compreenderem a relação entre o problema e outros fatores, como a política da opressão”.

Quando questionadas acerca do elemento desenvolvimento comunitário, predominam nos relatos das psicólogas concepções que apontam para a necessidade de observação ou de construção de uma “noção de comunidade” que se faz vinculada às redes de relações que se estabelecem entre as famílias no território.

Desenvolvimento comunitário? Primeiro, o espírito, o entendimento do espírito de comunidade né. Mas as vezes esse entendimento não tá explícito, mas a gente vê por exemplo na dinâmica que acontece no bairro né. Então, ah, de uma família ficar cuidando da outra enquanto a mãe dessas crianças está trabalhando né, essa ideia de comunitário (P4).

Enquanto desdobramentos, indica-se que este processo de reconhecimento da dimensão comunitária pode se efetivar na ampliação das relações de solidariedade e mútua colaboração entre os sujeitos, bem como na emergência de articulações voltadas a luta coletiva por garantia de direitos e participação social:

Eu acho que desenvolvimento comunitário tem a ver com a capacidade de articulação que aquela comunidade pode adquirir ou não, tanto de uma união no sentido de mútua ajuda entre eles mesmos, uma noção de comunidade, em que as pessoas podem contar umas com as outras, quanto de exigências e garantias de direitos, participação social, essas questões, pra mim passa por esses dois lados (P6).

Você me perguntando me vem ocupar espaços. Seja o espaço do CRAS, a comunidade

se apropriar daquele espaço, se apropriar do parque que tem lá, do centro, se apropriar do espaço para moradores ... , associação dos moradores né, conhecer as famílias, como eu estou em uma cidade menor ... acaba conhecendo a família de todo mundo, se aproximando mais. Então, ter uma apropriação dos espaços que você passa, nem sempre é possível, mas os espaços mais próximos. E também mais uma vez das relações (P2).

Esses apontamentos vão ao encontro com o que apresenta Martins (2019) em pesquisa com psicólogas atuantes em CRAS do Paraná ao indicar, na percepção destas profissionais, o reconhecimento do espaço público dos CRAS como potencializador de participação popular. Conforme apresenta a autora, as profissionais entendem que este pode ser potencializado por meio de estratégias como a acolhida, a escuta qualificada e especialmente a partir de atividades coletivas, como oficinas e ações comunitárias, através das quais a Psicologia pode contribuir para que os sujeitos se apropriem da política e ocupem seus espaços.

Retomando os entendimentos acerca do desenvolvimento comunitário expressos pelas participantes, destacou-se também, a concepção deste enquanto processo a ser realizado e que, ainda que possua potencialidades, esbarra igualmente com elementos dificultadores para a sua concretização.

... é algo que precisa ser desenvolvido né, porque assim, no final das contas, a gente não tem esse pensamento de comunidade, o que a gente tem é o entendimento de individual, de particular, de privado né. Mesmo quando eu vou por exemplo no CRAS eu estou pensando na minha família, porque assim, tem algumas questões que precisam ser tratadas ali na minha família né. Então eu acho que é essa ideia de comunitário, ter essa ideia de comunidade” (P4).

Destaca-se, deste modo, que a ideia de comunidade e coletividade são entendimentos a serem desenvolvidos no cotidiano dos serviços e que se defrontam com a predominância das

concepções individualizantes e privativas usualmente difundidas na sociedade e apresentadas pelos usuários ao buscarem no SUAS respostas concretas, e em grande parte das vezes materiais, para questões particulares que vivenciam em suas famílias.

Além disso, e com relação às dificuldades encontradas para operar em uma perspectiva de desenvolvimento humano e comunitário, evidenciam-se nas entrevistas diferentes aspectos vistos como limitadores à ação. Nesse sentido, uma das participantes ressalta como um elemento contribui para o baixo interesse dos usuários em participar de ações que englobem outras dimensões da vida além da necessidade de suporte material:

No meu ver, parte muito do desejo da pessoa e esse talvez seja um dos grandes nós da Assistência, porque assim, a grande demanda não é por desenvolvimento humano, no sentido de que a grande demanda é justamente pelo “dar”, “eu quero”, o “eu preciso” também, mas o “eu quero”. E aí, a gente fica meio que “socando” o desenvolvimento humano, tentando oferecer outra coisa. Não totalmente é claro, tem pessoas e pessoas, tem pessoas que às vezes só precisam de uma oferta pra ela perceber aquilo, da gente pensar determinada situação por outro ângulo, e pensar no que levou a situação dela de pobreza estar daquele jeito, que pode ser diferente, ou em situações de violência que são muitas, e muitas e muitas, mas no geral não é a demanda (P6).

Pontua-se, deste modo, que o reconhecimento da política por parte da população como um espaço destinado apenas a concessão de benefícios opera como fator limitador das possibilidades de ação dos serviços. Mais do que isso, destaca-se nos relatos que muitas vezes as urgências postas por situações concretas vivenciadas pelas famílias levam a equipe a privilegiar a atenção às demandas individuais, dadas às condições de vulnerabilidade nelas manifestas. Assim, em relação às possíveis dificuldades para a promoção de articulações entre desenvolvimento humano e comunitário nestes serviços, uma das entrevistadas pontua:

Eu não sei se difícil é a palavra. Eu acho que às vezes, como eu coloquei, da gente se fechar nas demandas individuais, pensando agora me vem algumas situações, por exemplo, situações de violência familiar, violência doméstica, situações de saúde mental, que muitas vezes as famílias estão em uma situação de fragilidade que talvez seja até importante trabalhar também as questões coletivas, mas que a gente entende que com essa fragilidade talvez seja o momento de poupar as famílias de algumas coisas. Mas, se for pensar bem, às vezes até era o momento de tentar trazê-las para outros espaços. Eu penso nessas situações porque é o que acaba sugando mais o nosso tempo, nossa energia, nosso trabalho, nossa preocupação diária. Então, como eu falei, eu não acho que seria difícil de se trabalhar essa questão mas eu acho que não é o que se sobressai no dia a dia (P3).

Ainda sobre esta questão, outra participante sinaliza que em sua experiência profissional, as situações em que pôde observar avanços em relação aos processos de desenvolvimento comunitário originaram-se organicamente no interior das comunidades, pouco se beneficiando das ações dos serviços socioassistenciais. Segundo a participante:

... aonde eu vejo desenvolvimento comunitário, vem de uma manifestação espontânea daquela comunidade, não tem a ver com o poder público, não foi o poder público que foi lá, o poder público aproveitou de um movimento que já existia naquela região (P5).

Este aspecto parece indicar que há ainda um distanciamento entre os empreendimentos dos serviços e as dinâmicas comunitárias, em especial quanto a ações voltadas a fomentar novas articulações.

Segundo as indicações postas pelo CFP para a atuação no SUAS, apresentadas anteriormente, entende-se que os conteúdos e técnicas desenvolvidos pela Psicologia para o manejo de grupos podem possibilitar que estes profissionais assumam um papel relevante

para a condução de atividades coletivas (CFP, 2016). Todavia, conforme sinaliza a fala de P3, a operacionalização de ações grupais capazes de desencadear processos comunitários ligados a uma identidade coletiva se coloca como tarefa complexa a se desempenhar:

Assim, até pensando um pouco no trabalho com essa questão da coletividade, eu vejo que é difícil a gente conseguir essa identidade coletiva, porque, muitas vezes você tem o grupo de pessoas ali, mas ter um coletivo? Ok, você consegue reunir, mas esse trabalho no sentido coletivo, eu acho que isso também pode estar relacionado com essa questão do desenvolvimento, de ter um objetivo ali não só individual, da pessoa, mas enquanto coletivo. A própria identidade, como eu falei, às vezes até famílias que moram no mesmo bairro no mesmo território, mas não é simples assim, não é fácil, às vezes é uma questão (P3).

Com isso, evidencia-se que as ações nesta direção demandam um constante processo de construção para a sua efetivação. Para tanto, as oportunidades de compartilhamento e socialização das demandas são apontadas como estratégias para a construção de um entendimento da coletividade.

... eu acho que você desenvolve isso pensando que estamos em processo de socialização, que a gente não vive sozinho, a gente vive em comunidade, que algumas demandas são minhas não são só minhas né, que quando a gente torna generalizado, socializado, as chances que a gente tem por exemplo de mudanças dessa realidade é maior, entende? (P4)

Ainda sobre esta questão, outra participante destaca que a temporalidade que este desenvolvimento demanda pressupõe perspectivas de construção em longo prazo cujos resultados imediatos podem ser pouco visíveis, dificultando assim a capacidade de avaliação sobre os efeitos gerados.

É que eu acho que o nosso trabalho é um trabalho que ele tá lidando com o ser humano e ele demora, e ele é pequeno, ele vai acontecendo... Então é difícil das pessoas identificarem isso a curto prazo, mas ele tem um grande resultado pra comunidade e pro coletivo... (P1).

Nesse sentido, mesmo que limitações tenham sido expressas nos discursos das psicólogas, predominaram nas entrevistas percepções que apontam para a potencialidade dos serviços PSB enquanto espaços de desenvolvimento humano e comunitário, especialmente em decorrência da proximidade com os territórios de atenção.

Sim, eu acredito, não como uma tarefa muito simples e tudo mais, mas eu acredito muito que é um espaço dentro da política. Outros podem ser, claro que podem, mas isso de estar no território eu acho que é um potencial muito grande e que às vezes a gente até não valoriza tanto o fato da gente estar ali ... Então a gente também tem que ter esse cuidado de se voltar mais para o local onde a gente trabalha, pro território do CRAS, entendendo que sim, a partir do conhecimento que a gente tem da realidade e que as famílias têm também e trazem isso para nós. Eu acredito muito, que com certeza é um dos objetivos ... eu acho que esse também pode ser considerado um objetivo desse nosso trabalho, mas é um processo (P3).

Nesta direção, as profissionais acreditam que a atuação da Psicologia pode se compor como um elemento que favoreça a promoção e articulação entre estes processos de desenvolvimento humano e comunitário, conforme afirma P4:

... acredito que sim, porque, por exemplo, se eu tenho um entendimento de que a pessoa, o indivíduo, ele é um ser social, e que ele tá nesse movimento, sim isso acontece. Então, se eu tenho ideia de que aquela pessoa é um ser que vive em comunidade, eu necessariamente também posso articular, fazer esse processo mais comunitário também. Eu acredito que sim, porque o desenvolvimento humano ele não

é apenas o desenvolvimento da pessoa né, ele é o desenvolvimento do lugar onde a pessoa está também, onde ela está inserida.

Enquanto fundamento para a promoção destes processos de desenvolvimento, a ideia de incremento ou valorização da relação entre os sujeitos foi apontada pelas profissionais em diversos pontos de suas falas. Assim, a potencialização das relações é indicada como um elemento através do qual profissionais de Psicologia teriam condições de operar de modo a promover e articular processos de desenvolvimento humano e comunitário:

... eu acho que justamente essa troca acontece por meio do contato, da conversa, do boca a boca digamos assim. E o psicólogo trabalha com a palavra, assim, principalmente ouvindo, mas não só, tem muito também essa troca entre saber ouvir e também trazer, por exemplo na proteção básica, alguma informação mas sempre estar aberto a ouvir o que vem de demanda ... Então, como a base é o relacionamento, é a conversa, a troca, eu acho que o psicólogo tá muito bem dentro disso por mais difícil que seja às vezes a gente ver isso em um território ou em algo que não seja o individual propriamente dito, mas as relações (P2).

Eu acho que acontece com a relação, na relação que a gente estabelece com as pessoas, no entendimento que a gente tem sobre o ser humano, o que é ser humano, qual o entendimento que a gente tem das pessoas que a gente atende, que elas não são coitadas, que não são incapazes. Então, qual é a ideia que eu tenho de ser humano? Qual o meu entendimento de sociedade? Qual o meu entendimento de política pública? Tudo isso pode fazer com que esse seja um espaço de desenvolvimento humano, com toda a certeza. Assim como também pode ser uma espaço de tristeza, de definhamento do ser humano, entende? Mas eu acredito sim é um espaço de desenvolvimento (P4).

Tal como indica Freire (1970) por meio da relação dialógica entre sujeitos é possível a promoção e a construção de novos saberes, coletivamente construídos, que pautados na postura reflexiva diante de questões que os atravessam subsidiam processo de transformação dos sujeitos e da sociedade. Essas relações, entretanto, não podem se materializar em espaços em que se predomina o mutismo e o silenciamento de mulheres e homens ou a crença de que estes são incapazes de refletir criticamente sobre sua realidade. Deste modo, se mostram enquanto relações que requerem, enquanto premissa, o exercício da palavra enquanto fomentadora de reflexão e ação.

Tendo em vista que o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários se coloca como um dos objetivos da PSB, pensar promoção de processos de desenvolvimento humano e comunitário por meio da expansão das relações entre os sujeitos pode sinalizar um caminho para a atuação de psicólogos(as) nesses espaços. Por sua vez, isto demanda destes profissionais a revisão de suas práticas e ferramentas de trabalho, com vistas a potencializar encontros dialógicos e reflexivos entre os diferentes atores da política, a partir do reconhecimento de que “[...] estimular o fortalecimento de vínculos significa também garantir espaços participativos na tomada de decisão e fomentá-los como estratégia socioeducativa. Significa experimentar a solidariedade e partilhar um mundo comum” (Brasil, 2017, p. 30).

Com isso, ressalta-se igualmente a importância do papel ocupado pelo profissional da Psicologia neste processo, com ênfase para as variações que podem ocorrer a depender das opções tomadas por estes profissionais no movimento de construção de suas ações. Conforme afirma uma das participantes:

Mas eu acho que assim, é um entendimento que precisa ter, assim, do profissional de Psicologia, e aí eu falo de mim, entende? Qual é a ideia de coletivo que eu tenho? Qual é a ideia de coletividade? E aí você se percebe também egoísta, você também se percebe pessimista, “eu acho que isso não é possível de se fazer né”. Então isso de

pensar a comunidade é também uma questão que passa pelo profissional, que passa por mim necessariamente, sabe? E aí às vezes a gente tem que buscar experiências de fora, de outros profissionais que já trabalharam com isso e têm experiências vitoriosas ou que conseguiram mobilizar até em uma determinada parte (P4).

Deste modo, indica-se a necessidade de que nestes espaços haja uma destituição dos moldes tradicionais de se fazer Psicologia que favoreça a ampliação do olhar do trabalhador sobre o seu foco de atuação e suas possibilidades de intervenção.

Eu acho que sim, porque psicólogo trabalha com pessoas e em toda forma, seja no individual seja no coletivo, porque no coletivo estão as relações que envolvem o individual. Então, eu acho que tem muito a se trabalhar ainda no sentido de desmistificar mesmo, que não se trabalha apenas dentro do quadradinho da sala, pode ser na cidade, no pique-nique, em um encerramento diferente que a gente faz, num grupo que tem dança. Muito se percebe por aí, nesses momentos assim diferentes, que a gente tem que achar um meio de se inserir. Mas como nós trabalhamos com pessoas não tem como fugir, a pessoa vive num meio que é a família, que é o bairro, o colégio, não sei, um grupo de amigos, então tudo perpassa por essas relações, não tem como o profissional fugir disso também (P2).

Pode-se notar, com base no que expressa a participante, que ações coletivas cujo universo de atuação seja expandido para além dos contornos dos serviços se constituem enquanto ferramentas que ampliam as possibilidades de formação de vínculos coletivos. Para tanto, demandam a inserção do profissional em diferentes estratégias e cenários comunitários ainda pouco tradicionais ao exercício da Psicologia. Conforme pontuam Macedo e Dimenstein (2012 p.190),

O encontro dos psicólogos com o campo das Políticas Sociais exige o reconhecimento dos modos com que nos produzimos nesses espaços, tanto quanto a reflexão sobre as

estratégias provisórias que esses espaços demandam da nossa profissão. Ou seja, são campos que pedem um profissional que circule por entre os espaços da comunidade: ruas, becos, esquinas, casas, praças, etc.

Assim, mais do que um processo de desenvolvimento voltado ao público atendido, esse processo estende-se também aos demais atores da política, representando especialmente aos psicólogos a necessidade de composição de modos de ação a partir da comunidade em que atuam. Nesta perspectiva, as psicólogas entrevistadas apontam que também se desenvolvem a partir do contato com os sujeitos atendidos:

... eu acredito que, por exemplo, essas reuniões que a gente fazia, esse contato que eu tinha com as mulheres na hora que eu tava fazendo o pano de prato, de alguma maneira a gente estava se desenvolvendo, a gente estava nesse processo de desenvolvimento, tanto elas quanto eu, porque aí nesse processo eu também me colocava (P4).

Porque, quando a gente tá lá no grupo, eu também às vezes me pego pensando “nossa, a gente conversou sobre isso no grupo e a pessoa me falou ‘tal negócio’, deixa eu verificar” então eu percebo que eu também vou atrás, eu também me transformo, eu vejo isso em mim e também vejo neles. Então eu acredito que isso é a mudança, é o desenvolvimento (P1).

De tal forma, as entrevistas apontam que as psicólogas percebem nos serviços de PBS a potencialidade para a promoção e articulação de processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário, em virtude da proximidade desses serviços com o território, da presença de demandas coletivas entre os usuários e da relevância das relações sociais no processo de desenvolvimento dos sujeitos. Indicam, também, que a transposição das queixas individuais em demandas coletivas pode ocorrer através da valorização das relações entre os sujeitos, sendo que este processo pode ser fomentado pela ação dos profissionais pelo meio da

promoção de ações coletivas e territoriais, que se expandam para além dos espaços dos serviços, priorizando a inserção comunitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação profissional da Psicologia pode ser pensada a partir de diferentes campos, contextos e referenciais. Nesta pesquisa, ao nos debruçarmos diante desta questão com o objetivo de analisar a atuação do(a) psicólogo(as) enquanto promotora da articulação entre processos de desenvolvimento humano e comunitário no âmbito da PSB no SUAS, buscamos correlacionar os dados obtidos a partir do contato com profissionais que atuam neste campo e o referencial teórico- metodológico desenvolvido por Paulo Freire.

Conforme apresentado, a política pública de Assistência Social se compõe enquanto um campo paradoxal de atuação. Na medida em que diretrizes oficiais do MDS enunciam a consolidação do SUAS como um sistema voltado a operar mudanças sociais amplas especialmente direcionadas à população em situação de vulnerabilidade social, as práticas que propõe carregam consigo as contradições inerentes a uma ação governamental delineada a partir de uma estrutura de Estado pautada em princípios econômicos neoliberais que, mesmo propondo objetivos promissores, mantém inalterada a estrutura de desigualdade social do país.

A partir do foco aqui abarcado, dando ênfase aos processos de desenvolvimento humano e comunitário, tais contradições podem ser observadas. Constata-se que as diretrizes oficiais indicam que o trabalho social deve direcionar-se ao desenvolvimento individual, familiar e comunitário de modo a envolver, por um lado, o fortalecimento das famílias e de seus membros, assegurando possibilidades para potencialização do desenvolvimento dos sujeitos, ao passo que também preconize a participação social e as ações comunitárias com vistas a contribuir para a consolidação de ações coletivas voltadas a construção de transformações sociais. Entretanto, o caráter focal a partir do qual a política se estrutura, somado a certa valorização ao fomento de aptidões pessoais desvinculadas da análise das condições sociais excludentes e a preconização das famílias enquanto foco intervenção,

podem se configurar como fatores limitadores à realização de ações comprometidas como processos de desenvolvimento humano e comunitário.

No contato com as psicólogas e com seus relatos acerca do trabalho que realizam nos serviços de PSB, especialmente nos CRAS, foi possível perceber que, em seu cotidiano de trabalho, as profissionais se deparam com diferentes questões. Fica evidente que o ingresso destas nos serviços foi marcado pelo desconhecimento acerca da política e das possibilidades de atuação no campo, em grande medida decorrente de uma formação fortemente fundamentada a partir da perspectiva clínico-individual. Atrelado a isso, observou-se que certa incompreensão sobre os papéis da Psicologia na Assistência Social figura como elemento que permeia as percepções tanto das próprias psicólogas como da equipe, indicado que permanece presente uma visão da Psicologia delineada a partir da atuação em consultórios privados.

Diante deste cenário, as participantes vêm construindo suas práticas profissionais e a partir de seu dia-a-dia de trabalho. Neste processo, as diretrizes e normativas propostas pelos órgãos oficiais como parâmetros para a atuação parecem ter se configurado como referencial central encontrado pelas psicólogas para a construção de modelos para a atuação. Inseridas no universo das políticas públicas, a apropriação dos elementos e delineamentos postos pelos documentos oficiais se constitui como componente importante ao trabalho, uma vez que possibilita a ampliação da compreensão sobre o campo de trabalho. Em contrapartida, reitera-se que esta apropriação demanda uma postura crítica perante os parâmetros enunciados, que possibilite o surgimento do novo, de modo que a prática não se reduza à reprodução de normativas tidas como único instrumento que baliza a ação.

Passado mais de uma década desde a implementação do SUAS, ainda é possível observar, especialmente em municípios de menor porte, defasagens na estruturação da rede de serviços socioassistenciais. Estas representam desafios ao trabalho das psicólogas que ali atuam, pois precisam buscar superar as fragilidades de configuração precária de equipamentos

públicos disponíveis para população.

Em paralelo a isto, nas cidades maiores, o reduzido número de profissionais da Psicologia se configura como fator que minimiza as possibilidades para efetivação de trabalhos com maior ênfase interdisciplinar e comunitária. Diante da alta demanda de atendimentos, as psicólogas têm encontrado como alternativa de ação a condução de trabalhos direcionados às famílias ou grupos de famílias selecionadas com base nas observações da equipe a partir de atendimentos particularizados, tendo como resultante uma escassa a inserção das profissionais no território.

Identificar dificuldades como estas nos auxilia no entendimento acerca dos modos de reconhecimento e conduções de demandas coletivas encontradas pelos serviços. O relato das profissionais parece indicar a existência de um processo de trabalho que se configura inicialmente a partir das demandas individuais trazidas pelas famílias, com base nas quais a equipe identifica atravessamentos coletivos que, posteriormente, possam desdobrar ações coletivas planejadas pelas(os) técnicas(os). Neste movimento, a análise acerca das demandas coletivas emergentes da realidade social fica reservada ao campo do saber técnico e dissociada da dinâmica da comunidade.

As psicólogas percebem que o desenvolvimento humano está vinculado às possibilidades das pessoas reconhecerem-se e serem reconhecidas enquanto sujeitos, indicando que no âmbito do SUAS isto estaria também articulado às condições para que os usuários se percebam como portadores de direitos sociais, em um movimento de rompimento com as concepção de Assistência Social como ajuda ou caridade. Outra percepção também presente nas falas das entrevistadas aponta o desenvolvimento humano enquanto processo pessoal de aprimoramento e/ou evolução que estaria vinculado à capacidade de trilhar caminhos para a conquista de melhores condições de vida mediante o acesso a oportunidades e conhecimentos.

Em suas percepções relacionadas à concepção de desenvolvimento comunitário, as participantes relatam que este deve partir de um processo de observação ou da construção de uma “noção de comunidade”, estabelecida com base nas relações entre as famílias e território. Contudo, ainda que estejam presentes em suas falas potencialidades desta ação, as profissionais indicam que sua materialização esbarra em diferentes dificultadores.

Não obstante, fica marcante o distanciamento dos serviços das dinâmicas das comunidades e das redes de relações cotidianas das pessoas que lá vivem. Nesse sentido, na medida em que as ações se estruturam a partir de elementos identificados nas relações intrafamiliares por meio de ações particularizadas, perde-se de vista os movimentos e os modos de organização já presentes na comunidade, emergentes das redes de relações que se configuram no cotidiano da vida dos sujeitos.

Isto sinaliza que as psicólogas têm encontrado dificuldades para operar análises territorializadas que abarquem os processos singulares que vem sendo postos em movimento pelos sujeitos e pelos grupos presentes nas comunidades. Com isso, corre-se a risco de que o “desenvolvimento” seja confundido com produto a ser buscado unicamente por meio da ação de profissionais com base em uma ênfase acentuada no campo técnico, colocando a margem o que emerge das próprias relações entre as pessoas já que estas relações são pouco conhecidas pelas equipes.

A partir do que aponta a perspectiva freireana, é com base do estabelecimento de uma relação dialógico-problematizadora que se funda na reflexão e na ação sobre a realidade concreta, que se é possível construir possibilidades para que os sujeitos possam ser mais e articularem-se na luta contra a opressão social. Atuar nesta direção demanda dos profissionais a revisão constante de suas práticas e ferramentas de trabalho, com vistas a potencializar encontros dialógicos e reflexivos entre os diferentes atores da política. Assim, prepondera a necessidade de promoção de processos formativos que contribuam como suporte para

psicólogas e psicólogos que atuam na materialização da política de Assistência Social.

Tendo em vista a incapacidade dessa pesquisa em abarcar a totalidade das ações que ganham vida nestes espaços, indica-se a necessidade de realização de novos estudos que possam contemplar, de modo mais próximo, as práticas que vem sendo realizadas nos serviços socioassistenciais, os possíveis efeitos que estas têm provocado nos territórios em que se realizam, bem como os caminhos alternativos a partir dos quais estas podem ser construídas.

Além disso, reitera-se que mesmo diante das dificuldades analisadas, prevalece nos relatos das psicólogas o entendimento que de os serviços PSB são espaços potenciais para o fomento a processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário. Destaca-se que ainda que limites tenham sido observados, foi possível perceber que os trabalhos coletivos têm sido incentivados nos serviços em que as participantes atuam e vem sendo realizados a partir de diferentes modalidades de grupos e oficinas. Assim, as falas mostram que as psicólogas têm operado de modo a buscar construir alternativas de ação a partir das possibilidades que encontram em seu cotidiano de trabalho.

Nessa direção, o trabalho da Psicologia nos serviços socioassistenciais pode se compor como um dos elementos para a materialização de uma práxis comprometida com os sujeitos e com as comunidades. Caminhar nesta direção perpassa pelo reconhecimento das contradições inerentes a própria política pública, seus entraves e impasses, mantendo ativa observação de suas potencialidades e avanços. De tal forma, salienta-se que o trabalho no campo da política de Assistência Social se coloca como um espaço fecundo para articulações críticas e inventivas que tenham como horizonte a construção de práticas alinhadas com a transformação da realidade social.

REFERÊNCIAS

- Aguinsky, B. G., Fernandes, I., & Tejadas, S. D. S. (2009). Entre a garantia de direitos e o reforço à subalternização: concepções e práticas ainda em disputa sobre o público-alvo da Política de Assistência Social. In: Mendes, J. R.; Prates, J. C.; Aguinsky, B. G. (org.). *O Sistema Único de Assistência Social: as contribuições à fundamentação e os desafios à implantação* (p.63-82). Porto Alegre: EDIPUCRS.
- Alberto, M. D. F. P., Almeida, D. R. D., Dória, L. C., Guedes, P. C., Sousa, T. R. D., & França, W. L. P. D. (2008). O papel do psicólogo e das entidades junto a crianças e adolescentes em situação de risco. *Psicologia: ciência e profissão*, 28(3), 558-573.
- Andrade, L. F., & Romagnoli, R. C. (2010). O Psicólogo no CRAS: uma cartografia dos territórios subjetivos. *Psicologia ciência e profissão*, 30(3), 604-619.
- Araújo, M. E. (2014). A atuação do psicólogo no CRAS e o enfrentamento da situação de vulnerabilidade social. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo.
- Araújo, M., & Galeão-Silva, L. G. (2015). A atuação do psicólogo no Centro de Referência de Assistência Social: desafios e possibilidades. *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia*, 242-270.
- Battistelli, B. M., Rodrigues, L., & Cruz, L. R. D. (2018). A Política de Assistência Social: relações entre vulnerabilidade, risco e autonomia. *Revista Polis e Psique*. Porto Alegre. Vol. 8, n. 3 (2018), p. 88-110.
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. França: Presses Universitaires de France.
- Benelli, S. J. (2016). *O atendimento socioassistencial para crianças e adolescentes: perspectivas contemporâneas*. São Paulo: Editora UNESP.
- Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Em Tese*, 2(1), 68-80.
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado.

- Brasil. (2004) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. PNAS/2004. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2005) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica do SUAS. NOB/SUAS*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2009a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações Técnicas: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS*.. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2009b). Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Resolução CNAS nº 109 de 11/11/2009. Brasília: CNAS/MDS.
- Brasil. (2011). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2012a). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 1*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2012b). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. *Orientações técnicas sobre o PAIF – volume 2*. Brasília, MDS.
- Brasil. (2016). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Fundamentos ético-políticos e rumos teórico-metodológicos para fortalecer o Trabalho Social com Famílias na Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, MDS/SNAS.
- Brasil. (2017). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Concepção de convivência e fortalecimento de vínculos*. Brasília, MDS/SNAS.
- Campos, C. J. G. (2004). Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. *Revista brasileira de enfermagem*, 57(5), 611-614.
- Chizzotti, A. (2003). A Pesquisa qualitativa em Ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, 16 (2), 221- 236.
- Conselho Federal de Psicologia (2008). *Referências técnicas para atuação do(a) psicólogo(a) no CRAS/SUAS*. Brasília: CFP.
- Conselho Federal de Psicologia (2016). *Nota técnica com parâmetros para atuação das (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)*.. Brasília: CFP.

- Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Serviço Social (2007). *Parâmetros para atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social*. Brasília: CFP/CFESS.
- Cordeiro, M. P., & Curado, J. C. (2017). Psicologia na Assistência Social: Um campo em formação. *Psicologia & Sociedade*, 29.
- Dantas, C. M. B. & Oliveira, I. F. (2015) A psicologia no campo da assistência social: concepções de pobreza dos psicólogos atuantes no CRAS. In A. Accorssi, A. B. S. Bousfield, H. S. Gonçalves, K. Aguiar, & R. S. L. Guzzo (Orgs.), *Distintas faces da questão social: desafios para a Psicologia* (pp. 177- 196). Florianópolis : ABRAPSO.
- Dentz, K. K. M. V., & da Oliveira, E. L. C. (2013). O psicólogo no CRAS: Uma nova experiência. *Revista Psicologia em Foco*, 5(5), 82-100.
- Dimenstein, M. (2000). A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. *Estudos de psicologia* (Natal), 5(1), 95-121.
- Faermann, L. A., & Nascimento, D. A. (2016). Reflexões sobre o trabalho socioeducativo no âmbito da política de assistência social. *Barbarói*, (48), 153-167.
- Fontanella, B. J. B., Ricas, J. & Turato, E. R. (2008). Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. *Cadernos de saúde pública*, 24, 17-27.
- Freire, P. (1967). *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1970). *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: teoria e pratica da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez e Moraes.
- Freire, P. (1986). *Medo e ousadia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1992). *Pedagogia da Esperança: Um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2001). *Política e Educação*. São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (2003). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (2011). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2013a). *Educação e Mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Freire, P. (2013b). *Extensão ou Comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (2015). *Pedagogia dos Sonhos Possíveis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitas, C. R., & Guareschi, P. A. (2014). A Assistência Social no Brasil e os usuários: possibilidades e contradições. *Diálogo*, (25), 145-160.
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, 35(3), 20-29.
- Gomes, M. A. D. F., & Dimenstein, M. (2016). Serviço escola de psicologia e as políticas de saúde e de assistência social. *Temas em Psicologia*, 24(4), 1217-1231.
- Lacerda Jr, F. (2013). Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. *Teoría y Crítica de la Psicología*, (3), 216-263.
- Lane, S. T. & Codo, V. (1989). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense.
- Lei nº 8.742.(1993) *Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)*. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília: DF.
- Lemes, M. A. (2017). Estratégias de participação na política de assistência social na perspectiva de Paulo Freire. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Vale do Rio dos Sinos.
- Litenski, A. C. L., & de Souza, C. G. (2017). Psicólogos no Sistema Único e Assistência Social (SUAS): Considerações acerca da Formação Profissional em Instituições Públicas do Estado do Paraná. *Emancipação*, 17(1), 58-73.
- Macedo, J. P., & Dimenstein, M. (2012). O trabalho dos(as) psicólogos(as) nas políticas sociais no Brasil. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(1), 182-192.
- Macedo, J. P., Sousa, A. P. D., Carvalho, D. M. D., Magalhães, M. A., Sousa, F. M. S. D., & Dimenstein, M. (2011). O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?. *Psicologia em estudo*, 16(3), 479-489.
- Macêdo, O. J. V., Alberto, M. D. F. P., Santos, D. P. D., Souza, G. P. D., & Oliveira, V. S. D. (2015). Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 809-823.
- Martín-Baró, I. (2017). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. Em: Martín-Baró, I. (Org. e Trad. Lacerda Jr., F.), *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). Petrópolis: Editora Vozes.

- Martins, T. C. (2019). O psicólogo como potencializador do espaço público do CRAS para a participação popular. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Estadual de Londrina, Londrina.
- Miron, A. X., & Guareschi, N. M. D. F. (2017). Compromisso social da psicologia e sistema único de assistência social: Possíveis articulações. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 37(2), 349-362.
- Montero, M. (2002). Vidas Paralelas: Psicología comunitária en Latinoamérica y Estados Unidos. In: Montero, M. (Coord.). *Psicología social comunitaria: teoría, método y experiencia*, (1ª ed.): (pp.19-47). Guadalajara: Universidad de Guadalajara.
- Montero, M. (2004a). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*, (1ª ed.). Buenos Aires: Paidós.
- Montero, M. (2004b). Relaciones entre psicología social comunitaria, psicología crítica y psicología de la liberación: una respuesta latinoamericana. *Psykhe* (Santiago), 13(2), 17-28.
- Oliveira, I. F. D., & Amorim, K. M. D. O. (2012). Psicologia e política social: o trato da pobreza como sujeito psicológico. *Psicologia argumento*, 30(70), 559-566.
- Pinto, M. A. (2019) “Primeiro Deus, depois o CRAS”: um estudo sobre consciência e desigualdade social a partir de sujeitos destinatários da política de assistência social. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora.
- Pereira, V. T., & Guareschi, P. (2013). Paradoxos da Assistência Social: algumas considerações. *Textos & Contextos* (Porto Alegre), 12(2), 383-391.
- Ribeiro, M. E., & Guzzo, R. S. L. (2014). Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (SUAS): reflexões críticas sobre ações e dilemas profissionais. *Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais*, 9(1), 83-96.
- Romagnoli, R. C. (2012). O SUAS e a formação em psicologia: territórios em análise. *ECOS- Estudos Contemporâneos da Subjetividade*, 2(1), 120-132.
- Romagnoli, R. C. (2015). Problematizando as noções de vulnerabilidade e risco social no cotidiano do SUAS. *Psicologia em Estudo*, 20(3), 449-459.
- Romagnoli, R. C. (2016). Relações macropolíticas e micropolíticas no cotidiano do CRAS. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 151-161.
- Scheinvar, E. (2006). A família como dispositivo de privatização do social. *Arquivos brasileiros de psicologia*, 58(1), 48-57.

- Senra, C. M. G., & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24(2), 293-299.
- Silva, R. B., & Carvalhaes, F. F. D. (2016). Psicologia e Políticas Públicas: impasses e reinvenções. *Psicologia & Sociedade*, 28(2), 247-256.
- Silva, R. B., & Cezar, P. C. N. (2013). Atuação do psicólogo no CREAS em municípios de pequeno porte. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 99-109.
- Teixeira, S. M. (2010). A família na trajetória do sistema de proteção social brasileiro: do enfoque difuso à centralidade na política de Assistência Social. *Emancipação*, 10(2).
- Viana, R. R. (2014). Protagonismo e Autonomia na Política Nacional de Assistência Social/PNAS e no Sistema Único da Assistência Social/SUAS: Reflexões Necessárias. Dissertação (Mestrado em Política Social). Universidade Federal do Espírito Santo.
- Vinuto, J. (2014). A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. *Temáticas*, 22(44).
- Ximenes, V. M., Paula, L. R. C. D., & Barros, J. P. P. (2009). Psicologia comunitária e política de assistência social: diálogos sobre atuações em comunidades. *Psicologia: ciência e profissão*, 29(4), 686-699.
- Yamamoto, O. H., & de Oliveira, I. F. (2010). Política Social e Psicologia: uma trajetória de 25 anos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26(nº especial), 9-24.
- Yazbek, M. (2008). Estado e políticas sociais. Política social e serviço social: elementos históricos e debate atual. *Revista Praia Vermelha*, 18(1).
- Yazbek, M.C. (2016) Classes subalternas e Assistência Social. (9ªed.) São Paulo: Cortez.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Roteiro de Entrevista

Tempo de Formação:	Local de Formação:
Serviço: <input type="checkbox"/> Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF); <input type="checkbox"/> Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; <input type="checkbox"/> Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;	
Vínculo Empregatício:	Tempo de trabalho no serviço:
Data: __/__/____	

<ol style="list-style-type: none"> 1) Conte-me como foi sua trajetória de formação em Psicologia. 2) Quais são seus objetivos enquanto psicólogo que atua na Proteção Social Básica? 3) Descreva como você desenvolve o seu trabalho em serviços de na Proteção Social Básica. 4) O que você entende por desenvolvimento humano? 5) O que você entende por desenvolvimento comunitário? 6) O que você entende por coletividade? 7) Como você vê a relação entre as demandas apresentadas pelos usuários individualmente e as questões coletivas do público atendido? 8) Você considera que sua formação contribuiu para a sua atuação na Assistência Social junto à coletividade? De que forma? 9) Você acredita que os serviços de na Proteção Social Básica possam se configurar como promotores de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário? Se “sim”, de qual maneira? Se “não”, por quê? 10) E o trabalho do psicólogo? Poderia auxiliar na articulação entre desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário? Se “sim”, de qual maneira? Se “não”, por quê?
--

APÊNDICE B

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

“A Psicologia na política de Assistência Social: novas leituras na atuação entre os sujeitos e coletivos”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo(a) para participar da pesquisa **“A Psicologia na política de Assistência Social: novas leituras na atuação entre os sujeitos e coletivos”**, a ser realizada no **Estado do Paraná**. O objetivo da pesquisa é “Analisar a atuação do psicólogo enquanto promotora da articulação entre processos de desenvolvimento humano e desenvolvimento comunitário no âmbito da Proteção Social Básica no SUAS”. Os dados serão coletados a partir de entrevista semiestruturada realizada em horário, dia e locais determinados pelos participantes, com perguntas referentes aos temas: formação em psicologia, desenvolvimento humano, desenvolvimento comunitário e atuação na Proteção Social Básica no SUAS. Sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma, a partir da realização de uma entrevista sobre a temática que será gravada e posteriormente transcrita. Esclarecemos que sua participação é **totalmente voluntária**, podendo você: recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento, sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Esclarecemos, também, que suas informações serão utilizadas somente para **os fins desta pesquisa** e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. O áudio será gravado e depois de transcrito será **descartado**, mantendo-se apenas o conteúdo escrito oriundo da entrevista para o desenvolvimento da pesquisa. Os participantes serão identificados na transcrição por um número para garantir o sigilo. O conteúdo escrito após utilizado na pesquisa será descartado.

Esclarecemos ainda, que você não pagará e nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação.

Os benefícios esperados são associados à possibilidade de reflexão da sua prática, de oportunidade de verbalizar sua atuação e revisitar aspectos do seu trabalho, o que pode contribuir para uma melhor percepção de sua atuação motivando a buscar novas perspectivas em sua prática profissional. Quanto aos riscos, se referem à possibilidade que no momento da

entrevista haja algum desconforto emocional, e caso ocorra, a entrevista será imediatamente interrompida.

Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos poderá nos contatar Claudia de Godoi Ferreira de Almeida, Rua Tamoios, nº10, Jardim Tupi, Cambé-Pr, Celular: (43) 991207182, e-mail: claudiagodoi.fa@gmail.com ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, situado junto ao LABESC – Laboratório Escola, no Campus Universitário, telefone 3371-5455, e-mail: cep268@uel.br.

Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas devidamente preenchida, assinada e entregue à você.

Londrina, ___ de _____ de 20__.

Pesquisadora Responsável

Claudia de Godoi Ferreira de Almeida RG: 10747456-0

Eu, _____ tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Data: _____